

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências

Jéssica de Cássia Rossi

A (DES)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “MULHER BRASILEIRA”
NA MÍDIA PORTUGUESA: a intersecção dos marcadores da
diferença

Marília/SP

2016

Jéssica de Cássia Rossi

**A (DES)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “MULHER BRASILEIRA”
NA MÍDIA PORTUGUESA: a intersecção dos marcadores da
diferença**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista de Marília, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Ciências Sociais.
Orientadora: Larissa Maués Pelúcio Silva

Marília/SP

2016

Rossi, Jéssica de Cássia.

R735d A (des)construção discursiva da “mulher brasileira” na
mídia portuguesa: a intersecção dos marcadores da
diferença / Jéssica de Cássia Rossi. – Marília, 2016.
153 f. ; 30 cm.

Orientador: Larissa Maués Pelúcio Silva.

**Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual
Paulista, 2016.**

Bibliografia: f. 125-141

1. Jornais – Publicação – Portugal. 2. Brasil - Mulheres.
3. Migração. I. Título.

CDD 301.423

JÉSSICA DE CÁSSIA ROSSI

**A (DES)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “MULHER BRASILEIRA”
NA MÍDIA PORTUGUESA: a intersecção dos marcadores da
diferença**

Tese para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, da Faculdade de
Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de
Marília.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Campus Marília

Profa. Dra. Lídia Maria Vianna Possas
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Campus Marília

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Campus Marília

Dra. Natália Corazza Padovani
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Núcleo de Estudos de Gênero Pagu

Prof. Dr. Jorge Leite Júnior
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
Departamento de Sociologia

Marília, 01 de agosto de 2016.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que passaram por minha vida. Todas deixaram um “pedacinho de si” comigo e espero que tenham levado “um pedacinho de mim” com elas.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós” – *Antoine de Saint-Exupéry*.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Deus por ter me concedido o dom da vida e saúde para lutar por meus sonhos.

À minha mãe, Aparecida Rossi, por toda a educação, valores e força que me proporcionou ao longo da minha vida. Seu exemplo de fé, força e simplicidade me inspirou a enxergar sempre o lado positivo das situações, por mais difíceis que elas fossem. Você é minha mãe e meu pai ao mesmo tempo. Tenho certeza que meu pai, Luiz Carlos Rossi (*in memoriam*) está muito feliz e satisfeito por tudo o que fez por mim.

Ao meu querido namorado, Alexandre Lopes, por todo apoio, carinho e dedicação que me deu. Por sempre ter acreditado em mim quando nem eu mesmo acreditava. Você me ajudou a superar as dificuldades e inseguranças da vida. Você é um parceiro de vida, sempre estarei ao seu lado na realização dos seus sonhos. Obrigada!

Aos meus irmãos, Fabiano, Kleber e Kátia, por sempre terem me ajudado de alguma forma, cada um à sua maneira e pelo carinho proporcionado. Que Deus ilumine os caminhos de cada um de vocês. E também a minha cunhada Dionaide e aos meus sobrinhos Bruno e Mateus, todos moram em meu coração.

Ao meu querido amigo-irmão, Marcelo, por seus ensinamentos, apoio e carinho desde a época do Mestrado em Comunicação. Você me ajudou a amadurecer intelectualmente e emocionalmente e a lutar pelos meus sonhos. Tenho certeza que Deus está ao seu lado e o ajudará sempre a superar os obstáculos da vida.

A minha querida orientadora, Larissa Pelúcio, por seus ensinamentos, compreensão, apoio e carinho ao longo do processo de Doutorado. Obrigada por ter me ajudado a superar as dificuldades na elaboração desta tese e por ter me ensinado outra forma de enxergar a realidade e o meu objeto de estudo. Apreendi muito com suas reflexões e com as Ciências Sociais.

Aos membros da banca de qualificação, Richard Miskolci e Luis Antônio, pelos apontamentos realizados penso que elas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho

A todos os professores que passaram por minha vida, em especial às minhas orientadoras de Graduação e Mestrado, Maria Antônia Vieira Soares e Maria Inês Dota, ambas da Unesp/Bauru.

Aos membros titulares da banca de avaliação da minha defesa final de Doutorado, Natália, Jorge, Luís Antônio e Lídia por terem aceito o convite em participar deste momento e por compartilharem seus conhecimentos. Agradeço também aos membros suplentes da banca, Andreas, Heloisa e Laura, os quais se disponibilizaram em contribuir com a minha tese, caso houvesse necessidade. De qualquer modo, a participação de todos é muito importante para mim

Aos meus alunos e ex-alunos e colegas da Universidade do Sagrado Coração (USC) pelo apoio e compreensão ao longo desta trajetória. É muito bom poder ensinar-lhes alguma coisa, mas é muito melhor aprender com vocês. Obrigada!

Aos meus amigos e colegas em geral que, de alguma forma, sempre demonstraram seu carinho e apoio ao longo da minha vida.

A todos Muito Obrigada!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar!” - *Nelson Mandela*.

RESUMO

As experiências das mulheres brasileiras imigrantes têm merecido atenção da mídia portuguesa desde a chamada "segunda vaga" migratória, cujo marco temporal data de 1999. A feminilização dos fluxos migratórios confere centralidade às questões de gênero, as quais só podem ser entendidas em sua complexidade quando interseccionadas com outros marcadores sociais como nacionalidade, raça/etnia e classe. A fim de compreender como a mídia lusitana veio reportado este fenômeno, foram analisados nesta tese dois importantes periódicos locais, o lisboeta *Público* e *Jornal de Notícias*, do Porto. A partir da locução "mulher brasileira" e das palavras de busca "brasileira/s" chegou a um universo de 162 notícias, as quais foram organizadas em categorias classificatórias e analisadas em diálogo com os estudos feministas e pós-coloniais. Reiteraões, cristalizações e tensionamentos relativos à experiência destas brasileiras imigrantes são problematizadas nesta pesquisa a partir de referencial foucaultiano. Considerando que os discursos são mais que atos de fala descritivos e sustentados por signos, procurou-se, justamente, sublinhar este "mais" no esforço de fazê-lo aparecer, procurou-se descrever seus sentidos. Os resultados mostram que os periódicos analisados tendem a reproduzir visões colonialista e sexistas relativas às experiências destas mulheres, ainda que, em um deles, voltado para o público lisboeta, de classe média, tenda a problematizar o preconceitos e estereótipos aos quais estas imigrantes estão sujeitas, a homogeneização das experiências, ali reportadas tende a reiterar percepções sexualizadas, erotizadas e/ou vitimárias das brasileiras. Invisibilizando-se vivências que não são facilmente alocadas nessas chaves de classificação.

Palavras-chave: Discurso Midiático; Jornal Público, Jornal de Notícias; Mulher Brasileira; Portugal; Estudos feminista e pós-coloniais.

ABSTRACT

The experiences of immigrants Brazilian women have come to the attention of the Portuguese media since the so-called "segunda vaga" immigration, which in timeframe date 1999. The feminization of migration flows gives centrality to gender issues, which can only be understood in its complexity when intersect with other social markers such as nationality, race / ethnicity and class. In order to understand how the media came Lusitanian reported this phenomenon, were analyzed in this thesis two major local newspapers, the Lisbon's Público and Jornal de Notícias, of the Porto. From the expression "Brazilian woman" and the search words "Brazilian/s" reached a universe of 162 news, which were organized in classificatory categories and analyzed in dialogue with feminist studies and postcolonial. Reiterations, crystallization and tensions on the experience of these immigrants are Brazilian problematized this research from foucaultiano reference. Whereas the discourse are more than acts descriptive speech and sustained by signs, sought to precisely underline this "mais" in the effort to make it appear, he tried to describe his senses. The results show that the periodicals analyzed tend to reproduce colonialist and sexist views on the experiences of these women, although in one of them, facing the Lisbon audience, middle class, tend to question the prejudices and stereotypes to which these immigrants are subject the homogenization of experience, there tends to reiterate reported sexualized perceptions, eroticized and/or victimizers of Brazil. Unfeasible to experiences that are not easily allocated to this classification keys.

Key-words: Media discourse; Público newspaper, Jornal de Notícias; Brazilian woman; Portugal; feminist and postcolonial studies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de notícias identificadas no Jornal <i>Público</i>	75
Tabela 2 – Relação temporal das notícias identificadas no Jornal <i>Público</i>	76
Tabela 3 – Categorias de notícias identificadas no <i>Jornal de Notícias</i>	78
Tabela 4 – Relação temporal das notícias identificadas no <i>Jornal de Notícias</i>	78
Tabela 5 - Relação temporal comparativa de notícias identificadas no Jornal <i>Público</i> e <i>Jornal de Notícias</i>	114
Tabela 6 – Relação temporal de categorias de notícias no <i>Público</i>	115
Tabela 7 – Relação temporal de categorias de notícias Jornal de Notícias.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	23
1.1 O contexto brasileiro	23
1.2 O contexto português	33
1.2.1 As leis portuguesas de imigração	35
1.3 As mulheres brasileiras imigrantes em Portugal	43
 CAPÍTULO 2 – O PÚBLICO E O JORNAL DE NOTÍCIAS: PARA COMPREENDER DISCURSOS E SILÊNCIOS.....	52
2.1 Jornal <i>Público</i> – Lisboa	54
2.2 <i>Jornal de Notícias</i> – Porto	58
2.3 A construção do corpus de análise: as categorias de notícias	62
 CAPÍTULO 3 “MULHER BRASILEIRA” E OLHAR (PÓS) COLONIAL	81
3.1 A (des)essencialização da noção de “mulher brasileira”	83
3.2 O discurso da mídia portuguesa sob o olhar (pós) colonial	88
3.3 A interdiscursividade da mídia portuguesa sobre a “mulher brasileira”	95
 CAPÍTULO 4 AS MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL: OS MARCADORES DA DIFERENÇA	100
4.1 A intersecção das diferenças nas categorias de notícias analisadas.....	101
4.2 A relação temporal das categorias de notícias identificadas no Público e JN.....	111
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
 REFERÊNCIAS	125
FONTES JORNALÍSTICAS	131
FONTES – DOCUMENTOS OFICIAIS.....	140

APÊNDICES	142
-----------------	-----

INTRODUÇÃO

De acordo com o INE [Instituto Nacional de Estatística], o imigrante residente em Portugal era maioritariamente mulher, de nacionalidade brasileira, com 34 anos de idade, solteira, católica, residente na região de Lisboa, com o ensino secundário e estava empregada como trabalhadora da limpeza.

[...]

O INE indica igualmente que a maior comunidade estrangeira a viver em Portugal era a brasileira, com 109.787 pessoas (cerca de 28% do total de imigrantes), seguindo-se a cabo-verdiana, com 38.895 (10%). (LUSA, 2012, p.1) – Seção *Sociedade*, do *Público* de 17/12/2012.

Não pagou sexo com mulher, de nacionalidade brasileira, de 52 anos, e foi esfaqueado na cara e na cabeça com um x-acto [instrumento cortante]. A agressão ocorreu na Rua de S. Dinis, no Porto, e impressionou quem viu o estado em que ficou a vítima, de 33 anos [...].

Testemunhas contam que [...] começaram a ouvir pedidos de socorro “[...] Fomos lá e ela [a brasileira] apareceu à porta a insultar-nos e quase nos agrediu. [...] O homem já estava na rua, com um golpe profundo na cabeça e na cara. Chamei o INEM [Instituto Nacional de Emergência Médica] e a Polícia, pois a mulher pareceu-me perigosa e estava exaltada”, contou a testemunha ao JN [JORNAL DE NOTÍCIAS]. (PINTO, 2012, p.1) – Seção *Segurança*, do JN, de 04/02/2012.

O primeiro trecho da notícia do Jornal *Público* de Lisboa aponta a qual o perfil e o número expressivo de brasileiras imigrantes entre os portugueses na atualidade. Trata-se de mulheres em idade adulta e solteiras, católicas e residentes na região da capital de Portugal, ou seja, Lisboa. Esse segmento apresentava nível educacional intermediário e trabalhavam no setor de limpeza. E segundo a notícia, representam a maior comunidade de imigrantes no país. Por outro lado, o segundo trecho da matéria do *Jornal de Notícias* (JN) do Porto versa sobre uma situação em que uma brasileira esfaqueou um homem por não ter pago pelos serviços sexuais que, segundo o jornal, ela prestou. A matéria enfatiza ainda o comportamento agressivo e o descontrole da brasileira com as testemunhas do acontecimento noticiado pelo JN. Ambas as narrativas exemplificam a forma como dois importantes jornais portugueses têm abordado a experiência de mulheres brasileiras em Portugal. Tendo isso em vista, o presente trabalho trata de notícias sobre a “mulher brasileira” produzidas por esses dois jornais, no período de 2004 a 2015 a fim de verificar as formas, como a antiga metrópole tem, por meio do discurso destes veículos, representado as mulheres brasileiras.

Parto da visão de Michel Foucault (1986), a fim de analisar esses discursos. De acordo com este autor, o discurso refere-se a um conjunto de enunciados que

pertencem a uma mesma formação discursiva, a qual regula o sentido das palavras, e pelo discurso é possível definir as suas condições de existência. É dizer, que os discursos não apenas descrevem o existente, mas o criam. Como diz Foucault (1986), é necessário sempre que buscar o “algo a mais” que os enunciados podem nos indicar e acredito que há muito mais significados envolvendo as mulheres brasileiras do que o discurso que algumas mídias portuguesas apresentam.

Nesta perspectiva, é preciso compreender as especificidades das formulações discursivas, entendê-las como acontecimentos que provocam efeitos reais. Dessa forma, pode-se encontrar os espaços em branco que um discurso porta e o sentido que ele dá as palavras, a partir de um determinado contexto sócio histórico e do posicionamento assumido por determinados segmentos sociais ao formular essas enunciações. Assim, acredito que a partir da visão foucaultiana é possível compreender os sentidos que os jornais pesquisados dão às experiências de mulheres brasileiras em Portugal, no período abrangido.

Esclareço que utilizo o termo “mulheres brasileiras” no plural para me referir as brasileiras abordadas nesta pesquisa porque entendo que ele captura a pluralidade que envolve esse segmento, já que compreendo que há diversos marcadores em jogo além da nacionalidade, como raça, regionalidade, sexualidade, classe, etc. No entanto, em outros momentos utilizo o termo “mulher brasileira” entre aspas para me referir as ideias generalizantes e, às vezes, estereotipadas que, ligadas a imagem das mulheres brasileiras em Portugal, constroem essencializações sobre elas sem considerar seriamente a multiplicidade de experiências que elas estão envolvidas como migrantes.

À perspectiva foucautiana somo as contribuições teóricas de Edward Said (1990) e Ramón Grosfoguel (2008) a fim de discutir as experiências migratórias de mulheres brasileiras para Portugal, a partir de uma lente pós-colonial.

Escolhi abordar esse tema em minha tese de doutorado por conta da minha formação de graduação e mestrado na área da comunicação. Desde o meu trabalho de conclusão de curso na graduação tenho me interessado por pesquisar questões relacionadas ao gênero e, a partir da minha dissertação de mestrado, tenho abordado a forma como alguns veículos da comunicação social portuguesa têm influenciado na construção da imagem das mulheres brasileiras naquele país. Neste caso, de acordo com Jéssica de Cássia Rossi (2011), realizei a análise do discurso

de algumas notícias do jornal *Expresso* publicada na versão digital do veículo entre os anos de 2008 e 2009. Por ele, quis aprofundar minhas pesquisas sobre a maneira como as mulheres brasileiras respondiam aos preconceitos e discriminações construídos por alguns veículos da mídia lusitana. Contudo, não encontrei, na área da comunicação um programa de pós-graduação e uma linha de pesquisa que me viabilizasse o suporte necessário para desenvolver tal pesquisa a partir do referencial que me parecia pertinente, a saber, aquele que toma gênero como categoria estrutural para se entender as relações sociais. Reconheço que, nos últimos anos, os estudos de gênero vêm encontrando mais espaço na área da Comunicação Social, porém, as contribuições mais sensíveis referentes à essa temática ainda encontram nas Ciências Sociais um campo mais consistente teórica e conceitualmente.

Partindo dessas considerações, busquei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Unesp Marília (SP), sob orientação da Professora Doutora Larissa Maués Pelúcio Silva, a possibilidade de desenvolver esta tese. Com as contribuições da minha orientadora, quis realizar uma pesquisa etnográfica online participando em grupos da rede social digital *Facebook* voltados para assuntos de interesse de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. Tentei constituir, a partir desse corpus de pesquisa, um campo analítico que me permitisse verificar como essas mulheres respondiam às discriminações as quais elas eram submetidas por alguns veículos da mídia portuguesa. Entretanto, ao longo da redação do texto de Qualificação, ficou flagrante que o campo etnográfico não estava se constituindo como espaço suficiente para atender às questões já anunciadas. Sendo assim, considerando as contribuições dadas pela banca da Qualificação, propus-me a analisar a forma como veículos de comunicação lusitanos têm abordado as experiências das mulheres brasileiras em Portugal, a partir de contribuições de autores/as do campo das Ciências Sociais.

A escolha pela análise de veículos de comunicação massiva como os jornais *Público* e *Jornal de Notícias* vincula minha formação anterior à que me propus ao longo deste doutorado, desejosa de poder contribuir para a área da Comunicação Social com um trabalho no qual os estudos de gênero e migração, a partir de análises sócio-antropológicas, se somam a análises da área de mídias.

Neste trabalho gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e classe são tratados como marcadores da diferença imbricados em uma vasta teia colonial, na qual a relação de colonialidade do poder, segundo Anibal Quijano (2005)¹ pode ajudar a compreender como relações pretéritas orientam discursos sobre o “Outro” e lubrificam a imaginação² de pessoas desejosas em alargarem seus horizontes de possibilidades, a partir de projetos migratórios orientados por visões fortemente constituídas que relacionam a Europa à civilização e a prosperidade, enquanto que países, como o Brasil considerados de “Terceiro Mundo”, estão relacionados ao atraso cultural.

Desde os anos 1980 e 1990 brasileiras/os têm imigrado, cada vez mais, para Portugal, a ponto de representarem a maior comunidade de imigrante no país nos últimos anos. Por isso, neste trabalho, discuto o fenômeno da imigração de mulheres brasileiras para esta nação, a partir dos anos 2000 até o ano 2015. Para tal abordagem, fiz um recorte na linha migratória entre Brasil e Portugal a partir de 1980 como um marco importante deste fluxo, já que se trata do momento em que houve a intensificação de viagens de brasileiras/os para a sociedade lusitana.

Essa “onda” migratória e a legalização de uma quantidade expressiva de imigrantes brasileiros no país em 2003, com o *Acordo Lula*³, levou a repercussões na mídia portuguesa sobre esse fenômeno. Entre esses veículos, há alguns que se pautam a imigração como um problema para a ordem social. Reportagens e matérias em jornais impressos (*Diário de Notícias*, *Público* e *Expresso*), revistas (*Visão* e *Focus*) e canais de televisão abertos (*Rádio e Televisão Portuguesa 1*, *Rádio e Televisão Portuguesa 2*, *Sociedade Independente de Comunicação* e *Canal Generalista Português*), não raro associam a presença das mulheres brasileiras imigrantes à ilegalidade, à prostituição e ao tráfico de drogas.

De acordo com Luciana Pontes, referindo-se ao cenário econômico português do início deste século:

¹ A colonialidade do poder é, segundo Anibal Quijano, ordem discursiva e epistemológica que deu sustentação à modernidade. Este componente foi gestado a partir da expansão europeia sobre outras regiões do planeta e que continua, na contemporaneidade, a orientar a maneira como lugares e pessoas são hierarquizados.

² Uso este conceito a partir da proposta de Arjun Appadurai, para quem a imaginação é no presente um “como um processo crucial na constituição das subjetividades modernas e da pluralidade do imaginário global”. (LARANJEIRA, 2012, p. 129).

³ No Capítulo 1 o *Acordo Lula* será melhor discutido.

Face à crise econômica e laboral em Portugal, a migração, vista com desconfiança e competitividade, é tratada pela mídia quase como agressão externa e requer controle e vigilância – uma questão de segurança nacional e polícia. A tônica é o fechamento de fronteiras e o controle dos imigrantes ilegais. (2004, p. 239).

A partir de 1986, Portugal passou a integrar a *Comunidade Econômica Europeia* (CEE)⁴, bloco integrado de países europeus, fundamento no modelo político-econômico de democracia com economia de mercado. Para Celso Marcus Vieira de Sousa (2010), essa inserção marca o início da modernidade para a sociedade lusitana, uma vez que a mesma passa a ter resultados expressivos na área financeira, conseguiu modernizar sua infraestrutura e passa a atuar com mais credibilidade no cenário internacional. Assim, o país estabeleceu uma série de parcerias com outros países e estimulou a entrada de investimentos e turistas em seu território. A década de 1990 representou o período de maior prosperidade econômica ao país e até 2006, aproximadamente, Portugal “[...] estava inserido de forma muito profunda no processo de integração europeia”. (SOUSA, 2010, p.24), cerca de 70% de suas trocas comerciais efetuaram-se com os países do bloco. Além disso, Portugal aderiu a zona do euro e ao *Espaço de Schengen*, um acordo entre os principais países europeus que permite a circulação de cidadãos desses países desde 1995. Esses dados sinalizam a importância da sociedade portuguesa para a *União Europeia*.

Esses resultados positivos da inserção portuguesa na integração europeia – grosso modo, aumento do peso político do país na cena internacional, aliado à reestruturação de suas infra-estruturas e de seu setor produtivo – benefícios econômicos – não devem fazer olvidar [esquecer]. (SOUSA, 2010, p.24-25).

Por se destacar no cenário internacional e também devido à proximidade cultural/linguística com o Brasil, muitas/os brasileiras/os viram no território lusitano uma oportunidade para buscar por melhores condições de vida. Assim, desde a década de 1990, essas pessoas têm migrado para o país, uma vez que nessa época o Brasil passava por reestruturações políticas e econômicas. Esse movimento foi intenso até a primeira década do século XXI. Essa intensificação de fluxos migratórios brasileiros para Portugal levou a uma série de conflitos porque inicialmente a entrada desses imigrantes no país não era bem vista e, por vezes,

⁴ Atual *União Europeia*.

alguns veículos da mídia nacional contribuíram para intensificar essa percepção ao abordar intensamente o assunto. Contudo, devido à crise econômica que afetou Portugal entre os anos de 2008/2009, as condições para imigrante brasileiras/os se reduziram, levando na década seguinte muitas/os a retornarem ao Brasil. Segundo Benalva da Silva Vitorio (2015), em 2012 esta comunidade era a que mais pedia auxílio a *Organização Internacional para Migrações* (OIM) para o *Programa de Retorno Voluntário* a sua terra natal. Sem contar que nesta época também o Brasil estava se desenvolvendo econômica e socialmente com as gestões Lula da Silva e Dilma Rousseff. Com a crise financeira de 2008, a presença de imigrantes passou a ser ainda mais questionada, pois acreditava-se que as/os brasileiras/os estariam “roubando” as vagas de trabalho dos portugueses, por isso, de acordo com Pontes (2004), a migração no país era vista com “desconfiança e competitividade”. De acordo com Machado (2003), existe em Portugal uma hierarquia das alteridades que estabelece quais são os migrantes mais ou menos aceitáveis no país, sendo que aqueles que são das ex-colônias portuguesas e quanto mais negros forem são menos bem recebidos. Na visão do autor, o Brasil ocupa um grau intermediário nessa hierarquia por ser considerado um país mestiço; as/os brasileiras/os são mais bem aceitos que as/os imigrantes dos países africanos (por estes serem “mais negros”) e menos em relação aos imigrantes do leste europeu como as/os romenas/os (estes são considerados “mais brancos”).

Ao fazer um levantamento de matérias e reportagens publicadas por dois proeminentes jornais portugueses interessei-me em compreender o papel que a mídia portuguesa tem tido na construção da imagem das mulheres brasileiras no país. Mas também, como os veículos de comunicação, muitas vezes, canalizam e organizam, textualmente, anseios sociais que podem ser traduzidos em pânicos morais, de acordo com Richard Miskolci, “aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras”. (2007, p.103).

Entres as “ameaças” que viajam com e nesses corpos femininos, parece estar a sexualidade da “mulher brasileira”. Gayle Rubin (2003) já nos mostrou como o sexo é político e carrega consigo potencias de transformação da ordem social. A ideia de ser o Brasil uma terra com mulheres sedutoras e afeitas ao sexo viaja não só em cartões postais ou documentários sobre o Carnaval, mas também na

produção acadêmica mais canônica como na obra de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*). Em muito citada passagem, o autor escreve que desde o “Descobrimento” já teria havido esse contato corruptor/sedutor, iniciado no corpo e na carne das nativas:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. (FREYRE, 1987, p. 93).

Mimi Sheller me inspira a traçar paralelos entre Caribe e Brasil quando se refere àquela localidade como uma terra

[...] inventada, que ha sido desnaturalizada y renaturalizada en procesos trasatlánticos de consumo que han ligado la conceptualización del territorio con las relaciones sociales de sus habitantes. [...] En este contexto la mujer caribeña es construida en relación al Caribe geográfico: una mujer para el consumo, servil, exótica, y salvaje. Las representaciones de ‘la mujer’ de piel sedosa y canela con apetito insaciable para el sexo y ‘la mujer’ de piel oscura pero sonrisa amplia, hecha para servir, son sistemáticamente usadas para promocionar lugares de turismo Caribeño, como explica Beverly Mullings en el caso de Jamaica. Estas construcciones fantásticas, en muchos casos, marcan racialmente a las mujeres provenientes de países del caribe, incluyendo el Brasil. (BARRERO, 2005, p.141-142).

Assim, esta tese pretende analisar como os jornais *Público* e JN significam as experiências das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal em notícias publicadas entre os anos de 2004 a 2015. A partir da intersecção de marcadores da diferença como nacionalidade, gênero, raça, geração, sexualidade e classe. Busco compreender como esses veículos constroem os sentidos sobre a “mulher brasileira” perante a sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Das múltiplas vivências das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, atualmente, alguns veículos da comunicação social portuguesa, como os jornais *Público* e JN têm abordado apenas algumas características que envolvem as experiências migratórias dessas mulheres. Entre os temas mais recorrentes que elas são associadas por esses meios de comunicação estão as práticas sexuais, a violência, a imigração ilegal e a criminalidade. A tendência da mídia portuguesa em construir estereótipos⁵ sobre mulheres brasileiras migrantes têm sido verificada por

⁵ Entendo que os estereótipos, a partir da visão de Stuart Hall (1997) e Damasceno (2008), servem para reduzir, essencializar e fixar a diferença a do Outro a fim de manter a ordem simbólica e social de um determinado contexto. Os estereótipos classificam o que é aceitável ou não e exclui tudo o que não se adapta aos seus critérios. Além disso, eles são produzidos em situações em que há desigualdade do poder econômico, de coerção física e do poder simbólico.

algumas/ns estudiosas/sos nas últimas décadas como: Luciana Pontes (2004), Isabel Ferin Cunha (2005), Mariana Selister Gomes (2013), Benalva da Silva Vitória (2015) etc.

É necessária uma certa conversão do olhar para se enxergar o “algo a mais” que o discurso desses veículos de comunicação apresentam sobre as mulheres brasileiras. Para tanto, é importante se perguntar como a linguagem é produzida e o que determina a formulação desses enunciados. Ouvir os silêncios desses discursos, mapear os ditos nas diferentes cenas enunciativas. Também entender que a realidade não é uma construção linear com causa e efeito, mas sim que ela é bem mais complexa, significa aceitar que ela pode ser, de acordo com Rosa Fischer, “belicosa, atravessada pelas lutas em torno da imposição de sentidos”. (2001, p.205). O discurso permite enxergar as contradições e complexidade que envolvem a realidade e que são expressadas por meio dos atos de fala. Por isso, tomo a abordagem dada pelas narrativas dos jornais *Público* e JN em relação às mulheres brasileiras imigrantes me servem de campo investigativo.

Para tanto, apostei no mapeamento de notícias veiculadas por importantes dois jornais lusitanos, analisando a forma como têm pautado temas relativos às imigrantes brasileiras. A partir do levantamento feito em versões digitais dos jornais *Público*, de Lisboa e *Jornal de Notícias*, do Porto sobre matérias relacionadas a mulheres brasileiras. Obedecendo o recorte temporal de 11 anos, de 2004 a 2015, escolhi ambos os jornais por serem duas cidades relevantes no cenário português em que há uma quantidade expressiva de brasileiras/os imigrantes e por estarem entre as três maiores cidades do país. Já em relação ao recorte temporal, optei por levantar notícias a partir do ano de 2004 por ser um momento a partir do qual a mídia portuguesa passou a abordar, intensamente, o fenômeno da imigração brasileira no país até 2015.

Um ponto de inflexão na abordagem de temas relativos à presença de mulheres brasileiras em Portugal por meio da imprensa parece-me estar associado à ocorrência do movimento *Mães de Bragança* em 2003, no qual esposas portuguesas denunciaram publicamente a presença de brasileiras imigrantes que se prostituíam em casas noturnas na cidade de Bragança, frequentadas pelos maridos dessas esposas. Trata-se de um acontecimento que os veículos de comunicação social

portugueses essencializaram as mulheres portuguesas como “Marias” e as mulheres brasileiras como “Evas”, generalizando o comportamento de ambos os segmentos. Enquanto as primeiras são classificadas como esposas e mães, as segundas são tratadas como sedutoras e pecadoras. Uma noção que os *Estudos Pós-Coloniais*, com algumas contribuições dos *Estudos Feministas*, na visão de Miriam Adelman (2009) procuram (des)construir, ao apontar que as experiências das mulheres vão muito além do binarismo “mulher ocidental” versus “mulher de terceiro mundo”. Ademais, outros critérios que influenciaram este recorte temporal foram: a acessibilidade a versão digital dos jornais consultados e o número de notícias disponíveis sobre o tema para compor meu corpus de análise.

Por este levantamento no jornal o *Público*, mapeei o universo de 71 notícias, entre as quais 31 delas, ou seja, aproximadamente 44%, tratavam de migrações ilegais e suas consequências. Enquanto no *JN* o tema mais abordado, no mesmo período, foi a prostituição, relacionada à ilegalidade e, por vezes, à violência. Em um total de 91 notícias consideradas, 21 delas, ou seja, em torno de 23% estavam relacionadas ao assunto. Esses dados me levaram ao seguinte questionamento: Como o jornal *Público*, de Lisboa e o *Jornal de Notícias*, do Porto têm colaborado na construção da imagem sobre a “mulher brasileira” entre os portugueses? Esses veículos reiteram ou não estereótipos relacionados à nacionalidade, raça, sexualidade, classe e gênero? Porque esses veículos privilegiaram esses temas e não outros? Essas notícias são centradas somente na nacionalidade brasileira ou há outros marcadores envolvidos como raça e classe? Como essas abordagens associam o Brasil a determinados estereótipos?

Este trabalho busca responder a essas questões, para tanto, no Capítulo 1 “Migração Contemporânea”, ofereço um breve panorama histórico de como a imigração brasileira tem se desenvolvido em Portugal entre os anos de 1980 a 2015. Também procuro mapear como tem se desenrolado o fenômeno da imigração no contexto português, bem como as leis que regulam a entrada e permanência de imigrantes em geral no país, em que dou certa ênfase ao *Acordo Lula*, o qual permitiu a regularização de uma quantidade expressiva de migrantes brasileiras/os no país em 2003. Em seguida, discuto como a presença das mulheres brasileiras imigrantes tem sido vista pela sociedade lusitana e o lugar específico ocupado por elas na dimensão da imigração portuguesa por meio da atualização de sentidos das

relações de poder da colonização portuguesa no Brasil, na visão de Igor Machado (2003; 2006; 2008) e de Edward Said (1990), valendo-me do conceito de *Orientalismo* proposto por este último autor como aporte analítico. Procuro mostrar que esses discursos exotizam as/os brasileiras/os no cenário da imigração lusitana.

No Capítulo 2 apresento os jornais escolhidos, a metodologia utilizada e como foram compostas as categorias de análise das notícias dos jornais. Dessa forma, explico a história, as características e os posicionamentos do *Público*, de Lisboa e do JN, do Porto, interseccionadas por algumas reflexões sobre o discurso a partir do pensamento de Foucault (1971 e 1986), com algumas contribuições de Rosa Fischer (2001). Em seguida, esclareço como delineei o compus da pesquisa e como defini as categorias de notícias abordadas. Alguns trechos das notícias foram recortados a fim de exemplificarem tais escolhas. Neste ponto, continuo a articulação como as reflexões de Foucault e Fischer, mas introduzo também as reflexões da feminista Adriana Piscitelli (2008a), a qual acredita que as experiências das mulheres brasileiras precisam ser compreendidas por meio da conjunção de marcadores de diferenciação como gênero, raça, nacionalidade, sexualidade etc.

Já no Capítulo 3, discuto os enunciados que cristalizam a noção de “mulher brasileira” entre os portugueses, principalmente a suposta “disponibilidade sexual” a qual as brasileiras são recorrentemente associadas. Dessa forma, primeiro abordo a imagem são insistentemente veiculadas relacionadas à ideia de “mulher brasileira” e como é possível (des)essencializar tais conceitos com contribuições do pensamento de Piscitelli (2002, 2008a). Além disso, trabalho com o discurso de alguns veículos da comunicação social portuguesa a fim de compreender como as matérias noticiosas tem participado da construção de estereótipos relacionados a gênero e nacionalidade.

O exemplo do caso *Mães de Bragança* é emblemático no que se refere-se à constituição e manutenção de visões cristalizadas sobre a “mulher brasileira”. Para aprofundar a discussão, tomo reflexões pós-coloniais no sentido de problematizar tais noções, procurando entender como estas chegam a se tornar hegemônicas. Exponho também alguns enunciados que são retomados pelos jornais ou seja, a interdiscursividade existente nesse processo que (re)forçam alguns estigmas sobre as mulheres brasileiras imigrantes entre os portugueses.

Já no Capítulo 4, abordo como os marcadores da diferença como gênero, raça, nacionalidade, sexualidade e classe se relacionam com as categorias de notícias abordadas sobre as mulheres brasileiras imigrantes. Apresento a frequência com as categorias de notícias, identificadas em ambos os veículos de comunicação analisados, aparecem ao longo do período analisado de 2004 a 2015.

As discussões realizadas nesta tese são retomadas nas Considerações Finais, em que procuro responder às questões proposta ao longo desta tese, além de apontar alguns posicionamentos e resultados da pesquisa. Neste esforço de síntese reúno as possíveis contribuições que estas reflexões podem proporcionar para o campo dos estudos de migração, particularmente na perspectiva interseccional, bem como espero poder pautar a temática de gênero como categoria analítica para as pesquisas que busquem na Comunicação Social um campo de análise.

CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Por abordar as experiências das mulheres migrantes que são, de alguma forma, reportadas pelos jornais *Público*, de Lisboa e *JN*, do Porto, neste capítulo ofereço um breve panorama da migração contemporânea de brasileiras e brasileiros para Portugal, buscando relacionar esses fluxos com o cenário político e econômico no Brasil.

Entre os fatores que estimularam esse cenário estão, de acordo com Ângelo Martins Júnior e Gustavo Dias, “[...] o avanço nos sistemas de comunicação e, principalmente, de transportes, a troca de informação e a possibilidade de superar longas distâncias geográficas em curto espaço de tempo possibilitaram um aumento no fluxo populacional” (2013, p.811) ao redor do planeta. Dessa forma, os temas migração e mobilidade “[...] tornaram-se questões relevantes dentro das agendas políticas e acadêmicas” e despertaram o interesse em diversas áreas do conhecimento, como nas ciências sociais e na antropologia.

Tendo isso em vista, discuto os aspectos contextuais brasileiros que motivaram a imigração de mulheres brasileiras para Portugal no período de 1980 a 2015, bem como o contexto português, no mesmo período, que motivou a ida de estrangeiros para o país e suas leis migratórias. Esses deslocamentos vêm ocorrendo em um contexto de aumento significativo das migrações contemporâneas. Ademais, reflito sobre a situação das mulheres brasileiras imigrantes e algumas discriminações que elas têm enfrentado na sociedade lusitana.

1.1 O contexto brasileiro

No Brasil, a imigração também tem ganhado destaque nas últimas três décadas e meia (de 1980 a 2015). De acordo com os dados mais recentes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2009), há cerca de 3,5 milhões de brasileiros vivendo no exterior. As principais nações que recebem estas pessoas são: 1º Estados Unidos (1.280.000), 2º Paraguai (500.000), 3º Japão (280.000), 4º Reino Unido (180.000), 5º Portugal (137.000)⁶, 6º Espanha (125.000), 7º Alemanha

⁶ Os dados são diferentes daqueles apontados pelo *Serviços de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF) (2014) de Portugal, há em torno de 87.493 brasileiros vivendo em Portugal. Vale ressaltar que essas pesquisas de órgãos oficiais não abrangem os imigrantes ilegais, dessa forma, acredito, de acordo com a discussão de Machado (2006), que esses números podem ser diferentes.

(89.200), 8º Itália (70.000), 9º França (60.000), 10º Suíça (57.500). Entre os anos de 1980 e 1990, houve a migração de trabalhadores, de diferentes segmentos sociais, “desiludidos” com a situação econômica e social do país, que buscaram melhores condições de vida em outras nações. Estes são denominados como “os ‘exilados da crise’ econômica que abasteciam o mercado de trabalho informal dos EUA [Estados Unidos da América], Europa Ocidental e Japão”. (MARTINS; DIAS, 2013, p.815).

A imigração brasileira contemporânea para diversos países, por ter ganhado relevância no início deste século, passou a ser abordado pela mídia, como destaque, à época para “[...] conflitos, prisões e maus tratos infringidos a brasileiros no exterior”. (MACHADO, 2003, p.35). Muitas/os brasileiras/os enxergaram no exterior uma saída para as “décadas perdidas”, nos anos 1980 e 1990, assim como esse cenário traduziu “[...] de certa forma, o retrato de esperanças e desejos dos brasileiros [...]”. (2003, p.35). É importante considerar que, entre os séculos XX e XXI, cerca de 1% da população brasileira vivia no exterior.

Nesse sentido, muitas/os brasileiras/os vislumbraram em Portugal uma saída para as crises econômicas e políticas que enfrentavam em sua terra natal. Nos anos 1980, o Brasil vivenciou a chamada “década perdida” em que houve uma considerável regressão da economia nacional, altas taxas de inflação e a criação de diferentes planos econômicos. Tal situação trata-se de um reflexo do período pós ditadura militar, em que, nos anos 1970, o Brasil apresentava taxas de crescimento econômico bastante expressivo de, aproximadamente, 8% ao ano. No âmbito político, ainda nesta década, o país passou pelo período de redemocratização, em que os representantes políticos passaram a ser escolhidos por voto direto e a formulação da nova constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, por defender novas práticas de cidadania. Diante dessa situação, presidentes como José Sarney e Fernando Collor de Mello adotaram planos governamentais para a estabilização econômica do país, as quais não resolveram os problemas. Sendo assim, muito brasileiros ficaram desiludidos com, de acordo com Vitorio, “[...] a quebra do poder aquisitivo, o desemprego e os baixos salários [...] [dessa forma] seguiram a rota contrária daqueles que, no passado, deixaram a Europa para reconstruir suas vidas nos trópicos. E Portugal foi um dos pontos de chegada [...]”. (2015, p.18).

Já nos anos 1990, o país inseriu medidas durante as gestões de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso a fim de internacionalizar sua economia, contudo, elas provocaram ainda mais prejuízos econômicos e sociais ao país. Além disso, o *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello desestabilizou ainda mais a política brasileira, recém redemocratizada. Tudo isso trouxe instabilidade e consequências sociais para a qualidade de vida dos brasileiros como o acesso precário a educação, a saúde, ao emprego, a habitação, a segurança etc. E também, poucas vagas de trabalho e limitada mobilidade social, conforme aponta Jorge Malheiros:

Naturalmente, a sucessão de crises económicas experimentadas pelo Brasil, nos anos 80 e 90, limitaram as oportunidades do mercado de trabalho e de mobilidade social, contribuindo para criar a pressão emigratória que levou os Brasileiros, não apenas para Portugal, mas também para outros países. [...] Factores como a insegurança dos cidadãos ou a instabilidade dos mercados financeiros, associada a taxas de inflação muito elevadas em largos períodos dos anos 90, também contribuíram para incentivar o desejo de partida de muitos Brasileiros, sobretudo de classe média e mesmo média- -alta. (2007, p.17).

A qualidade de vida e também as condições financeiras têm sido fatores que estimularam brasileiras/os a migrarem para Portugal, tanto que, apesar das dificuldades que as mulheres brasileiras enfrentam, elas não desistem de morar no país, como aponto nas declarações abaixo de Carol (imigrante brasileira entrevistada pelo jornal *Público*) e de Adriana (imigrante brasileira entrevistada pelo JN).

"Foi uma má experiência. Mas, se puder, eu não volto ao Brasil nem em passeio", vaticina Carol. "O meio de vida cá é mais fácil. Meu filho mais velho já conseguiu comprar um carro e, agora, vivemos todos juntos numa casa razoável. No Brasil estaríamos pior". (FELNER, 2005, p.1). Seção *Sociedade*, Jornal *Público*, de 07/08/2005.

"Vim para Portugal há nove anos para construir uma vida melhor", sintetiza Adriana Silva, 29 anos. (SILVA, 2009, p.1). *Reportagem* do JN, de 15/03/2009.

As motivações de Carol e Adriana para continuarem no país são a qualidade de vida e as oportunidades de consumo, como comprar casas e carros. Trata-se de uma representação de Portugal como um lugar mais seguro economicamente, onde sonhos como de Adriana podem ser realizados, como aponta Carol, ao mencionar as conquistas matérias obtidas, contrastando sua vida em Portugal com aquela que imagina que teria no Brasil.

Alguns veículos de comunicação brasileira também colaboraram na construção dessa paisagem alvissareira relativa à imigração brasileira em Portugal no final do século XX. Em outubro de 1999, o programa *Fantástico* da *Rede Globo* exibiu uma reportagem sobre o processo de desenvolvimento social de Portugal. Trata-se de uma edição que abordou: “[...] as oportunidades de uma economia em crescimento acelerado, a empregabilidade, a facilidade da língua e o bom acolhimento dos irmãos do além-mar”. (CUNHA, 2005, p.3). Revistas direcionadas à classe média brasileira como a *Veja* abordou em alguma matéria “[...] o sucesso da imigração brasileira em Portugal”. (CUNHA, 2005, p.3). Sendo que, de acordo com Machado (2003), as/os brasileiras/os que viviam lá neste período enfrentavam dificuldades econômicas, sociais e culturais.

Entre os anos 1980, desenvolveram-se os primeiros estudos sobre os migrantes brasileiros a fim de investigar as razões que motivaram esse grupo a emigrar e os tipos de trabalho que executavam nos países como Estados Unidos, Europa e Japão. Tratam-se de estudos que usavam como fundamento teórico inicial “[...] o processo de globalização e deslocamentos exclusivamente sob uma perspectiva económica”. (MARTINS; DIAS, 2013, p.816). Nesse sentido, países considerados “atrasados” funcionariam como polo de exportação de trabalhadores para os países considerados “avançados”, como é o caso dos Estados Unidos, Japão, além de alguns países europeus.

A partir dos anos 1990, os estudos sobre o tema passaram a focar a forma como os laços sociais com familiares e amigos facilitavam a emigração de brasileiros para os diferentes países. “O sucesso daqueles que migraram no período de crise teria funcionado como motivação para que parentes e amigos seguissem o seu exemplo, ou seja, já não era tanto a crise em si o motor da decisão de migrar, mas o próprio “migrante pioneiro” que construiu um elo com os que ficaram” (MARTINS; DIAS, 2013, p. 817). Contudo, esses estudos ainda tinham como foco o migrante trabalhador, o qual se deslocava a partir de laços sociais.

De 2005 em diante, os estudos migratórios deixaram de abordar os fluxos migratórios macro, o qual envolve o trabalhador em busca de emprego, e passam a abordar identidades fragmentadas. Dessa forma,

[...] a imigração brasileira, inicialmente centrada na imagem de um indivíduo masculino e com um projeto migratório exclusivamente focado no trabalho, passa a incorporar outros sujeitos e os seus estilos de vida particulares. Entre estas pesquisas destacam-se as que focam mulheres, travestis, jovens e crianças brasileiras e suas respectivas experiências e projetos migratórios. (MARTINS; DIAS, 2013, p.817).

Tendo isso em vista, os estudos sobre a imigração brasileira contemporânea é ressignificado e se ampliam. Dessa forma, passa-se a se considerar a condição do imigrante a partir de outras categorias, que não a do trabalho (MARTINS; DIAS, 2013), que fazem parte da vida cotidiana dos migrantes como a etnia, a classe social, o gênero, a nacionalidade, etc.

É importante compreender que a migração brasileira não é, predominantemente, masculina e transitória, na realidade, há a feminização dos fluxos migratórios com implicações diretas nos países receptores e nas famílias. Segundo Beatriz Padilla, Gleiciani Fernandes e Mariana Selister Gomes, “Hoje não é possível estudar as migrações sem considerar os aspectos que são influenciados pelo gênero, desde o mercado laboral até às políticas migratórias”. (2010, p.23). O marcador gênero articulado aos movimentos migratórios serve para compreender as diferentes situações migratórias que diversos segmentos são expostos na atualidade. Tanto as mulheres como os homens passam por experiências diversas nos países para os quais emigram, “[...] seja no mercado laboral, estratificado étnico-racial e sexualmente, seja nos estereótipos que tem de lidar”. (PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2009, p.113). Nesse sentido, volto minhas discussões para as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal nas últimas décadas. “No que se refere as brasileiras em Portugal, a especificidade de gênero é somada a especificidade da nacionalidade”. (PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2010, p.113). Contudo, reconheço que em alguns momentos tenho que me referir, tanto a essas mulheres como aos homens brasileiros, porque algumas referências e fontes consultadas não fazem essa distinção. As mulheres brasileiras imigrantes enfrentam os estereótipos relacionados à brasilidade de forma diferente em relação aos homens brasileiros, estes estigmas “[...] estão relacionados com a alegria, a simpatia, a sensualidade, a malandragem, [e] ganham conotação de erotização”. (PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2010, p.113-114). Além do marcador gênero e nacionalidade, a sexualidade é outro marcador que influencia a experiência dessas mulheres porque as mesmas são significadas pelos discursos de alguns veículos

portugueses como hiperssexualizadas. Trata-se de uma noção construída desde a época da colonização lusitana no Brasil que concebe as mulheres brasileira como um corpo disponível para o colonizador, ou seja, o português⁷.

No contexto da migração brasileira contemporânea (1980 até 2015), muitas/os brasileiras/os foram para Portugal; em um primeiro momento, houve a ida de brasileiras/os de classe média e, com o tempo, de indivíduos de perfis diversificados. Entre 1989 até 2015, ocorreram três movimentos migratórios para Portugal: no primeiro (1989-1996), houve a imigração de profissionais qualificados em busca de estabilidade e boa remuneração como “[...] dentistas, publicitários, técnicos de informática e audiovisual, abrangendo cerca de dez mil cidadãos, no mercado de trabalho primário”. (VITORIO, 2015, p.18). Já no segundo momento (1997-2004), ocorreu a ida de brasileiras/os com perfis diversificados, em busca de “qualquer tipo de trabalho” (VICTORIO, 2015, p.18), com baixa escolaridade, “[...] no máximo, nível médio, sem conhecimento do contexto português na “Europa Fortaleza” [...]”. (VICTORIO, 2015, p.18). Já no terceiro momento (2012-2015), tem se verificado a migração de brasileiras/os que têm fugido da crise econômica e política do Brasil e que estão em busca de mais qualidade de vida e “reconhecimento e qualificação profissional” (DA EFE, 2016, p.1), trata-se de um grupo diversificado, mas diferente do momento anterior, mais qualificado como “[...] estudantes matriculados em programas de especialização e doutorados, funcionários públicos, aposentados, pequenos empresários e descendentes de portugueses”. (DA EFE, 2016, p.1). Já na atualidade, pelos dados oficiais do *Serviço de Estrangeiros e Fronteira* (SEF) (2014) de Portugal, o Brasil representa cerca de 22,1% da comunidade de imigrantes legais presentes no país, ou seja, corresponde a 87.493 indivíduos, é considerada a maior comunidade de migrantes em território lusitano.

Entretanto, Igor Machado (2008) discorda quanto ao perfil dos migrantes, principalmente do primeiro momento da imigração brasileira para Portugal. Em sua pesquisa realizada no final da década de 1990 com imigrantes brasileiros, considerados “pobres”, na cidade do Porto, o autor constatou que na “[...] década de 90 do século passado a imigração brasileira aparecia como predominantemente

⁷ No capítulo 3 discuto mais especificamente essa relação das mulheres brasileiras como marcador da sexualidade.

qualificada. Mas essas afirmações eram baseadas em dados que apresentavam limitações e ofereciam um quadro distorcido”. (2008, p.701). Essas limitações a que se refere o autor são os dados que tratam da imigração legal para o país, os mesmos não refletem o fenômeno da imigração ilegal que órgãos como o *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF) de Portugal não mensuram. “Há mais garçons que dentistas, mais músicos que professores de ginástica, mais jogadores de futebol do que todas as categorias de profissionais liberais juntas”. (MACHADO, 2008, p. 701). A imigração ilegal refere-se aos indivíduos que entram em Portugal sem autorização do Estado, ou seja, que não são legalizados. Assim, por não ter o controle dos imigrantes ilegais, os órgãos públicos nacionais não têm informações exatas sobre a comunidade brasileira no país. Entretanto, é importante salientar, conforme abordo no item “1.2.1 – As leis portuguesas de imigração” nas últimas décadas muitas/os brasileiras/os foram legalizadas/os no país, embora ainda exista muitos imigrantes ilegais lá na atualidade. Dessa forma, por abordar também as mulheres brasileiras imigrantes ilegais em minhas discussões, uso os dados apresentados por órgãos oficiais sobre fluxos migratórios com certa cautela, uma vez que eles não refletem totalmente a realidade dessas mulheres. A presença das imigrantes brasileiras ilegais em Portugal é um fenômeno relevante para este trabalho, tanto que essa presença ilegal foi abordada nos dois jornais analisados. A categoria “Imigração, Ilegalidade e Política”, foi a mais discutida pelo jornal *Público* de Lisboa e a terceira categoria mais discutida pelo JN do Porto.

A cidadã brasileira Arlene Sousa Barros era ontem a única ocupante do Centro de Instalação Temporária do Aeroporto da Portela, Lisboa, que acolhe pessoas que, por variadas razões, não podem entrar em Portugal. Tinha chegado às 7h, vinda de Brasília, mas foi-lhe negada a entrada por não ter visto de trabalho legal. Na cama inferior de um beliche, Arlene esperava o regresso ao Brasil no próximo voo disponível. Quase quatro mil pessoas em situação semelhante passaram, em 2008, pela Portela. (BRANCO, 2009, p.1). Seção *Portugal*, do *Público*, 31/01/2009.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] deteve, na madrugada de hoje, domingo, duas cidadãs estrangeiras no bar de alterne “Via 14” em Famalicão por não terem cumprido uma ordem judicial de expulsão.

A fonte adiantou à Lusa [agência de notícias portuguesa] que as duas mulheres, de nacionalidade brasileira, foram conduzidas ao centro de acolhimento temporário do SEF, no Porto, onde vão permanecer até serem expulsas do país, o que deve acontecer dentro de dias. (LUSA, 2010, p.1). Seção *Justiça*, do JN de 11/04/2010.

Em suas narrativas acima, o *Público* e o JN reportam as dificuldades que as brasileiras imigrantes ilegais, como a Arlene e as duas cidadãs presas no bar de

alterne “Via 14”, estão sujeitas na antiga metrópole. Por sua presença não ser reconhecida pelo Estado português, essas mulheres não podem entrar no país por meio dos aeroportos e não podem trabalhar e quando conseguem correm o risco de serem presas e são conduzidas a abrigos temporários, como do Aeroporto de Portela e do SEF do Porto. Dessa forma, os enunciados dos jornais associam a condição de ilegalidade às situações negativas que algumas brasileiras são submetidas no país. Outras experiências desse segmento e sua capacidade de agir e transformar suas experiências em situações favoráveis a elas, por sua vez, não encontram espaço nas páginas daqueles jornais.

Embora haja muitas imigrantes ilegais na sociedade portuguesa, e as mesmas corram os riscos que os jornais apontam, há mulheres ilegais no país que conseguem, de acordo com João Peixoto e Alexandra Figueiredo (2007), ao pesquisarem a inserção de brasileiras/os no mercado de trabalho português ter uma condição financeira melhor do que tinham no Brasil e, até mesmo, segundo Pedro Rossi (2007), ao analisar o envio de remessas de imigrantes brasileiras/os de Portugal para o Brasil enviam dinheiro aos seus familiares.

Essas mulheres brasileiras imigrantes ilegais abordadas nas notícias dos jornais podem não estar inseridas nas pesquisas apontadas anteriormente. Essa posição de Machado (2008) também é reconhecida pelo *Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, o qual aponta que, de modo geral, “grande parte desses brasileiros [que vivem no exterior] encontrava-se em situação migratória irregular e evita-se submeter-se a sondagens e censos, ou mesmo matricular-se nas repartições consulares”. (BRASIL, 2012, p.135). Dessa forma, acredito que haja um número considerável de mulheres brasileiras em Portugal que também estão irregulares. Tal situação estimula a associação das migrantes brasileiras à ilegalidade e à violência, como tem sido abordado no jornal *Público* e em menor proporção pelo *JN*. Como discuto, há diferentes fontes de pesquisas que abordam o perfil da comunidade brasileira em Portugal. Longe de esgotar o assunto, elas nos ajudam a conhecer e a problematizar a situação das migrantes brasileiras no país.

Pesquisa realizada pela *Casa do Brasil de Lisboa* (2004) aponta que, no início deste século, o perfil do brasileiro em Portugal era de indivíduos com poucos recursos financeiros. Ela indica outro perfil que o primeiro momento da imigração

brasileira (1989-2006) em Portugal não abrange e se aproxima mais do perfil dos imigrantes brasileiros do segundo momento (1997-2004).

Na última década, devido a acentuada crise econômica em Portugal, agravada a partir de 2008, e ao desenvolvimento social e econômico brasileiro nas gestões de Lula da Silva e Dilma Rousseff, muitas/as brasileiras/os têm retornado ao Brasil. “A recessão em Portugal, acentuada em 2011, reduziu a população residente no país. Há cada vez menos imigração e mais emigração [...]. (VITORIO, 2015, p. 30). Uma quantidade expressiva de brasileiros/as tem recorrido ao *Programa de Retorno Voluntário* (PRV), da *Organização Internacional para as Migrações* (OIM). O programa financia o retorno do imigrante ao seu país de origem, com a condição de que o mesmo não pode retornar a Portugal por um período de três anos, se o fizer, deverá ressarcir o Estado no valor da viagem que foi paga. A comunidade brasileira é a principal nacionalidade que recorre a este pedido, de cada 10 pedidos, 8 eram de brasileiras/os em 2012. Em geral, aquelas/es que solicitam tal recurso são, em sua maioria, adultas/os solteiras/os, ilegais, com dificuldades para conseguir emprego, que estão em casas de apoio e abrigos e mães com filhos pequenos que não têm condições de manter uma casa. (VITORIO, 2015).

Devido ao contexto de crise que país vem passando nos últimos anos, as/os brasileiras/os têm escolhido entre ficar ou partir de Portugal. Entre as/os que resolveram ficar acreditam que a crise é temporária e que irá passar, assim como ocorre em outros lugares. Elas/es não alimentam mais a ilusão da prosperidade em território português, como muitas/os imigrantes brasileiros acreditavam há algum tempo atrás. Contudo, exaltam a qualidade de vida que encontram no país de acolhimento, a despeito das consequências da crise econômica. Entre os que partiram acreditam que encontrariam no Brasil uma situação mais favorável, por estarem em um espaço familiar e pelo fato do país ter melhorado suas condições econômicas e sociais, nos últimos anos, apesar da qualidade de vida ser, por vezes, precária. (VITORIO, 2015).

Apesar desse retorno expressivo de brasileiras/os para o seu país de origem, há muitas/os imigrantes que continuam residindo em Portugal. A motivação dessa escolha está relacionada, como disse, à qualidade de vida⁸, não mais para ganhar

⁸ Por qualidade de vida me refiro ao acesso a segurança pública e a qualidade dos serviços públicos como transportes, saneamento básico, lazer e educação etc.

dinheiro, como se caracterizava o fluxo de brasileiros entre o final do século XX e início do século XXI. Entre outros motivos também pelos quais as brasileiras/os emigram para Portugal na atualidade estão: “[...] casar-se com estrangeiro(a), curar mal de amor, dar tempo ao Brasil, viver aventuras, adquirir conhecimentos”. (VITORIO, 2015, p. 50). E, por fim, a assistente social da *Casa do Brasil de Lisboa* diz a Vitorio (2015) que há também brasileiras/os que vão para Portugal para terem liberdade, como por exemplo para vivenciarem sua orientação sexual, dessa forma tem aumentado o número de homossexuais e travestis brasileiras/os no país.

Vitorio (2015) diz que algumas/ns brasileiras/os sentem-se desamparadas/os em relação aos órgãos oficiais e entidades de apoio aos imigrantes. Para eles, há um certo distanciamento dessas instituições para atender à demanda desta comunidade. A única instituição que passa uma imagem positiva para esse segmento é a *Casa do Brasil de Lisboa* que tem atendido algumas necessidades dessa comunidade.

A referência positiva de ajuda foi atribuída à Casa do Brasil em Lisboa. Dos dez entrevistados, somente três não conheciam essa instituição. Os outros elogiaram o atendimento, o apoio à integração na sociedade portuguesa, a indicação para conseguir trabalho, a promoção de atividades culturais e recreativas, que encontraram nesta associação civil sem fins lucrativos, existente em Lisboa desde 1992. (VITORIO, 2015, p.59).

Embora muitas/os brasileiras/os tenham deixado Portugal nos últimos anos, a comunidade brasileira ainda é o maior grupo estrangeiro no país. Mas “[...] deixaram de ser o foco central das notícias relacionadas à imigração e não proporcionam mais pautas aos meios de comunicação social com assuntos relacionados à violência, à marginalidade e à prostituição, conforme constatei no estudo realizado em 2005”. (VITÓRIO, 2015, p.73). Esses dados da pesquisa da autora me ajudaram a analisar se ocorreram mudanças nas abordagens sobre a “mulher brasileira” pelo jornal *Público* e *JN* entre 2004 a 2015.

Até aqui, tenho apontado que as categorias de notícias “Imigração, Ilegalidade e Política” e “Prostituição, Ilegalidade e Violência” tem sido as mais abordadas por ambos os jornais. Contudo, no quarto capítulo discuto melhor como as categorias de notícias analisadas aparecem ao longo do tempo e as mudanças que ocorreram nas abordagens dos jornais analisados.

Nos últimos anos, de acordo com Vitorio (2005), acredito que a recepção das/os brasileiras/os no país tenha melhorado porque há muitos turistas e estudantes brasileiras/os que passaram a consumir os produtos e conhecimentos portugueses. Recentemente, o Brasil passou a ser visto no cenário mundial como uma potência econômica, devido ao crescimento verificado nos últimos anos, a despeito da crise econômica e política que passou a se anunciar em 2015.

No momento de redação desta tese, constatava-se uma presença considerável de estudantes brasileiras/os em terras lusitanas, devido ao incentivo, dos governos de Luiz Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) ao estudo no exterior por meio de programas como “Ciência sem Fronteiras”⁹. Há também muitas/os estudantes que assumem as despesas para estudar em outro país, graças ao aumento do poder aquisitivo dos brasileiros nos últimos anos. Por fim, ao incentivo das bolsas de estudo e ao valor das mensalidades das instituições educacionais portuguesas, o qual é inferior em relação ao Brasil. (VITORIO, 2015).

Após essas discussões, para compreender melhor a inserção das mulheres brasileiras imigrantes em terras lusitanas, aponto como se desenvolve o contexto português para a imigração na atualidade. Dessa forma, a seguir abordo como se caracteriza a sociedade portuguesa em relação à imigração e também as principais leis que regulam a presença de estrangeiros no país.

1.2 O Contexto Português

A discussão sobre o quadro atual da imigração em Portugal insere-se no contexto da Europa do Sul, composta por Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Tais países recebem um fluxo migratório bem parecido, digo em relação aos povos que emigram para esses locais, já as características são diversas. (MACHADO, 2003). O sul da Europa serve para a “migração de passagem” (p.37), como plataforma para os países considerados mais “desenvolvidos” como Alemanha, Inglaterra etc. e para a imigração direta de muitas pessoas. As taxas de imigração para esses países também estavam muito maiores no final do século XX em comparação com a *União Europeia*. Enquanto os fluxos migratórios para a Europa do Sul foram de 10% entre

⁹ Até o momento da finalização da presente tese o programa “Ciências Sem Fronteiras” ainda estava vigente. Posteriormente, o atual governo de Michel Temer anunciou mudanças e/ou a exclusão do mesmo.

1981 a 1991, em outros países europeus esta taxa foi de 2% apenas. (MACHADO, 2003). Os fatores que influenciaram tal movimento foram as mudanças estruturais por conta da unificação europeia e a globalização. Além disso,

A mudança de estrutura da indústria, a re-localização das fontes de fornecimento de mão-de-obra, o re-direcionamento de fluxos de capitais e novos padrões de competição internacional acabaram por transformar radicalmente a estrutura e funcionamento dos mercados de trabalho nos países da Europa e isso foi mais acentuado ainda os da Europa do sul. (MACHADO, 2003, p. 37).

No que se refere à Portugal, os fluxos populacionais não ocorrem somente por conta da imigração, há outros fluxos internos que influenciam sua dinâmica populacional como a emigração de portugueses e o regresso de imigrantes (incluo aqui os retornados das ex-colônias portuguesas, principalmente, no final do século XX). Por muito tempo, Portugal foi um país de emigração e não tinha o costume de receber muitos imigrantes em seu território. Tal situação mudou a partir dos anos 1970, quando o país passou a receber uma quantidade significativa de retornados lusitanos e, até mesmo, nativos das ex-colônias portuguesas na África (especialmente da Angola e Moçambique), devido à independência política e econômica dessas nações. Durante a década de 1970, o país recebeu, aproximadamente, 500 mil retornados ou imigrantes, em uma população que girava em torno de 10 milhões de habitantes. (CUNHA, 2005, p.541).

Outros fatores que também desencadearam o processo imigratório para Portugal foram: o crescimento da industrialização lusitana no final do século XX; sua entrada, inicialmente na *Associação Europeia de Livre Comércio*¹⁰ e, posteriormente, sua participação na *Comunidade Econômica Europeia* (CEE) (atual *União Europeia*), que lhe atribuiu status de “país desenvolvido”; e também o acordo de *Schenge*, firmado em 1993 e aplicado a partir de 1995, o qual permite a livre circulação entre habitantes dos países participantes da *União Europeia*. A partir disso, a entrada de imigrantes no país só aumentou, entre os quais estão os imigrantes de nacionalidade brasileira e, conseqüentemente, as mulheres brasileiras.

O país é considerado “[...] um destino de segunda classe” (MACHADO, 2003, p.38) para os imigrantes da ex-colônias portuguesas, uma vez que Portugal não oferece boas oportunidades de trabalho e salário em comparação aos outros países

¹⁰ Refere-se a “um acordo comercial entre Portugal, Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça que não faziam parte da então *Comunidade Econômica Européia* (CEE)”. (NORMANDE, 2009, p.1).

europeus. Essas pessoas optam por morar no país por outros motivos como a afinidade histórico-cultural, ou seja, por falarem o mesmo idioma (apesar das variações da língua portuguesa). Além disso, o Estado português tem demonstrado certa preferência pelos migrantes de ex-colônias portuguesas.

É possível verificar essa preferência, de acordo com Maria Ioannis Baganha (2001), até 1995 quando ocorreu um processo de regularização extraordinária de imigrantes da Rússia, Ucrânia, Romênia e outros países do Leste Europeu, devido a cessação da necessidade de vistos prévio, aumentou o número de imigrantes desses países para entrarem em Portugal por conta da aplicação do *Acordo de Schengen*, o qual Portugal se tornou signatário em 1993, como eu disse anteriormente. Já em 1998, a revisão da *Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional* (Decreto-lei 244/98 de 8 de agosto), facilitou a regularização de imigrantes ilegais e, dessa forma, tornou o país mais atrativo para as redes de tráfico de mão de obra. (BAGANHA, 2001). Os movimentos migratórios ilegais deixaram de ser individuais e voluntários e passaram a ocorrer a partir de redes migratórias ativas voltadas para o tráfico de pessoas. No final dos anos 1990, Machado (2003) diz que já percebia uma alteração nos fluxos migratórios para a cidade de Lisboa e para o Porto, local em que o mesmo desenvolveu sua pesquisa. Enquanto na cidade do Porto ainda verificava uma imigração brasileira de forma mais individual e voluntária¹¹, em Lisboa, ele verificava uma mudança na imigração brasileira, a qual passava a ocorrer por meio das redes de tráficos de mão de obra.

Com a intensificação da entrada de imigrantes em Portugal no final do século XX, o país vem adotando uma série de leis para regulamentar esse fluxo. E algumas delas para regulamentar a presença de imigrantes brasileiras/os no país, como o *Acordo Lula* em 2003. Por isso, a seguir apresento as políticas portuguesas de imigração no período de 1981 a 2015.

1.2.1 As leis portuguesas de imigração

¹¹ Machado (2003) reconhece que o perfil dessa imigração brasileira no Porto no final do século XX tenderia a mudar com o tempo.

Tendo em vista meu recorte de abordagem da imigração brasileira em Portugal, o ano de 1981 é considerado como “[...] um ano de viragem na imigração em Portugal, devido à criação do enquadramento jurídico”. (MACHADO, 2003, p.39). Neste ano foi criado o Decreto de Lei 264–B/81 (PORTUGAL, 1981), o qual definiu como deveria ser as entradas, permanências e saídas de imigrantes no país e se aproximou da legislação da CEE; e a Lei 37/81 alterou as regras de nacionalidade, a qual alterou o *jus soli* (direito de solo) para o *jus sanguinis* (direito de sangue), “[...] dificultando tanto a aquisição de nacionalidade por nascimento em território, ao filhos de país não nacionais, quanto a aquisição de nacionalidade por casamento”. (MACHADO, 2003, p. 39). Dessa forma, a legislação portuguesa estabeleceu a identidade étnica central fundamentada na consanguinidade e se aproximou das leis europeias. Tal situação representa a transformação de “[...] Portugal metrópole de um império para um Portugal europeu¹²”. (MACHADO, 2003, p.40).

No caso dos imigrantes do *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP) e do Brasil, os mesmos obtiveram uma “discriminação positiva” (BAGANHA, 2001, p.268) com o Decreto-Lei 244/98. (PORTUGAL, 1998). Este Decreto, o qual passou a regular temas ligados a imigração em Portugal, em seu artigo nº 85 concedia a esses imigrantes do PALOP e a brasileiros a “autorização de residência” após seis anos de permanência legal na sociedade portuguesa e, para os imigrantes de outros países, somente após 10 anos de residência.

Há também o 4º Decreto-Lei de 10 de janeiro de 2001 (DL 4/2001), o qual introduziu uma nova figura legal de imigração no DL 244/98 sobre a “autorização de permanência”. Dessa forma, passa-se a ter duas formas legais de imigração: a já existente “autorização de residência” e a nova forma a “autorização de permanência”. A primeira concede ao imigrante todos os direitos civis, exceto o voto direto. Já a segunda, dá a maior parte dos direitos ao imigrante como o acesso à saúde pública, mas restringe a concessão da residência permanente no país por até cinco anos. Esta lei exige também a reunião familiar e um contrato de trabalho do imigrante. Este último é essencial para a legalização do indivíduo e o mesmo precisa ter uma autorização do *Instituto de Emprego e Formação Profissional* do país. Este órgão passou a elaborar, anualmente, uma lista prévia das categorias profissionais

¹² Machado alega ao final de seu trabalho que essa análise pode ser relativizada pois o mesmo considera que o “[...] reordenamento da imigração em Portugal repõe didaticamente a pedagogia do pensamento imperial”. (2003, p.40).

deficitárias e somente os trabalhadores estrangeiros que tivessem formação e quisessem poderiam solicitar a “autorização de permanência” para trabalhar nas áreas indicadas.

Apesar da existência dessa lista de profissionais, até 2001 todos os trabalhadores estrangeiros ilegais, os quais tinham um contrato de trabalho, poderiam requerer a “autorização de permanência”. Foi uma forma de legalizar muitos imigrantes em situação informal, “uma espécie de anistia [...]”. É por isso que as autorizações concedidas em 2001 atingiram um número tão alto”. (MACHADO, 2003, p. 41). Após isso, o objetivo foi restringir a entrada de trabalhadores imigrantes em Portugal às supostas demandas do mercado laboral lusitano.

Na DL 4/2001, os imigrantes falantes da língua portuguesa ainda continuavam com algum privilégio porque poderiam requer a “autorização de residência” antes que os imigrantes de outras nacionalidades. Contudo, com a introdução da “autorização de permanência”, todos os estrangeiros poderiam requerê-la sob as mesmas condições, neste caso os imigrantes do PALOP e os brasileiros não tinham condições especiais. Esta lei dificultou a situação da maioria dos imigrantes em geral em Portugal, mas por outro lado, facilitou a legalização de estrangeiros irregulares com contrato de trabalho.

Nas duas últimas décadas do século XX, a imigração em Portugal cresceu significativamente, tornando-se uma sociedade receptora. Em 1981, a população estrangeira representa apenas 0,55% da população, já em 2002 a mesma representava 2,2 % deste total. (MACHADO, 2003). Este índice era um dos maiores da *União Europeia*. Houve uma mudança significativa na imigração contemporânea em Portugal, a mesma cresceu, aproximadamente 163% em 2001, mas essa alteração apenas dimensiona a existência de estrangeiros que já estavam ilegalmente no país e que não eram reconhecidos pelas estatísticas oficiais.

O fluxo migratório em Portugal tem sido tão dinâmico que, nos anos seguintes, houve a regulamentação de outras leis relacionadas à imigração. É o caso do Decreto-Lei 34/2003 de 25 de fevereiro, a qual muda o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. (PORTUGAL, 2003). Entre algumas das mudanças desta lei estão: a revogação da “autorização de permanência” da DL 4/2001, sem prejuízo àqueles que já a tinham solicitado; adotou-se um limite anual de vistos à imigração legal para trabalhadores

estrangeiros no país, de acordo com os critérios sociais e econômicos estabelecidos pelos órgãos governamentais para a entrada de profissionais em cada região; os imigrantes com vistos temporários passaram a ter direitos de exercer atividades profissionais, assim como aqueles que possuíam um visto de trabalho no país; criou-se um novo visto de trabalho para a atividade de investigação científica a fim de facilitar a vinda de cientistas ao país; e redução do período mínimo para a solicitação de “autorização de residência” para a legalização de imigrantes que se encontram efetivamente integrados na sociedade portuguesa etc.

Ainda no ano 2003, houve a regulamentação *do Acordo sobre a República Federativa Brasileira e a República Portuguesa, sobre a Contratação Recíproca de Nacionais* ou *Acordo Lula*, um tratado bilateral assinado entre Portugal e Brasil, com o intuito de legalizar imigrantes brasileiras/os em Portugal em situação irregular. Para obter esse acordo, foi necessária a mobilização de diversas instituições que o possibilitaram, a partir da atuação da *Casa do Brasil de Lisboa*. Esta associação de imigrantes, ao se deparar a situação problemática que muitas/os brasileiras/os se encontravam em Portugal, entrou em contato e realizou uma série de reuniões com o governo brasileiro, com o poder legislativo e os *Ministérios da Justiça e Relações Exteriores* do país etc. Dessa forma, uma comissão bicameral dialogou com o governo português e realizou reuniões com a comunidade brasileira no país. Tais ações levaram a assinatura do acordo em 11 de julho de 2003, com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Portugal. Neste dia, foram assinados também mais dois acordos bilaterais, menos famosos, que são: *Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes* e *a Facilitação da Circulação de Pessoas*. O *Acordo Lula* também “[...] decorre do Tratados de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e Brasil, assinado em 22 de Abril de 2000, em Porto Seguro, na data de comemoração da ‘descoberta’ do Brasil”. (PADILLA, 2007, p.19).

A finalidade do acordo não é muito clara, em sua parte introdutória o texto diz que o objetivo é aproximar as relações entre Brasil e Portugal e possibilitar a circulação de seus nacionais para o exercício de atividades profissionais no território dos Estados contratantes. A princípio a legalização de imigrantes não é apontada claramente no texto do acordo, a fim de proporcionar “[...] a integração e a melhoria de sua condição, nem da necessidade de conhecer a quantidade e a qualidade de Brasileiros indocumentados em Portugal”. (PADILLA, 2007, p.221). Entretanto, nas

entrelinhas do *Acordo Lula* o governo português buscava “[...] maior transparência nos mercados laborais, não só na perspectiva da incorporação legal do trabalhador nas empresas, mas também na perspectiva do controlo do Estado sobre essas empresas”. (PADILLA, 2007, p.221). E também,

[...] depois de Lula da Silva, durante a sua primeira visita oficial a Lisboa, em 2003, ter conseguido obter do então primeiro-ministro, Durão Barroso, um acordo destinado a regularizar, extraordinariamente, os brasileiros ilegais que tinham entrado em Portugal até ao dia 11 de Julho de 2003. Esse processo, que ficou conhecido como o “acordo Lula”, começou a ser posto em prática em Setembro desse ano. Então, responsáveis políticos portugueses manifestaram a sua surpresa perante o grande número de brasileiros que se candidataram 31 mil, mais do dobro do que o Governo previa. (SOUZA, 2005, p.1). Seção *Em foco*, do JN de 13/10/2005.

Trata-se de um acordo inédito e importante de regularização extraordinária para apenas um grupo de estrangeiros, no caso as/os brasileiras/os, no país, até então, todas as leis e decretos anteriores tinham carácter universal de legalização de estrangeiros na sociedade lusitana. Por isso, houve reações de outras comunidades de imigrantes em Portugal e de alguns veículos da comunicação social portuguesa, os quais passaram a fiscalizar a presença de imigrantes brasileiras/os no país, como aponto mais adiante.

Embora o acordo tenha sido assinado em 11 de julho de 2003, o mesmo demorou alguns meses para ser aprovado e somente a partir de 20 de outubro de 2003, as/os imigrantes brasileiras/os interessadas/os fizeram um pré-registro para o processo de legalização. Cerca de 30 mil brasileiros se inscreveram, enquanto que a expectativa era menos de 15 mil brasileiras/os. Esses dados mostram a quantidade de brasileiras/os irregulares, que muitas pesquisas oficiais não refletem, em Portugal. O *Acordo Lula* tinha roteiro de alguns passos a seguir e de taxas a serem recolhidas, dessa forma, se tornou muito burocrático e custoso para muitos indivíduos nesta situação, o que os levou, posteriormente, a desistirem do processo de legalização.

Padilla (2007) acredita que o governo português tenha feito algum levantamento prévio sobre a situação das/dos imigrantes brasileiras/os ilegais no país, mesmo que os números fossem bem maiores do que as autoridades esperavam, como aponte antes, para a assinatura deste acordo. Ainda para a mesma autora, seria inviável “[...] assinar um acordo bilateral dessa natureza sem considerar o contexto global das relações Portugal-Brasil, sobretudo no que diz

respeito a imigração”. (PADILLA, 2007, p.221). E também, há que se levar em conta o longo histórico de relações entre esses países, o que leva as/os brasileiras/os a terem um tratamento diferenciado em relação aos outros grupos de imigrantes no país. (MACHADO, 2003; 2006; 2008).

Em 2005, muitas/os brasileiras/os não tinham ainda regularizado sua situação em Portugal por conta do *Acordo Lula*. Na ocasião, o *JN*, um dos veículos de comunicação analisados, trouxe algumas matérias sobre o assunto, como aponto no trecho abaixo:

Há um ano, dos cerca de 30 mil brasileiros inscritos na sequência do acordo de 2003, apenas cerca de seis mil já tinham conseguido um visto. Os últimos dados revelam que cerca de 13 mil brasileiros conseguiram, finalmente, poder dormir (e trabalhar...) mais descansados. (SOUZA, 2005, p.1). Seção *Em foco*, do *JN* de 13/10/2005.

O *Acordo Lula* contribuiu para a regularização de uma parcela de brasileiras/os que estavam em Portugal na época, mas não conseguiu atender a toda a demanda existente, uma vez que a legalização era burocrática e custosa.

Ademais, em 2006 houve mais uma mudança nas leis imigratórias da sociedade lusitana, com a regulamentação da *Lei de Nacionalidade* pelo Decreto-Lei 237-A/2006 que, alterou a Lei 37/1981. (PORTUGAL, 2006). Este Decreto alterou os regimes de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, ao destacar o reforço do princípio do *jus sanguinis* (direito de sangue), em que só é considerado cidadão português ao indivíduo que for filha(o) de pai ou mãe de origem portuguesa. Dessa forma, entre as alterações mais significativas vejo que, se um dos progenitores de filhos estrangeiros, nascidos em Portugal, residisse legalmente no país, há mais de cinco anos, a cidadania portuguesa poderia ser concedida aos seus descendentes. Além disso, houve a possibilidade de estrangeiros que mantinham uma união de fato com cidadãos/ãos portuguesas/es obterem a nacionalidade por meio do reconhecimento dessa situação por um tribunal civil.

Já em 2007, houve a regulamentação da lei 23/2007 de 04 de julho, a qual aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. (PORTUGAL, 2007). Este documento reconheceu, de acordo com José de Mello Alexandrino (2014), a liberdade de circulação de cidadãos da *União Europeia* em território português ou de países com os quais o bloco europeu tinha firmado acordo de livre-circulação; passou a recusar

a entrada de imigrantes por razões, por exemplo, de saúde pública; criou-se de um único tipo de “autorização de residência” e, quando fosse destinado ao exercício de atividade profissionais, a concessão estaria subordinada a lista de ocupações profissionais não preenchidas (são mantidas as mesmas condições de cotas do DL 4/2001); foi criado também uma nova forma imigração temporária para o exercício de atividades profissionais sazonais; alterou-se o tempo para o pedido de “autorização de residência” para 5 anos no mínimo; permite também o reagrupamento familiar com membros da família que se encontravam em território português e também permitiu ao imigrante o reagrupamento familiar com o parceiro de fato; em relação à imigração ilegal é inserida a concessão da “autorização de residência” à vítimas de tráfico de seres humanos; e no caso de afastamento de estrangeiros, exclui-se a expulsão de estrangeiros por ofensa aos bons costumes, exceto quando um imigrante cometesse atos criminosos graves.

Nos jornais analisados, verifiquei que há diversas notícias sobre o tráfico de brasileiras¹³ para o exercício de trabalho ilegal em Portugal, principalmente relacionado à prostituição. A regulamentação desta lei passa, teoricamente, a beneficiar mulheres brasileiras que estariam nesta situação.

Foi no contexto de investigações por crimes de tráfico de pessoas e lenocínio que o Núcleo de Investigação Criminal da GNR [Guarda Nacional Republicana] de Braga desenvolveu buscas na Quinta de S. José, um solar de Palmeira, Braga, alegadamente adaptado a prostituição de luxo. As autoridades estão a par dos serviços de angariação de mulheres que têm como destino o Minho e também a constante alternância com bares na Galiza. Nas buscas efectuadas na madrugada de domingo foram identificadas várias mulheres brasileiras, 11 das quais receberam ordem de expulsão. (MAIA; VILA-CHÁ, 2009, p.1). – Seção *Mundo*, do JN de 04/08/2009.

Noto nos discursos dos jornais que as mulheres brasileiras “traficadas” para Portugal são vistas exclusivamente como exploradas sem que se considere que muitas delas estão nessa atividade conscientes de suas implicações. Porém, o que se tem são leis que, antes de protegê-las as colocam como imigrantes ilegais, a ponto de receberem “ordem de expulsão” do país. Nesse sentido, as medidas de legalização podem não contribuir para melhorar a vida dessas mulheres em Portugal.

¹³ Embora o tráfico de pessoas seja um tema relacionado à imigração importante para ser discutido neste trabalho não o aprofundo pelo fato de não ser meu foco. Para uma discussão consistente e crítica sobre as ambiguidades do conceito de “tráfico” de seres humanos e prostituição consultar Piscitelli (2002; 2008a; 2008b; 2009) e Togni e Alvim (2010).

Em 2012, houve outra alteração na legislação voltada à imigração em Portugal com a Lei 29/2012 de 09 de agosto, a qual altera a lei de 23/2007 de 04 de julho. (PORTUGAL, 2012). Esta regulamentação alterou alguns itens fundamentais em relação a lei de 2007 como a criminalização de contratantes de mão de obra estrangeira ilegal, a introdução de um novo tipo de “autorização de residência”, nomeado *Cartão Azul UE* (concedido para imigrantes que exercem atividades altamente qualificadas) e o endurecimento no combate a casamentos e uniões por conveniência.

Por fim, em 2015 foi introduzida mais uma lei quanto a nacionalidade portuguesa, a lei 9/2015 de 20 de julho concede a netos de portugueses, os quais nasceram em outros países, a nacionalidade lusitana. (PORTUGAL, 2015). Na lei, os netos precisariam comprovar vínculos com Portugal como falar fluentemente a língua portuguesa ou contatos regulares com a sociedade portuguesa. Esses netos de portugueses também poderiam estender a nacionalidade aos seus filhos maiores de 18 anos. Vale lembrar que a cidadania portuguesa permite, atualmente, ao mesmo morar e trabalhar na *União Europeia* e não precisa de visto para entrar em países como Canadá e Estados Unidos.

De modo geral, vejo que as leis portuguesas de imigração se alteraram significativamente no período de 1981 a 2015¹⁴. Neste período, houve um fluxo crescente e diversificado de imigração para o país, entre os quais estão as/os brasileiras/os. Embora elas/eles fossem beneficiadas/os pelas leis portuguesas por sua nacionalidade, assim como os imigrantes do PALOP, para obter algumas vantagens como a “autorização de residência” em menos tempo do que as outras comunidades imigrantes no país e por terem sido beneficiados por um acordo bilateral entre Portugal e Brasil, tiveram muitas dificuldades para regularizar-se e para manter-se no país. Vale ressaltar que a regulamentação do status migratório de brasileiras e brasileiros não parece ter contribuído para minorar o preconceito que a nacionalidade carrega, conforme discuto no próximo item.

¹⁴ Em junho de 2016 houve novas alterações na legislação para a legalização de imigrantes ilegais no país, as novas regras tornaram mais severas as punições para indivíduos ilegais no país, entre os quais ainda há muitas/os brasileiras/os. (MIRANDA, 2016, p.1). Não abordo, detalhadamente, essas alterações na minha tese por não fazer parte do recorte estabelecido em minhas análises e devido ao prazo para finalização deste trabalho. Contudo, acredito que seja importante reconhecer a existência dessas alterações que mostram o quanto a imigração é um assunto ainda complexo na sociedade portuguesa.

1.3 As mulheres brasileiras imigrantes em Portugal

Segundo uma pesquisa realizada em conjunto por alguns centros de investigação sociológica de Portugal¹⁵, com um grupo de imigrantes brasileiras/os, intitulada “Vagas Atlânticas: Brasileiros em Portugal”, com um grupo de imigrantes brasileiras/os, maiores de 16 anos, residentes em todo o país, de janeiro a junho de 2009, verificou-se algumas informações que apontam a situação de discriminação que as/os brasileiras/os estão envolvidas em Portugal. O objetivo da pesquisa foi “[...] ‘delinear as formas de integração e as perspectivas futuras do imigrante brasileiro que reside em Portugal. (IORIO, 2010, p.1). Consta, apesar das limitações que qualquer pesquisa pode ter, que: 84% dos participantes tinham entre 20 e 44 anos; 57% dos pesquisados são do sexo feminino; 50% dos entrevistados possuem o Ensino Médio Completo e mais de 20 % tem o Ensino Superior completo; a maioria dos/das respondentes são provenientes de Estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná; 20 % das mulheres brasileiras entrevistadas disseram ter um companheiro português; em relação à ocupação profissional, a maioria dos imigrantes trabalha no setor de comércio, alojamento, alimentação, transportes, limpeza, hotelaria e similares; também foi enfatizada a condição precária de trabalho desses migrantes; 76% das/dos imigrantes brasileiras/os pesquisados entram em Portugal como turista, sem precisar de qualquer visto, destes, 33,3% ficam em sua maioria em alojamentos de outros imigrantes e 21,2% em casas de familiares, amigos ou conhecidos; a maior parte revelou que sofreu algum tipo de discriminação; e 34,1% dos pesquisados pretendem voltar ao Brasil. (IORIO, 2010).

Ainda nesta pesquisa, sobre as mulheres brasileiras imigrantes verifiquei as seguintes informações:

[...] apesar destas possuírem mais qualificações do que os homens, acabam por ter rendimentos inferiores, apresentam uma taxa de desemprego superior, permanece mais tempo a procura de emprego, relatam mais situações de discriminação e, mesmo assim, são as que mais enviam dinheiro para o Brasil. (IORIO, 2010, p.1).

As mulheres brasileiras imigrantes são ainda mais afetadas pela discriminação em Portugal, pois tem salários menores pelo desemprego e demoram mais tempo para conseguir trabalho e são discriminadas e ainda são as que mais

¹⁵ As instituições são: o *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia* (do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa); o *Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações* (do Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa); e o *Centro de Estudos Sociais de Coimbra*. (IORIO, 2010, p.1).

enviam dinheiro para o Brasil, o gênero também é um marcador de diferenciação entre elas e os homens brasileiros imigrante. Além disso, há a percepção de que as brasileiras estão sempre dispostas a praticar sexo, que associa essas mulheres ao corpo disponível para o sexo.

A imigração brasileira em Portugal e a legalização de uma boa quantidade expressiva de brasileiros em 2003 pelo *Acordo Lula* levou a mídia portuguesa a enfatizar o fenômeno da imigração no país. Para eles, a chegada de brasileiras/os no país com desconfiança e como se fosse uma agressão externa. Por isso, desde de 2003 passou a abordar intensamente a presença de brasileiras/os em Portugal. Por ser a maior comunidade de migrantes em Portugal, as/os brasileiras/os se evidenciam no país e, segundo Vítório (2015, p.44), de forma negativa. Isso porque, no ano de 2012, o país se destacou:

[...] diante das demais nacionalidades no número de recusas de entrada no território português (510 do total de 1246), no número de estrangeiros identificados em situação irregular (1310 do total de 2891), no número de notificações para abandono voluntário (1943 do total de 6549), no número de processos instaurados de afastamento coercitivo (678 do total de 2306). (VITORIO, 2015, p.44).

Para enfrentarem as dificuldades e limitações nas questões burocráticas ligadas à imigração, constrói-se enunciados que relacionam as brasileiras às situações de ilegalidade, que são reforçados nos discursos dos jornais *Público* e *JN*, ao destacar a identificação de mulheres brasileiras ilegais nas fiscalizações de órgãos oficiais lusitanos. Nos excertos abaixo, essas mulheres são identificadas em situações ilegais em bares e cafés comuns e bares de alterne. A ilegalidade é relacionada a locais de encontro e diversão entre pessoas, onde há também a prática de serviços sexuais. Os bares ou casas de alterne são estabelecimentos noturnos que contratam mulheres para fazer companhia aos clientes e estimular suas despesas de consumo. Segundo Pontes (2004), há ali também a oferta de serviços sexuais. Embora seja importante ressaltar que nem todos oferecem essa opção. Por isso, as narrativas sobre a ilegalidade das brasileiras no país as relacionam à atuação no mercado do sexo com desordem:

Nestas acções, efectuadas com a colaboração de oito inspectores dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foram identificados 271 imigrantes. A maior parte eram mulheres: brasileiras [...]. Segundo informou a PSP [Polícia de Segurança Pública], as rusgas [as brigas] aos bares e cafés resultaram na elaboração de 114 autos de contra-ordenação. Pelo menos

24 mulheres foram notificadas para abandonar país. (PUBLICO, 2004, p.1).
Seção *Sociedade, Público* de 02/05/2004.

A esquadra de investigação criminal da PSP [Polícia de Segurança Pública] de Vila Real deteve, anteontem à noite, sete cidadãs de nacionalidade brasileira que se encontravam no nosso país em situação ilegal.

Segundo fonte daquela força de segurança, "as cidadãs brasileiras foram detidas após investigação, na zona do Bairro de Vilalva, na cidade de Vila Real, quando se preparavam para entrar numa carrinha [carro] que as transportaria a uma casa de alterne da região". (OSORIO, 2005, p.1). – Seção *Polícia*, do JN de 14/10/2005.

A presença dessas migrantes foi fortemente questionada por alguns portugueses nos últimos anos, ainda mais a partir de 2008, quando ocorreu a crise econômica e financeira mundial, a qual provocou sérios prejuízos a Portugal. Na visão de Machado (2006), as brasileiras¹⁶ estão inseridas em uma “hierarquia das alteridades” no país, que classifica simbolicamente os diferentes grupos migratórios ou étnicos que vivem em Portugal. A partir da noção de “colonialidade do poder”¹⁷ (QUIJANO apud GROSGOUEL, 2008), Machado (2006, p.119) entende que há na sociedade portuguesa “[...] a manutenção das estruturas racial-hierárquicas que permearam toda a reflexão imperial portuguesa, seja responsável pela perenidade de uma forma racializada de encarar a diferença, mas agora reconstruída em termos étnicos”. Em sua visão, até meados de 1990, as populações que emigravam para Portugal, eram inseridas em uma escala composta, principalmente, por pessoas da ex-colônias portuguesas. Tal situação facilitou “a perenidade do pensamento colonial”, já que “resultou na reconstrução dentro de Portugal da antiga ordem imperial, agora reorganizada com base nas populações imigrantes”. (MACHADO, 2006, p.119).

A forma como a comunidade de imigrantes brasileiras/os é hierarquizada em Portugal trata-se de um reflexo da maneira como o discurso colonial lusitano foi retomado pós independência do Brasil em 1822, o qual é conhecido como “Terceiro Império”. Esse pensamento atualiza a situação de colonialismo que as imigrantes brasileiras são inseridas no universo simbólico português contemporâneo e “como nele o Brasil tem uma função específica” (MACHADO, 2006, p.120) frente às ex-

¹⁶ O estudo realizado por Machado (2006) envolve os imigrantes brasileiros em geral na sociedade lusitana, mas como meu foco são as mulheres brasileiras imigrantes no país, adaptei as reflexões do autor ao meu objeto de estudo.

¹⁷ Conforme apontei no Capítulo 1, trata-se de uma hierarquização contemporânea de pessoas e lugares desenvolvido pela ótica europeia para sustentar a modernidade.

colônias portuguesas. Nessa escala hierárquica, também conhecida atualmente por *Lusofonia*¹⁸, as brasileiras ocupam uma posição intermediária entre africanos e portugueses, por isso, é considerado um “país mestiço”, ou seja, o grau intermediário entre o negro e o branco.

Na esteira da ideologia da mestiçagem, a morenidade faz parte da concepção de Brasil e é o mito constitutivo da identidade nacional brasileira, uma imagem difundida interna e externamente, tanto nos discursos oficiais quanto na mídia portuguesa e brasileira. (PONTES, 2004, p.250).

Dessa forma, penso que mais do que o marcador nacionalidade há também, o marcador de raça que influencia a experiência das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. Por serem um país no qual houve a “mistura de raças”, em que a presença de negros e indígenas são predominantes, atribui-se as/os brasileiras/os um modo de ser “selvagem”, associado aos povos primitivos ou não-ocidentais, e ligados à valorização corporal por meio da hiperssexualização dessas mulheres e do poder de sedução. Relaciona as mulheres brasileiras imigrantes um comportamento diferente das mulheres de outra nacionalidade, sobretudo, das portuguesas.

Embora a mestiçagem já não esteja, na atualidade, no centro das imagens que divulgam o Brasil no mundo, Iara Beleli aponta que, “[...] o par cor/sedução é um forte componente na percepção do país [...], pois na pesquisa que ela realizou com mulheres brasileiras em Lisboa, percebeu que “[...] a morenidade parece ser suplantada pela hexis corporal, - o ‘requebrar dos quadris’ agrega um novo item à particularidade nacional”. (BELELI, 2010, p.123). Essa posição traz consequências diretas para a vida das migrantes brasileiras em Portugal, uma vez que elas são submetidas a representações pré-estabelecidas pela hierarquia racial sobre o que é ser brasileira, as quais as envolvem em papéis etnicizados pelo discurso português como a “disponibilidade sexual”, a alegria, a submissão, os cuidados do outro etc.

Uma suposta “essência” do brasileiro passa a ser algo real, capital cultural “encontrável, ou seja, cultura objetivada. Por conta dessa objetivação, a presença dos brasileiros é mais notada no que é considerado “hotelaria”, que são serviços de restaurantes, casas noturnas, bares e lojas de atendimento em geral. (MACHADO, 2006, p. 120).

¹⁸ Trata-se de um conjunto de países que adotam o português como língua materna ou não, que são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Goa, Damão e Diu etc. Eles partilham a noção que existiria uma fraternidade entre as pessoas que falam português. Machado (2006) critica essa noção pois acredita que a mesma reproduz a hierarquia de dominação da colonização portuguesa.

Segundo Machado (2008), os estereótipos a respeito da comunidade brasileira em Portugal surgiram a partir desses postos de trabalhos destinados ao grupo no país. Em geral, o mercado oferecia a esse segmento vagas para o “atendimento ao público”, pelo fato das/os brasileiras/os terem “fama de festivos[as], simpáticos[as] e fala[re]m português”. (2008, p.702). Haveria como se fosse “um lugar privilegiado” para a atuação dessas/es brasileiras/os no mercado de trabalho lusitano. Dessa forma, elas/eles estariam submetidas/os à “hierarquia das alteridades”, a qual classifica grupos de imigrantes em Portugal pelas “[...] hierarquias coloniais portuguesas”. (MACHADO, 2008, p.702).

A expressiva quantidade de vagas de emprego para as brasileiras/os teria levado muitos a se submeterem aos estereótipos da “brasilidade”, impostos pelos portugueses, para garantirem sua inserção no mercado de trabalho. Essa subordinação teria confirmado os estereótipos lusitanos sobre o que é ser brasileira/o. Embora essa conotação associada à alegria tenha beneficiado algumas/os brasileiras/os no país, havia também outras representações, as quais consideravam as/os mesmas/os “como menos intelectualizados, sexualmente desregrados e pouco educados”. (MACHADO, 2008, p.702). Isso reflete o pensamento colonial clássico que divide o mundo entre civilização e seu contrário, isto é, a ausência dela, associada, historicamente, como mostra Robert Young (2005) à branquitude.

Os civilizados seriam os colonizadores, produtores do discurso ideológico e os segundos, seriam os povos colonizados. (MACHADO, 2008, p.702-203). O Brasil estaria entre os povos colonizados e o mesmo não é considerado um país ocidental, como nos mostram as reflexões de Robert Young, ao mostrar que desde a modernidade há a construção dessa discriminação e que, em minha visão, parecem ainda persistirem na contemporaneidade:

A cultura ocidental fora sempre definida contra os limites de outras, e a cultura sempre havia sido considerada como uma forma de diferença cultural. Cultura e civilização eram coerentemente apresentadas como característica definidora da modernidade ocidental – a qual, justamente por isso, inscreve o seu outro culturalmente rejeitado no interior de si mesma. (2005, p.113-114).

Esse discurso associa as mulheres brasileiras a comportamentos e postos de trabalhos específicos que as aprisionam em papéis pré-estabelecidos, por não serem consideradas dentro da cultura ocidental. A naturalização dessas diferenças

pode ser verificada na construção do imaginário sobre o Brasil, o qual aponta que “formas e gestos corporais parecem enunciar fantasias e desejos”. (BELELI, 2010, p. 123). Essas cristalizações sobre as mulheres brasileiras imigrantes, junto com o que aparece na mídia, podem estar relacionadas à identidade das brasileiras que moram ou transitam no exterior. (BELELI, 2010).

Vale lembrar que, embora as identidades sejam construídas ao longo da história, “[...] as noções do que é ‘diferente’ e do que é ‘igual’ são acionadas, a partir de discursos e de visões de mundo produzidos pelos sistemas de representação simbólica [...]” (BELELI, 2010, p.123), o que leva os sujeitos a se identificar com certos perfis e, dessa forma, incorporar uma determinada cultura.

A partir da noção de geocultura, a qual interpreta geograficamente a cultura do mundo, embora o Brasil esteja localizado, em termos geográficos, no Ocidente, para o discurso ocidental ou do colonizador, o mesmo não é considerado um país “ocidental”, mas sim como “não-ocidental” e, conseqüentemente, “atrasado”. Trata-se do fenômeno denominado por Edward Said (1990) de “Orientalismo”, segundo o qual o Ocidente concebe o Oriente como uma fronteira cultural, mais que geográfica. O *Orientalismo* refere-se a, conforme aponta Sérgio Costa:

[...] uma maneira particular da percepção da história moderna e que tem como ponto de partida o estabelecimento a priori de uma distinção binária entre ocidente e oriente, entendendo-se que cabe à aquela parte que se auto-representa como ocidente a tarefa de definir o que se entende por Oriente. O orientalismo constitui, assim, uma maneira de apreender o mundo, ao mesmo tempo que se consolida, historicamente, a partir da produção de conhecimento pautados por aquela distinção original. (2005, p.3).

Na perspectiva do *Orientalismo*, o Ocidente concebe o “Outro” como “inferior” e também como uma caricatura, estereótipo ou uma síntese do que os ocidentais (incluindo os portugueses) não querem ser. Isso quer dizer que países como o Brasil, concebidos por essa fronteira cultural, segundo Edward Said (1990), são vistos por uma perspectiva reducionista, limitando-o a um lugar exótico, cheio de fantasias

Ademais, Machado (2008) considera também que grupos como as/os imigrantes brasileiras/os em Portugal passam por “processos de exotização”, os quais se referem a situações sociais em que os estereótipos são efetivados. Mais do que a imposição de imagem estereotipadas a esse segmento, o autor questiona a maneira como essas imagens sobre o “Outro”, no caso as/os brasileiras/os, “[...] são

construídas e passam a ter autonomia simbólica, num processo de ‘encarceramento simbólico dos nativos” (MACHADO, 2008, p.703), da mesma forma como o conceito de *Orientalismo* aponta. De acordo com Larissa Pelúcio, a visão que circula sobre o Brasil até mesmo dentro do país nos coloca como:

atrasad@s, em contraste como o avanço ocidental e, por isso, dependentes: @s fei@s porque demasiadamente racilizad@s, frente à não raça branca. Passionais, porque não pensamos com objetividade, e assim amargamos nossas imperfeições. Aqui, o espaço da morte, lá, o terreno das possibilidades de vida. Nós, os tradicionais, ele, os modernos. (2012, p.400).

Contudo, nem sempre as brasileiras aceitam pacificamente essas situações, elas são sujeitos ativos nesse processo. Algumas se adaptam, enquanto outras rejeitam e transformam essas discriminações em questionamentos como aparece na pesquisa de Beleli na fala de Madalena, uma brasileira que se auto-declarava negra e tinha na época em que a pesquisa foi realizada 38 anos e residia em Lisboa há 3 anos, sobre a interação com colegas e professores:

Eles vêm atrás do estereótipo, mas quando convivem comigo eles vêm que não tem nada a ver... e se surpreendem, claro que depende da experiência que eles tem de conhecer outras mulheres, pode ser do Brasil ou da Europa mesmo, digo fora de Portugal... o stress é quando eu percebo que eles e elas também já fazem a referência direta com a “Gabriela, cravo e canela”, e já ouvi de portuguesas coisas como “onde tem uma brasileira, tá tudo tramado, elas vem para seduzir nossos homens”... fui elegante, mas deixei de barato, o que me rendeu, depois, muitos pedidos de desculpas. (BELELI, 2010, p.124).

Os discursos das mídias abordadas parecem não reconhecer a agência dessas mulheres. Trata-se de sujeitos que agem frente a essas experiências, pois não aceitam essas discriminações. (PISCITELLI, 2002; 2008a). Apesar disso, na visão de Pontes (2004), as brasileiras não são as mais discriminadas no país, rementendo-nos ao conceito de “hierarquia das alteridades”, por meio do qual a questão da raça, associada a geocultura colonial é flagrante. Nas palavras de Pontes:

[...] a concepção do estatuto de imigrante é central no processo de etnicização destas mulheres. Embora os imigrantes não constituam necessariamente uma minoria étnica a priori, são constituídos enquanto tal pela sociedade receptora. É claro que os fenótipos influenciam este processo de constituição (em Portugal os africanos certamente sofrem maior estigmatização que os brasileiros), entretanto, a nacionalidade (não só a formal que consta nos documentos, mas aquela definida por múltiplos processos de diferenciação, como o sotaque) é etnicizada. (PONTES, 2004, p.251-252).

É flagrante que o marcador raça define o grau de discriminação à medida que as imigrantes em Portugal são consideradas mais negras, como as africanas. De forma que a discriminação segue um gradiente cromático que associa cor da pele ao caráter. Neste ponto, penso que há a articulação dos marcadores raça e nacionalidade, uma vez que aquele que determina o nível de aceitação ou rejeição de uma determinada nacionalidade, em Portugal.

Neste capítulo, procurei apresentar os fatores políticos e econômicos brasileiros que motivaram a ida de imigrantes para Portugal. Os problemas que o Brasil passou nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI levaram muitas/os brasileiras/os a buscarem na antiga metrópole novas oportunidades de trabalho e de vida. E nos últimos anos, ainda continua atraindo mulheres e homens que buscam vidas mais seguras financeira e socialmente naquele país, mesmo diante da recessão da economia lusitana que vem mexendo com a empregabilidade desde 2008.

Até a atualidade, a comunidade imigrante brasileira é a maior em Portugal. Por outro lado, há o contexto português que se abriu para a entrada significativa de imigrantes no período de 1980 a 2015. Entre eles, há a presença de indivíduos provenientes das ex-colônias portuguesas como o Brasil. Esta inserção imigratória tem levado o governo local a elaborar uma série de leis e decretos para regulamentar a presença desses grupos em seu território. Apesar de estar adotando medidas cada vez mais severas, ainda há muitos imigrantes ilegais no país, os quais desafiam a atuação das autoridades lusitanas. Procurei mostrar que existe imigrantes como as brasileiras que ora são deportadas por estarem ilegais no país, quando tal condição é identificada, e ora continuam vivendo em Portugal por meio de subempregos e condições precárias de vida, pois não têm acesso aos serviços públicos locais.

Nesse contexto, indiquei também como as brasileiras se inserem no mercado de trabalho lusitano. De acordo com Machado (2003; 2006; 2008), considere que a associação nacionalidade-gênero faz com elas sejam exotizadas e mesmo erotizadas, uma vez que as notícias de jornais dão destaque para eventos envolvendo brasileiras que estão inseridas no mercado do sexo.

Por tudo isso, a entrada de imigrantes de diferentes nacionalidades em Portugal é uma temática que provocou muitas discussões pelos veículos de

comunicação social nacionais nos últimos anos. Não à toa que temas que envolvem “Imigração, Ilegalidade e Política”, relativos a brasileiros/as está entre as principais categorias de notícias identificadas em minhas análises. Pude constatar que a mesma ocupa o primeiro lugar nas categorias do jornal *Público*, de Lisboa e o terceiro lugar nas categorias de notícias do *JN* entre os anos de 2004 a 2015. Nestas matérias, a nacionalidade brasileira tem sido um marcador de diferença significativo, uma vez que se atribui a ela um lugar específico na sociedade portuguesa pelo fato da mesma ser considerada uma nação mestiça, ocupando um grau intermediário de aceitação ou rejeição na hierarquia das alteridades portuguesa. Contudo, acredito que há outros marcadores em jogo como o de gênero por dar uma abordagem específica às mulheres brasileiras frente a outras migrantes, até mesmo em relação aos homens brasileiros, uma vez que de acordo com Iorio (2010), essas mulheres sofrem mais do que os homens a discriminação em Portugal e também por estarem relacionadas a ideia de “disponibilidade sexual”.

O marcador raça aparece sublinhado nesse processo, pelo fato das mulheres brasileiras serem classificadas como “mestiças” e terem um lugar reservado a elas no mercado de trabalho português, que leva à exotização delas, conforme nos apontou Machado (2003; 2006; 2008). Pelo fato da imigração de mulheres brasileiras representar o “Outro”, o ser “inferior” e diferente, que atualiza as relações coloniais do antigo Império português, tal presença é vista como uma ameaça, como uma agressão externa, pelos portugueses e os jornais, por se mostrarem conservadores, de modos diferentes, refletem essa preocupação lusitana em seu discurso.

No próximo capítulo apresento as características editoriais do jornal *Público*, de Lisboa e o *JN*, do Porto, assim como sua história. Ainda no mesmo capítulo, apresento a metodologia utilizada neste trabalho, bem como a constituição do meu corpus de pesquisa e as categorias de notícias analisadas neste trabalho a partir de estreito diálogo com proposições teóricas de Foucault (1971; 1986), Fischer (2001) e Piscitelli (2008a).

CAPÍTULO 2 – O PÚBLICO E O JORNAL DE NOTÍCIAS: PARA COMPREENDER DISCURSOS E SILÊNCIOS

Segundo Michel Foucault (1970, p. 04),

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Os discursos são, portanto, organizadores de eventos, criadores destes, mais do que descritores neutros dos fatos. Neste trabalho me interessa pensar quais discursos são produzidos e por quem são produzidos para se falar de imigração, particularmente de fluxos migratórios generificados, racializados e, que por essas marcas que carregam, são inscritos em uma ordem geopolítica pós-colonial.

Como já anunciado nas páginas anteriores, tomo como corpus de análise matérias e reportagens produzidas por dois expressivos jornais lusitanos, concentrando-me naquelas que trazem notícias sobre mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Portugal.

Tão importante quando saber o que dizem é, pelo caminho analítico escolhido, conhecer sobre quem diz. Assim, apresento, a seguir os jornais *Público*, de Lisboa e *Jornal de Notícias* (JN), do Porto, a fim de sublinhar suas características editoriais, trajetória histórica e público visado. Conhecer o papel social que esses veículos de comunicação ocupam, esclarece a regulação de sentido que ambos constroem quando divulgam matérias sobre a “mulher brasileira”, ou seja, quais significados são atribuídos às experiências das mulheres brasileiras imigrantes nesse contexto. Já que como aponte na introdução deste trabalho, ao apresentar discussões sobre estereótipos da nacionalidade brasileira discutidas em pesquisas acadêmicas (PONTES, 2004; CUNHA, 2005; GOMES, 2013; VITÓRIO, 2015 etc.), parece haver um processo de cristalização de suas experiências pelos meios de comunicação portugueses.

Dessa forma, a compreensão dos discursos que envolvem as mulheres brasileiras nos jornais portugueses requer o entendimento das regras que regulam as produções discursivas. Para se entender o funcionamento da mídia como uma prática discursiva é preciso “[...] analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória”.

(GREGOLIN, 2007, P.13). Assim, procuro mostrar neste trabalho como se desenvolveram os sentidos sobre a “mulher brasileira” materializados nos jornais analisados que associam as imigrantes a determinados sentidos e não outros e constroem estigmas sobre esse segmento.

Estas mulheres não devem ser entendidas enquanto indivíduos isolados, mas sim enquanto sujeitos em experiências migratórias diversas, em que assumem múltiplos posicionamentos e são abordadas pelo jornal *Público* e JN, os quais também são sujeitos discursivos. (SCOTT, 1998). Esses papéis das brasileiras imigrantes requer levar em conta a articulação entre marcadores de diferenciação não somente como gênero e nacionalidade (PISCITELLI, 2008a), mas também a raça, a sexualidade e a classe a fim de entender suas experiências como plurais e multifacetadas.

Isso quer dizer que as narrativas que compõem as notícias dos meios de comunicação portugueses escolhidos são enunciados sobre as experiências das mulheres brasileiras imigrantes que são regulados por uma formação discursiva cuja as especificidades é preciso conhecer.

Uma formação discursiva é:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1986, p.82).

A insistência na locução “mulher brasileira” por parte dos jornais analisados, me faz apostar que estamos diante de práticas discursivas potentes que tendem a reiterar estereótipos coloniais de raça e gênero, associados no presente, à nacionalidade.

Os enunciados aqui analisados estão relacionados a algumas práticas de significação das vivências das mulheres brasileiras em Portugal, como aquelas relacionadas à imigração, prostituição, criminalidade, violência etc. Uma formação discursiva é um conjunto de enunciados, os quais estão relacionados a determinados campos do saber, que no caso midiático, Maingueneau (1993) define como espaço ou campo discursivo.

Por isso, procurei identificar algumas categorias temáticas nas notícias analisadas a fim de identificar a formação discursiva que gera essa regulação de sentidos sobre a noção de “mulher brasileira” entre os portugueses. Isso porque o que “[...] os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade completa”. (GREGOLIN, 2007, p.16).

Passo, a seguir, a apresentar os jornais em questão.

2.1 Jornal *Público* – Lisboa

O jornal *Público* é um diário lusitano, cuja versão impressa circula em Portugal e na Espanha e conta também com uma versão digital¹⁹. O veículo pertence a *sub-holding* *Sonaecom*, área de comunicação do grupo empresarial *Sonae*, fundado em 1989 por um grupo de jornalistas dissidentes do jornal *Expresso*, semanário lusitano de grande circulação no país. O *Público* é um veículo de comunicação novo no cenário português. O primeiro diretor do jornal foi Vicente Jorge Silva e, atualmente, a diretora é Bárbara Reis. O jornal está localizado no *Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte*, Lisboa; e ainda conta também com um escritório na cidade do Porto e um contato telefônico na Ilha da Madeira. Sua versão digital conta com as seguintes seções²⁰: *Portugal, Economia, Mundo, Cultura-Ípsolon, Desporto, Ciência, Tecnologia, Opinião, Multimedia* e *Mais*. Atualmente, o jornal *Público* conta com uma venda média de 21.500 exemplares diários, ocupando o 2º lugar neste segmento (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO E TIRAGEM E CIRCULAÇÃO apud PÚBLICO; LUSA, 2012, p.1) e a sua versão digital é a mais acessada entre os portugueses. Pelos dados, refere-se a um veículo de comunicação significativamente acessado pelos portugueses

O *Público* é um jornal generalista, cujo público alvo é, em sua maioria, pessoas com condições financeiras elevadas e do sexo masculino. Em uma pesquisa citada por Vieira e Monteiro (2008), verificou-se que 37,5 % dos leitores são do sexo masculino e não há uma faixa etária dos mesmos, uma vez que “[...] todos têm acesso e o jornal é de leitura acessível, no entanto, temos de ter em

¹⁹ A versão digital do jornal *Público* está disponível em: <http://www.publico.pt>.

²⁰ Embora as notícias selecionadas neste trabalho estejam localizadas em seções específicas do jornal *Público*, não a utilizo como critério de análise por considerar que elas são muito fragmentadas e variáveis no período de tempo analisado. E também essas seções dificultariam a identificação dos marcadores de diferenciação como raça, gênero, nacionalidade, etc.

consideração que nem todas as pessoas estão preparadas para apreender alguma informação, pois podem não estar dentro do assunto actual”. (VIEIRA, MONTEIRO, 2008, p.13). Em uma pesquisa realizada em 2013, verificou-se que este jornal foi o mais acessado por computadores, com mais 2,6 milhões de utilizadores únicos, em uma média de 5 horas e 1 minuto por usuário, no primeiro semestre do ano em questão. (PUBLICO, 2013, p. 1), ou seja, a versão digital deste veículo de comunicação, um dos focos deste trabalho, é significativamente acessada por seus leitores.

Embora o *Público* tenha nascido em 1989, sua primeira edição somente foi publicada 05 de março de 1990, com uma tiragem superior a 100 mil exemplares e com um estatuto editorial, o qual se encontra em vigor até a atualidade. A primeira grande cobertura jornalística pelo meio ocorreu em agosto de 1990, quando Saddam Hussein do Iraque invadiu o Kuwait. Em 1991, integrou-se a *World Media Networking*, uma associação de diversos jornais de referência no mundo. Foi o primeiro diário lusitano a publicar artigos colecionáveis como Cds, Cds-Rooms, livros, etc. Teve também, por um determinado momento, a participação estrangeira em seu capital social do jornal *El País* da Espanha e *La Repubblica* da Itália. Em 1995, o veículo lançou a versão digital do jornal, o *Público Online*, e, em 1999, passou a atualizar as notícias da versão digital diversas vezes ao dia. Sua atuação no jornalismo digital é pioneira e já está em atividade há 21 anos. Em 2012, devido à crise econômica que atingiu Portugal desde 2008, o *Público* dispensou 48 trabalhadores, os quais com o apoio de sindicatos iniciaram um processo de greve em protesto às demissões. Na atualidade, é considerado um jornal de referência em Portugal e pioneiro em muitas ações em sua área de atuação.

Ademais, este veículo é considerado “um lugar de encontro entre um grupo de jornalistas e um grupo empresarial, a Sonae” (PUBLICO apud VIEIRA; MONTEIRO, 2008, p.4), o objetivo do jornal é “a criação em Portugal de um diário, que através de uma aposta inovadora no plano editorial e tecnológico, reúna as energias necessárias para responder ao desafio de uma informação moderna e de qualidade no espaço europeu”. (PUBLICO apud VIEIRA; MONTEIRO, 2008, p.4). Declaradamente, este meio de comunicação não se posiciona politicamente. Esta é uma afirmativa que parece referir-se diretamente a posições partidárias e/ou de correntes políticas específicas. No que toca o tema que me interessa nesta pesquisa, é possível notar que a forma como abordam eventos envolvendo mulheres

brasileiras vivendo como imigrantes em Portugal, o *Público* tende a ter um tom liberal.

Em relação ao estatuto editorial do jornal, em sua versão digital, o jornal: adota os princípios editoriais de “sua empresa mãe, o jornal Público”; segue critérios como o rigor, a independência, criatividade editorial e clareza; se filia à tradição europeia de jornalismo, a qual se define como “exigente e de qualidade” e que recusa o sensacionalismo; busca também a informação plural com diferentes perspectivas da realidade; suas escolhas editoriais não se enquadram em hierarquias prévias; acredita que a existência de uma “opinião pública informada” é essencial para existência da democracia, bem como a informação isenta e a exposição de diferentes opiniões seja essencial para a formação da opinião pública; participa de grandes discussões que envolvem a sociedade portuguesa²¹; se adapta às questões tecnológicas que oferecem informação; e reconhece como o limite é o espaço privado dos cidadãos. (PÚBLICO apud VIEIRA; MONTEIRO, 2008, p.17-18). O jornal alega que tem uma atuação ética e responsável perante a sociedade ao estimular o debate de ideias e a defesa da democracia, assim como diz que se propõe a discutir assuntos de interesse do país.

Em seu estatuto editorial, o citado periódico segue o discurso do jornalismo ocidental como ocorre em muitos países, inclusive no Brasil. Este modelo de jornalismo se define como “ético”, “objetivo”, “cidadão” e “neutro”. Porém, como nos lembram autores latino-americanos decoloniais, todo enunciado é proveniente de um lugar de fala. De maneira que esta suposta neutralidade esconde, de fato, o seu lócus de produção discursiva e de enunciação. Cria-se, assim, o “mito” da neutralidade, associando-a, à verdade.

A imprensa ocidental comunga e forma seus/suas profissionais pautada nesse “mito” do “ponto zero”, ou seja, o ponto de vista neutro: aquele que não tem ponto de vista. (GROSFOGUEL, 2008).

A partir da perspectiva analítica que adoto nesta pesquisa, não existe

[...] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências. (FOUCAULT, 1986, p.114).

²¹ Neste ponto, percebo que o jornal *Público* foi bastante atuante na questão envolvendo a imigração não só brasileira, mas também em relação as outras nacionalidades que têm emigrado para Portugal.

Vale lembrar que o campo enunciativo é um espaço de cruzamento de posicionamentos próximos ou contrários, assim como de novidades e mudanças; nele encontra-se o cruzamento da identidade e da diferença. Os enunciados se cruzam e promovem uma série de inter-relações entre si, ou seja, o interdiscurso. Os enunciados são povoados por outros enunciados que são utilizados de acordo com os posicionamentos dos sujeitos falantes, compreender essas relações é uma das grandes contribuições que Foucault (1986) apontou ao indagar o “algo a mais” que está nas narrativas, ou seja, ao se questionar sobre “os efeitos colaterais” de um discurso.

Em levantamento realizado entre os anos de 2004 a 2015, o tema imigração brasileira apareceu diversas vezes nas páginas de o *Público*, porém, diferente do JN, a temática foi abordada de maneira menos sensacionalista, isto é, temas como criminalidade, prostituição e sexo tiveram menor destaque. Pode-se propor que isso se deu não apenas por uma posição menos refratária à presença de mulheres brasileiras imigrantes em terras lusitanas, mas por questões que envolvem gênero e classe social, identificados com o público alvo de cada uma dessas publicações.

É importante lembrar que os atos de fala estão inscritos nas formações discursivas e de acordo com determinado regime de verdade, dessa forma, os indivíduos obedecem, constantemente, a regras construídas historicamente e reiteram verdades, consideradas como “naturais”. Dessa forma, ao aborda intensamente o tema da “Imigração, Ilegalidade e Política”²², o *Público* segue essas regras discursivas e confirma as “verdades” que são produzidas sobre as mulheres brasileiras imigrantes no país.

Tratam-se de regras delimitadas no tempo e no espaço que são anônimas e históricas, próprias de uma determinada época e de uma área específica (FOUCAULT, 1986), ou seja, o contexto migratório contemporâneo português, em que há muitas/os brasileiras/os vivendo naquele país provocando uma fricção cotidiana das alteridades, agravadas pela cena econômica recessiva, na qual tende-se a atribuir ao estrangeiro o papel de usurpador de postos de serviço.

Regras que posicionam os jornais portugueses e/ou as/os cidadãs/ãos portugueses como um “eu”, um sujeito discursivo” superior que constrói

²² Essa temática refere-se a uma das categorias de notícias que criei para analisar o discurso das notícias dos jornais *Público* de Lisboa e JN do Porto. Essas categorias e discussões são apresentadas mais adiante neste capítulo.

representações sobre o “Outro” e o posiciona como inferior e desqualificado. Tende-se, assim, a reatualizar as regras do antigo Império Português (MACHADO, 2008). Tratam-se das relações históricas entre Portugal e Brasil que regulam essa formação discursiva da mídia, em que se reproduz as relações de poder, da antiga metrópole sobre a ex-colônia, a partir da mobilização de estereótipos.

No próximo item apresento a atuação do *Jornal de Notícias* (JN) do Porto.

2.2 *Jornal de Notícias* - Porto

O *Jornal de Notícias*, também conhecido como JN, é um diário proveniente da cidade do Porto que circula em âmbito nacional e também apresenta uma versão *online*²³. Este jornal vende em torno de 17 mil exemplares diariamente, ocupando o terceiro lugar entre os diários portugueses de informação geral. Sua versão digital é a 3ª mais acessada. (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO E TIRAGEM E CIRCULAÇÃO apud PÚBLICO; LUSA, 2012, p.1).

O veículo foi fundado em 1888 e, na atualidade, pertence ao grupo *Global Média*. O atual diretor é Afonso Camões, desde 2014. Trata-se de um meio de comunicação social tradicional no cenário portuense e também lusitano. Ele está localizado na *Rua Gonçalo Cristovão*, 195, Porto, mas há também representações deste veículo nas cidades de Coimbra, Leiria, Lisboa e Viana do Castelo. Na versão *online* do JN, há as seguintes seções²⁴: *Nacional, Lisboa, Justiça, Mundo, Economia, Desporto, Pessoas, Inovação, Cultura e Opinião*.

Quanto ao seu público alvo, a maioria é do sexo masculino (60,2%), 31,6 % da Classe Média e 30,7 da Classe Média Baixa, 33 % da região norte e litoral e 30,5 % do Porto, 21,9% da faixa etária dos 25 aos 34 anos e 21 % da faixa etária dos 35 aos 44 anos. (GLOBAL MEDIA GROUP, 2015, p. 6). Trata-se de um perfil mais popular, voltado principalmente para homens em idade adulta. Neste ponto, verifica-se a diferença de público alvo de ambos os veículos analisados. Enquanto o jornal *Público* de Lisboa tem um público mais elitizado, o JN do Porto tem um público mais

²³ A versão digital do JN está disponível em: <http://www.jn.pt>.

²⁴ Embora as notícias selecionadas neste trabalho estejam localizadas em seções específicas do JN, não as utilizamos como critério de análise por considerar que elas são muito fragmentadas e variáveis no período de tempo analisado. E também essas seções dificultariam a identificação dos marcadores de diferenciação como raça, gênero, nacionalidade, etc. que usamos a partir do pensamento de Piscitelli (2002; 2008a).

popular, o que influencia nas escolhas discursivas de cada um desses veículos, já que o interlocutor influencia também na forma como um sujeito discursivo se posiciona socialmente.

O JN conta com uma história bastante extensa por estar em atuação há 128 anos, uma vez que o mesmo surgiu em 1888. Suas instalações iniciais ficavam situadas na *Rua de Dom Pedro* e concentrava a redação, a administração, a composição e impressão do veículo. Suas primeiras edições tinham apenas quatro páginas, ao preço de 10 réis e o mesmo circulava na cidade do Porto e adjacências, em Braga e Lisboa. As seções do JN abrangiam notícias nacionais e internacionais e sua tiragem inicial era de 7500 exemplares. Com o tempo, a tiragem aumentou e foi introduzida as primeiras gravuras sobre os assuntos abordados, uma inovação para a época. Ainda nos primeiros anos do JN, o mesmo deixou de publicar edições às segundas feiras e, um pouco mais tarde, por conta da *Guerra Hispano-Americana*, o veículo estreou a reprodução de mapas das Antilhas e o Atlântico. A partir de 1911, o jornal assumiu, declaradamente, a defesa do Norte e do Porto²⁵ e, no mesmo ano, mudou suas instalações para a *Rua Elias Garcia*. Em 1914, o jornal voltou a publicar edições às 2º feiras, durante alguns meses, por conta da 1ª *Grande Guerra Mundial*. Contudo, é importante salientar que as edições às 2ª feiras só voltaram a circular em definitivo a partir de 1936. Retornando um pouco no tempo, em 1926, o JN mudou novamente de sede, desta vez foi para a *Avenida dos Aliados*, na qual ficou instalado até 1970, quando se mudou para um novo imóvel na *Rua Gonçalo Cristovão* e permanece até a atualidade. Neste período, o jornal continuou a sua disseminação pública junto aos portugueses e contribuiu com iniciativas com o concurso *Quadras de São João* em 1929. Durante a ditadura de Salazar (*Estado Novo* 1933-1974), o veículo passou por tempos difíceis devido a censura e era considerado um órgão de oposição ao regime. Com a *Revolução de 25 de abril* de 1974, a qual pôs fim ao período salazarista, as vendas do JN aumentaram consideravelmente e o mesmo passou a ser o jornal nacional de maior circulação em Portugal. Na atualidade, conforme eu disse antes, é o 3º jornal de maior circulação no país. Ademais, o JN criou outros periódicos ao longo de sua existência, que não se mantiveram por muito tempo como: o vespertino *A Tarde* (durante seis meses em 1945), *Notícias da Tarde* (1981-1984), o jornal desportivo *O*

²⁵ Esse posicionamento é um dos motivos que me leva a crer que o JN seja mais conservador que o *Público*.

Jogo (lançado em 1985 e depois se tornou autônomo). Desde 1973, a *Revista JN* (atual *Notícias Magazine*) é oferecida junto com a edição de domingo do veículo, feita em parceria com o *Diário de Notícias* (DN), jornal lisboeta também de grande referência em Portugal. A partir de 2003, o JN e o DN publicam em parceria também a revista *Grande Reportagem* nas edições de sábado. No final do século XX, para atrair novos leitores, fidelizar os que já tinha e enfrentar a concorrência jornalística, o JN passou a oferecer brindes aos seus leitores como fascículos para completar livros, talheres para formar faqueiros, etc. O veículo manteve forte ligação também com o ciclismo, tendo organizado de 1982 a 2000, a *Volta a Portugal* em bicicleta. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2016a, p.1). Trata-se de um veículo bastante atuante e tradicional no cenário portuense e também lusitano.

O JN também assume que não se posiciona politicamente. Contudo, a partir da pesquisa que realizei sobre o mesmo e pela análise do discurso feita a partir do conteúdo de suas notícias, parece-me um veículo menos favorável a discussão de temas como a legalização da imigração e a discriminação de mulheres. As notícias selecionadas para análise insinuam posições pouco afeitas à presença de imigrantes brasileiras em Portugal.

Tal posicionamento pode ser averiguado também em seu Estatuto Editorial. Vale lembrar que este formato jornalístico se desenvolve em contextos democráticos e se define como ético, objetivo, neutro e cidadão. Esse posicionamento pode ser percebido neste trecho do seu editorial: “[...] O JORNAL DE NOTÍCIAS adota como propósito uma informação rigorosa e competente (no sentido do mais completo possível apuramento dos factos), equilibrada (na audição dos interesses envolvidos) e objetiva (ainda quando interprete os acontecimentos)”

Diferentemente do jornal *Público*, que apresentou um discurso liberal ao discutir questões ligadas as mulheres brasileiras imigrantes no país, somente 2 notícias de um universo de 91 notícias²⁶ selecionadas do JN abordou a temática da discriminação e o preconceito a que as brasileiras são alvo no país. E no caso do tema “Imigração, Ilegalidade e Política”²⁷, o JN apresentou apenas 17 notícias, enquanto que o *Público* apresentou 31 notícias.

²⁶ Vale recordar que foram selecionadas 91 notícias sobre as experiências que envolvem mulheres brasileiras imigrantes em Portugal no JN do Porto entre os anos de 2004 a 2015.

²⁷ Categoria de notícias que elaborei para analisar os veículos de comunicação escolhidos. A construção dessas categorias de notícias é explicada mais adiante neste capítulo.

O JN se anuncia como um veículo que defende os interesses do Porto e Norte de Portugal, o que, somado ao levantamento que fiz de notícias relativas a imigração e seus impactos no e para o país, soa um tanto regionalista.

Em seu estatuto editorial, o JN se define como (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2016b, p.1): um veículo informativo e não doutrinário; sem vínculos com grupos políticos e grupos gerais; rege-se pelos critérios de “pluralismo, isenção e apartidarismo”; prima pela rigorosidade da informação e por sua precisão; se diz porta voz dos interesses das “camadas menos favorecidas” do país; cumpridor da “Lei de Imprensa” e dos princípios éticos da profissão. Como vemos, o JN assume um posicionamento discursivo em relação às suas atividades em que se declara o mais ético e responsável possível na perspectiva do jornalismo ocidental. Se coloca como objetivo, mas também se posiciona como um jornal mais popular em defesa das camadas menos favorecidas. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2016b, p.1).

Entre as categorias que fui elencando para a classificação de notícias, temas recorrentes no JN como “Prostituição, Ilegalidade e Violência”²⁸ formam a tríade mais frequente de notícias relacionadas às mulheres brasileiras em Portugal. Um enunciado, ao contrário dos atos de fala e das palavras, não é identificado rapidamente, mas também não está totalmente oculto. O enunciado revela muito mais que uma coisa dita pode supor, ele “põe em jogo um conjunto de elementos, referentes às ‘possibilidades’ de aparecimento e delimitação” (FISCHER, 2001, p.204) de um discurso. Para levantar tais enunciados, precisei averiguar, definir e analisar o corpus de pesquisa que me apresentam esses dados, que explico melhor no próximo item.

Por seus enunciados, o JN relaciona, com frequência, as mulheres brasileiras imigrantes às atividades relacionadas à prostituição. O mesmo retoma discursos que já foram enunciados anteriormente sobre as mulheres brasileiras, ou seja, a interdiscursividade, e (re)constrói significados que as relacionam à hiperssexualidade.

A Análise do Discurso oferece as ferramentas conceituais pelas quais é possível compreender-se a produção de efeitos de sentidos dos acontecimentos discursivos, como os que envolvem as brasileiras retratadas pelo *Público* e JN. Relacionar a Análise do Discurso à abordagem desses meios, segundo Gregolin

²⁸ Trata-se de uma das categorias de notícias construídas para analisar as narrativas dos jornais *Público* e JN e que são explicadas neste capítulo.

(2007, p.13), “[...] podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel do discurso na produção das identidades sociais [dessas mulheres]”.

Com esta perspectiva em mente, esclareço a seguir como constitui essa e outras categorias a fim de classificar as notícias, bem como a metodologia utilizada.

2.3 A construção do corpus de análise: as categorias de notícias

O recorte temporal que orientou a formação do corpus desta pesquisa envolve 11 anos de publicações dos jornais em questão, iniciando-se em 2004 e finalizando em 2015.

A escolha do ano 2004 deve-se à uma flagrante inflexão na veiculação de notícias envolvendo a presença de mulheres brasileiras imigrantes no país. Tomo como hipótese que isso se deu por conta do movimento chamado *Mães de Bragança*, que ocorreu em 2003, o qual abordo mais, especificamente, no Capítulo 3. Tendo esse horizonte temporal em vista, me interessei em pesquisar a influência de alguns veículos da mídia portuguesa na construção da imagem da “mulher brasileira”, ao longo deste período. Dessa forma, optei por analisar dois importantes jornais em duas cidades lusitanas, as quais são Lisboa²⁹ (capital do país) e o Porto³⁰. Ambas estão entre as três cidades mais populosas de Portugal, são duas cidades relevantes no cenário português em que há brasileiras/os imigrantes e são os lugares em que existe mais brasileiras/os imigrantes na atualidade. (SEF, 2012). Por isso, escolhi o Jornal *Público* e o JN. Outros motivos que influenciaram essa decisão foram: o acesso às notícias dos jornais na versão digital e a quantidade de notícias disponíveis sobre o tema abordado que pudessem proporcionar a constituição de um corpus de notícias considerável para a análise.

Nesse processo, ao utilizar somente os termos “mulher” e “brasileira”, me deparei com um universo de 7.219 notícias no jornal *Público* de Lisboa e 13.700

²⁹ De acordo com o *Instituto Nacional de Estatística* (2012), a cidade de Lisboa conta com aproximadamente 531 mil habitantes. Já a região metropolitana de Lisboa conta com, aproximadamente, 2 milhões e 800 mil habitantes. É a capital de Portugal em que se concentra a decisões políticas do país. Além disso, é considerado o centro da Lusofonia porque nela está sediada a organização internacional *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

³⁰ Ainda de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística* (2012), o Porto é a terceira maior cidade lusitana, com 237 mil habitantes aproximadamente, localizada ao Noroeste do país. É a capital do distrito do Porto e considerada um centro regional ao Norte de Portugal. Ademais, é vista como uma cidade histórica porque a partir dela se formou o Império Português e, ao mesmo tempo, uma cidade global pois é considerada como um local importante para o sistema econômico mundial.

notícias no JN do Porto no período considerado. Proporcionalmente ao período em questão de 2004 a 2015³¹, o levantamento feito aponta uma média de 12,5 notícias por semana veiculadas no jornal *Público* e 24, no mesmo espaço de tempo, no JN. Quantitativamente, é notório que a nacionalidade brasileira é um assunto recorrentemente abordado pelas mídias analisadas. Episódios corriqueiros como aluguel de imóveis a eventos envolvendo crimes, parecem suscitar interesse midiático quando as personagens envolvidas são imigrantes brasileiras.

O fragmento que trago a seguir refere-se a história de Sandra, brasileira empregada em uma empresa multinacional e que encontrou dificuldades em locar um imóvel, apesar de estar inserida no mercado de trabalho.

Sandra Leite, 40 anos, brasileira, empregada numa multinacional, por exemplo, conta como descobriu ter sido discriminada. Quando ligou para o telefone de um anúncio de jornal, o proprietário, reconhecendo-lhe o português do Brasil, inventou mil entraves: primeiro "havia uma pessoa à sua frente", depois era necessário fiador, por fim disse que tinha de fazer obras. Dias depois, a mulher voltou a ligar e, desta feita, a resposta foi definitiva: já estava alugado. **Sandra desconfiou e pediu a uma amiga da empresa para ser ela a telefonar, passando por uma candidata portuguesa, conseguindo assim a prova dos nove: no momento, foi-lhe marcada uma hora para ir ver a casa.** (PÚBLICO, 2005, p.1 – Seção *Sociedade* do Jornal *Público* de 14/04/2015. Grifos meus)

Érica, também brasileira, em matéria veiculada pelo JN. A brasileira se declara inconformada com a forma preconceituosa que os portugueses tratam as mulheres brasileiras, ao considerá-las prostitutas.

"Para muita gente, brasileira é tudo prostituta. Há muita discriminação, pessoas que não gostam mesmo da gente", desabafa Erica Gianini, 26 anos, **três anos de desilusões em Portugal**. "Para muitas pessoas, brasileiro é tudo ladrão, vagabundo, gente que gosta de dar o golpe", acrescentam os imigrantes. (SILVA, 2009, p.1 – Seção *Reportagem*, do JN de 15/03/2009. Grifos meus)

As “desilusões” de Érica não são claramente tratadas na matéria, mas insinua-se que a vida de brasileiras/os não é fácil em Portugal. Parte destas dificuldades, parece estar relacionada aos estereótipos que associam nacionalidade e gênero a caráter. Brasileiros são vistos como ladrões, brasileiras como prostituta.

³¹ Cada ano contém aproximadamente 52 semanas, no caso de 11 anos (2004-2015) tem-se 572 semanas.

Tais associações, recorrentes nos enunciados de alguns veículos da comunicação social informam e reforçam percepção locais relativas aos/às imigrantes.

Nos processos contemporâneos a imigração ocupa um espaço crucial na mídia portuguesa. A recente intensificação, no final dos anos 90, da imigração brasileira complexificou os processos identitários mútuos, num quadro em que são criadas e/ou reforçadas velhas representações sobre a mulher brasileira. (PONTES, 2004, p. 236).

A nacionalidade é um marcador que tem condicionado significativamente a presença de mulheres brasileiras imigrantes em território português, em diferentes contextos. Adriana Piscitelli (2009) mostra, ao comparar a inserção de mulheres brasileiras no mercado do sexo na Espanha e Portugal, que neste último país o tratamento dado as mulheres brasileiras nesse segmento é diferente daquele que elas recebem na Espanha³². Para ela, no mercado português essa inserção é marcada pela nacionalidade. Igor Machado (2008), ao analisar os processos de exotização de brasileiros na cidade do Porto, no final do século XX, também aponta a nacionalidade como fator de inserção no mercado de trabalho português, o qual destina vagas específicas para essas pessoas baseadas em estereótipos nacionais como “alegria”, “simpatia”, serem mais extrovertidos, por exemplo.

A experiência das migrantes brasileiras em Portugal envolve muito mais que aspectos ligados ao gênero e a nacionalidade (PISCITELLI, 2008a). Como “sujeitos que são constituídos mediante a experiência” (SCOTT, 1998, p.5) a própria identidade nacional e de gênero vão sendo reconfiguradas e problematizadas nestes deslocamentos, como discutem Beleli (2010), Togni e Alvin (2010) e Gomes (2013) a partir de suas etnografias em Portugal.

O contexto português no qual as mulheres brasileiras imigrantes têm vivido nos últimos anos, aponta para aspectos destas experiências considerados relevantes para os jornais *Público* e *JN* e os discursos que produzem sobre elas. (ORLANDI, 2003).

As experiências das brasileiras são afetadas pela sobreposição de marcadores como gênero, nacionalidade, classe, raça e sexualidade. Por serem “brasileiras”, “[...] as noções sexualizadas e racializadas de feminilidade”

³² Na Espanha, a autora considera que a demanda por prostitutas brasileiras é “[...] um efeito da combinação entre dinâmicas migratórias e a lógica da organização e do consumo de segmentos do mercado que requerem e utilizam a diversidade, no mercado de fronteiras estabelecidas pelo pelas convenções eróticas”. (PISCITELLI, 2009, p.198).

(PISCITELLI, 2008a, p.269) influencia a forma como são percebidas pelos portugueses, reiteradas, por vezes, por meio dos discursos veiculados pelos jornais.

Ainda que só um pequeno número de brasileira esteja inserido no mercado do sexo português, a associação entre sexo, nacionalidade e gênero é estreita. Nas palavras de Piscitelli

[...] nos fluxos migratórios para certos países do Norte [como Portugal] as brasileiras são racializadas como mestiças. No lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mas [sic] do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada. Nos últimos anos, o fato de o Brasil ter sido incluído nos circuitos mundiais de turismo sexual e das brasileiras adquirirem visibilidade na indústria do sexo em países dos Sul da Europa, tem acentuado essas relações entre categorias no cenário global [...]. (PISCITELLI, 2008a, p.269).

Considerar que esses marcadores constroem algumas práticas discursivas sobre as mulheres brasileiras, de modo estereotipado, entre os portugueses, requer o reconhecimento de que: embora as brasileiras estejam associadas em determinadas ocupações, não quer dizer que isso constitui uma totalidade nem no Brasil e nem em Portugal, “[...] essas diferenças são frequentemente traduzidas por fronteiras etnosexuais [...] traçadas nas interações entre sexualidade e etnicidade” (PISCITELLI, 2008a, p.271), que atingem mulheres de modo diverso, dependendo do contexto discursivo. De acordo com Foucault (1986), as matrizes de sentido são reguladas segundo a situação em que os enunciados são produzidos.

Ao dar continuidade a definição do meu corpus de pesquisa, considerei as notícias relacionado à nacionalidade muito abrangentes, por isso, foi necessário delimitar mais esse universo a fim responder às questões balizadoras e promover análises mais qualitativas das notícias. Ao refiná-las ainda mais, inclui a palavra “imigrante”, a qual reduziu, significativamente, o meu universo de notícias em termos numéricos, mas melhorou, qualitativamente, frente ao meu objetivo de pesquisa.

No jornal *Público*, identifiquei 508 notícias e no JN encontrei 393 matérias. Numericamente³³, o jornal *Público* divulgou uma média de 4 notícias ao mês e o JN uma média de 3 notícias ao mês no período de 2004 a 2015. Esses números mostram que o tema “mulher brasileira imigrante” em Portugal é um assunto abordado com frequência na mídia portuguesa. Esta recorrência, sinaliza, a meu ver, o interesse do público visado pelos jornais nestes temas.

³³ Cada ano contém 12 meses, no caso de 11 anos (2004-2015) tem-se 132 meses.

A produção de discurso não é livre, é algo controlado e organizado por critérios que determinam o que pode e deve ser dito em dado momento histórico. Assim, em certo contexto, há ideias que são silenciadas e outras que são enunciadas para se controlar os sentidos e as verdades. Vale ressaltar que “[...] práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história”. (GREGOLIN, 2007, p.15).

Para Laclau (1991, p.137), “as práticas sociais se constituiriam discursivamente” e haveria uma nova maneira de se criar as identidades sociais ou subjetivas porque as mesmas dependeriam do “jogo permanente dos sentidos”. Por essa perspectiva, a sociedade é compreendida “como um vasto tecido argumentativo no qual a humanidade constrói sua própria realidade”. (p.136). Isso quer dizer que a “realidade objetiva” se constrói por meio de uma “trama discursiva” (FISCHER, 2001, p.200) que cria ou reforça as representações sobre as mulheres brasileiras imigrantes por meio das notícias veiculadas pela mídia portuguesa.

A seguir, apresento dois trechos de matérias que abordam os fluxos migratórios de brasileiros/as e seus sentidos, segundo as notícias recortadas.

O primeiro trecho, do jornal *Público*, trata do retorno de brasileiras/os ao país de origem por conta da crise econômica no país desde 2008 e do desenvolvimento econômico do Brasil, por volta de 2012, vivenciada durante as gestões de Lula e Dilma Rousseff. Um fato importante é que a matéria mostra que esse regresso tem causado impactos econômicos em locais em que a presença de imigrantes brasileiras/os era significativa como na “Costa de Caparica”³⁴ e Ericeira³⁵. São lugares que incorporam a presença dessas migrantes e que, de alguma forma, sentem a importância que os mesmos tinham para suas economias locais.

Lê-se na matéria:

A crise em Portugal e o “boom” económico no Brasil estão a levar imigrantes brasileiros a regressar ao país de origem. A Costa da Caparica e Ericeira são algumas das zonas onde a sua saída está a ter um impacto económico mais visível. Na Costa da Caparica, o número de brasileiros caiu para menos de metade. (NOGUEIRA, 2012, p.1) – Seção *Sociedade*, *Público* de 09/04/2012.

³⁴ Refere-se a uma pequena cidade litorânea na região central de Portugal, próxima do Rio Tejo. É uma localidade muito conhecida por suas praias, se localiza no “Concelho de Almada” e conta com aproximadamente 13 mil habitantes.

³⁵ Trata-se de uma vila turística muito antiga, localizada a 35 quilômetros a noroeste do centro de Lisboa e com aproximadamente 10 mil habitantes.

Já o segundo trecho, trata-se de notícia veiculada pelo JN na qual se aborda a condução de duas brasileiras ao centro de acolhimento temporário do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF) pelo fato das mesmas estarem ilegais no país. Como apontei no Capítulo 1, muitas/os brasileiras/os permanecem ou permaneceram ilegais em Portugal entre os anos de 2004 a 2015. Muitas/os delas/es se arriscam a viverem em Portugal, mesmo sujeito a essas situações. É interessante notar que os dois trechos das notícias apresentadas tratam da saída de imigrantes brasileiras/os em duas situações opostas. A primeira se refere à saída de imigrantes do país espontaneamente por não enxergarem condições favoráveis à sua permanência no país em 2012. Já o segundo trecho, apresenta a saída de mulheres imigrantes do país por não estarem regularizadas junto as autoridades lusitanas, mas as mesmas se arriscam a entrar no país porque veem alguma vantagem em estarem lá.

A fonte adiantou à Lusa [agência de notícias portuguesa] que as duas mulheres, de nacionalidade brasileira, foram conduzidas ao centro de acolhimento temporário do SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras], no Porto, onde vão permanecer até serem expulsas do país, o que deve acontecer dentro de dias. (LUSA, 2010, p.1). – Seção *Justiça*, do JN de 11/04/2010.

Não só os aspectos escolhidos como tema noticioso nos dois jornais são distintos, como também é preciso considerar o espaço de tempo que separa as notícias. Em dois anos (esta última publicada em 2010 e a primeira em 2012), novo cenário se desenha em ambos os países em questão, refletindo também nos fluxos migratórios e nas ansiedades sociais frente à permanência de brasileiras/os em território português.

A fim de circunscrever ainda mais as buscas, visto que o tema da imigração era bastante presente, procurei refinar os termos incluindo, no caso do jornal *Público*, a palavra “Lisboa”, por se tratar da cidade em que está sediado o veículo analisado, em que levantei 286 notícias, das quais selecionei 71 matérias; já no caso do JN inclui como filtro o termo “Porto”, oferecido pelo próprio site deste meio de comunicação. Pude identificar 199 matérias, das quais selecionei 91.

Tendo o meu corpus de análise delimitado, realizei a categorização das notícias a partir dos temas mais abordados em cada matéria e que fossem

condizentes com a temática desta tese. Primeiramente, fiz a categorização das notícias do jornal *Público* de Lisboa e, posteriormente, a categorização das matérias do JN do Porto para analisar o discurso desses veículos. Os enunciados são formações, e não palavras, que saem de seu corpus quando os significados das palavras mudam de natureza, ou seja, quando distribuem-se e dispersam-se na linguagem em diferentes contextos. (DELEUZE, 1991). Sendo assim, o/a pesquisador/a deve construir unidades discursivas a partir da dispersão dos enunciados. Mostrar como determinadas falas aparecem e se distribuem no interior de um certo conjunto discursivo. Vale lembrar que:

Construir unidades, porém, longe de significar uma operação de simplificação e assepsia dos enunciados desorganizados, contaminados e por demais vivos, é um trabalho [...] de multiplicação dessa realidade da coisa dita que [...] existe em sua “pobreza”, como situação estreita e singular, que se torna sempre outra, pelo simples fato de alguma vez ter sido falada. (FISCHER, 2001, p.206).

Tendo em vista a importância da construção de unidades para a identificação dos enunciados que analiso neste trabalho, a seguir apresento as categorias que utilizei para abordar as notícias sobre as mulheres brasileiras no discurso midiático português e alguns trechos de notícias³⁶ que exemplificam a definição das temáticas.

- “Imigração, Ilegalidade e Política”: trata-se de uma categoria que concentra notícias que abordam a imigração brasileira e, ao mesmo tempo, algumas vezes, de imigrantes em geral na sociedade portuguesa no período de 2004 a 2015, conforme discuti no Capítulo 1. Além disso, essas mesmas matérias, em alguns momentos, abordam a situação de ilegalidade que uma quantidade considerável de imigrantes brasileiras/os se encontravam no país. Simultaneamente, uma parte dessas matérias apontam discussões políticas que envolvem esse fenômeno, como o papel dos governos brasileiros e portugueses nesse processo.

A fim de exemplificar conteúdos abrangidos por essa categoria, apresento abaixo, trechos de matérias publicadas no *Público* e JN: o primeiro se refere a dados de uma pesquisa realizada em Portugal com mulheres imigrantes, em que inclui-se as brasileiras, em que, segundo Sanches (2005), aumentou a quantidade de mulheres de nacionalidade brasileira e africana, com qualificações baixas e médias

³⁶ Em algumas categorias apresento dois trechos de notícias de ambos os jornais, contudo em outras apresento somente um trecho de notícia de um dos jornais porque somente um deles abordou a categoria delimitada.

no país. Neste ponto, as narrativas da seção *Sociedade* do *Público* reconhecem a importâncias de mulheres imigrantes como as brasileiras e africanas para a economia de Portugal.

No primeiro fragmento se lê que

[...] está a crescer o número de mulheres com qualificações baixas e médias, provenientes de África e Brasil, com destino a Portugal. [...] "Hoje, as imigrantes contribuem activamente para o rendimento das famílias e para a economia dos países que as recebem", apontam. Apenas um dado: das autorizações de residência concedidas em 2004 a brasileiros, 15.141 foram-no a mulheres e 13.815 a homens. (SANCHES, 2005, p.1). Seção *Sociedade*, do *Público* de 02/11/2005.

O trecho mostra o duplo lugar subalternizado que este segmento está sujeito em suas experiências lusitanas. Por um lado, essa desqualificação ocorre por serem mulheres, a condição de gênero, atribui a elas vários papéis como o de mãe, esposa e trabalhadora em longas jornadas, comparativamente aos homens. De outro lado, por serem imigrantes, a nacionalidade pré-determina, conforme Machado (2002; 2006; 2008) e Gomes (2013), papéis sociais e profissionais marginais e precários no mercado de trabalho nacional. Acrescento também um terceiro fator em relação a isso, ao se considerar que muitas dessas mulheres brasileiras, e também africanas, são mestiças ou negras. Esses dados indicam que a condição de raça também marca essas experiências, como apontam os resultados da referida pesquisa, as mulheres negras são mais exploradas do que mulheres brancas.

O trecho a seguir, narra a situação de vida da imigrante brasileira Cristiane em Portugal, cujo motivo que a levou deixar o Brasil foi a busca por condições de trabalho melhores e a realização de sonhos que não conseguiu realizar em sua terra natal. Tendo em vista esse objetivo, Cristiane conseguiu constituir sua família e ter outras oportunidades na cidade do Porto em Portugal que não teve no Brasil, segundo a matéria do JN. Vale lembrar que países como Portugal, por estarem situados na Europa e pertencerem à *União Europeia* são vistos como “países desenvolvidos” que oferecem mais oportunidades as/aos suas/eus cidadãos/ãos, a despeito a crise financeira que o país viveu nos últimos anos, ou seja, a “terra da prosperidade”. Trata-se de noções discursivas ocidentais que valorizam os países europeus em detrimento dos países considerados não ocidentais, representados como atrasados e com poucas oportunidades. Tais noções levam muitas pessoas como a brasileira Cristiane Ribeiro apostar imaginativamente no projeto migratório.

Cristiane Ribeiro tem 27 anos e é natural do Brasil. Chegou a Portugal há quase cinco anos. Como muitos outros imigrantes brasileiros, veio buscar trabalho e sonhos que não conseguiu encontrar no país de origem. Adoptou a cidade do Porto como sua e há mais de um ano que é casada com um cidadão português, do qual tem um filho "que a minha família no Brasil não conhece", lamenta. (FERNANDES, 2005, p.1). Seção em *Foco*, do JN de 13/10/2005.

- "Prostituição, Ilegalidade e Violência": concentra notícias que abordam a atuação de mulheres brasileiras imigrantes que se prostituem ou estão relacionadas ao mercado do sexo em Portugal. Em algumas dessas matérias, há a relação dessas mulheres prostitutas com a sua condição ilegal no país e, às vezes, a relação delas com atos e situações de violência. Cabe salientar, de acordo com Piscitelli (2008), nos processos de racialização as mulheres brasileiras têm uma certa "vantagem" no mercado do sexo e também no mercado matrimonial. Trata-se de um racismo principalmente com mulheres que não são vistas como negras. Como apontou Machado (2008), o Brasil, por ser considerado um país mestiço, ocupa um lugar intermediário no processo de classificação dos imigrantes no território português. Essas noções associam as brasileiras ao mercado do sexo e, dessa forma, a comunicação social portuguesa às relacionam a "disponibilidade sexual", como ocorrem nos dois jornais analisados.

[...] um estudo feito no Brasil ("Celeiro das vítimas de tráfico de seres humanos", como apelidou) para dizer que a maior parte das pessoas traficadas são mulheres entre os 18 e os 21 anos, que são "recrutadas" no interior do país aos 15/16 anos para "turismo sexual" nas grandes cidades, sendo "exportadas" quando atingem os 18 anos de idade [para prostituição]. (LUSA, 2005, p.1) Seção *Sociedade*, do *Público* de 04/03/2005.

A forma de construir a narrativa aponta para a vitimização dessas mulheres, raramente ouvidas.

O tráfico de seres humanos é tema fartamente discutido por Piscitelli (2008b). A autora mostra que o próprio termo carece de definições mais precisas se o que os Estados e a sociedade civil almejam é a proteção das pessoas "traficadas".

Quando o Brasil é considerado um "celeiro" de tais práticas, o próprio país passa a ser associado a atos ilegais e criminosos contra aqueles/as a quem deveria proteger. Estado e nação se confundem e se tornam agentes aliciadores. De forma que à ideia de brasilidade se associa a de violação de direitos humanos.

Alguns veículos da própria mídia portuguesa ajudam na (re)produção de estereótipos como esse que estão presentes em notícias, novelas, programas e

anúncios publicitários que (des)cristalizam as brasileiras como indivíduos voltados para as experiências sexuais³⁷, festivas e ilegais. Em tratando-se de mulheres, a chave da vitimização é sempre acionada, de forma que a imagem da brasileira pobre, desprotegida e restituída associa o próprio Brasil ao atraso social.

Como no trecho abaixo:

A mulher que foi assassinada em Torres Vedras, por asfixia e amarrada à cama, ia enviar dinheiro para o Brasil para ajudar uma das filhas que ia ser operada ao estômago. Miriam da Costa Nunes, de 54 anos, que era prostituta, foi descoberta pelas autoridades no apartamento onde vivia e recebia os clientes. (VARELA, 2012, p.1) Seção *Segurança*, do JN, de 17/06/2012.

Apesar da associação dessa brasileira com a prostituição e a violência, a notícia aponta que ela teria uma “boa causa” para praticar tais serviços sexuais, pois ela pretendia ajudar financeiramente um familiar em sua terra natal. Sobre isso, vale dizer que muitas mulheres brasileiras imigrantes, de acordo com a pesquisa citada pela Iorio (2010) e Rossi (2007), são as que enviam remessas de dinheiro para seus familiares no Brasil e, às vezes, até os sustentam. Isso porque, em algumas situações, essa seria a única fonte de renda para essas pessoas, dada a falta de oportunidades dos locais em que vivem e das responsabilidades que essas mulheres assumem como únicas provedoras familiares.

- “Discriminação e Preconceito”: refere-se a matérias que apontam situações de discriminação e preconceito que as imigrantes brasileiras ou a comunidade brasileira estavam envolvidas no contexto português. Tratam-se de matérias que discutem as motivações desta discriminação e preconceito e os prejuízos que as/os imigrantes brasileiras/os enfrentam, cotidianamente, no país.” Achei importante incluir esta categoria de notícias para analisar como os portugueses, ou melhor algumas mídias portuguesas, percebem os estigmas que elas ajudam a (re)construir em relação às/aos brasileiras/os, ou seja, um metadiscurso. E como os brasileiros veem esses preconceitos.

Para ilustrar, aponto, em primeiro lugar, um trecho de uma notícia do jornal *Público* em que o veículo reconhece em seu discurso algumas situações de preconceito que as/os brasileiras/os imigrantes são alvo como: as dificuldades para

³⁷ No capítulo 3 discuto mais intensamente como alguns veículos da mídia portuguesa tem influenciado a construção de sentidos sobre as experiências das mulheres brasileiras em Portugal.

se alugar uma residência; ser vigiada por seguranças; enfrentarem obstáculos para conseguir um emprego; não terem acesso aos serviços públicos.

Procurar uma casa e dizerem que já está alugada ou vendida. Entrar numa loja e percorrer os seus corredores com o segurança sempre por perto. Tentar arranjar trabalho e nunca ter as qualificações alegadamente exigidas. Ser interpelado pela polícia simplesmente porque sim ou ter dificuldade em aceder a cuidados médicos. Cerca de 44 por cento dos brasileiros que vivem em Portugal [...] sentem-se discriminados e dizem já ter sido alvo de atitudes racistas como as referidas.

[...] A situação é ainda mais difícil para os mais jovens, para as mulheres e para as pessoas com algum tipo de deficiência [...]. (SANTOS, 2009, p.1). Seção *Portugal*, do *Público* de 13/12/2009.

O *Público* tende a sublinhar a recusa nacional em relação a brasileiros/as, de forma crítica, ainda que não seja explicitamente opinativa. Já o JN, mesmo reconhecendo atitudes discriminatórias, como se pode ler no fragmento mais abaixo, atribui esse rechaço mais ao comportamento desses/as imigrantes do que a forma como a sociedade lusitana vem lidando historicamente com suas ex-colônias.

O consulado brasileiro recebeu dezenas de queixas de brasileiras que se sentiram discriminadas à chegada ao Aeroporto de Faro, na altura da passagem pela Alfândega.

São relatos de mulheres que são separadas dos outros estrangeiros e encaminhadas para a vistoria numa sala, normalmente com recurso a uma frase jocosa dita com sotaque: "Já para a salinha e abrir a malinha". Acontece quando viajam sozinhas. (MARGATO, 2015, p.1). Seção *Nacional*, do JN de 01/11/2015.

Assim, as brasileiras seguem percebidas e recebidas como pessoas à busca por sexo ou motivadas por novos relacionamentos amorosos espúrios. Essas narrativas acionam outros discursos já enunciados anteriormente para significar a “mulher brasileira” associada à hiperssexualidade. Trata-se da interdiscursividade dos enunciados construídos desde a colonização portuguesa no Brasil que associa esse segmento ao corpo colonial, ou seja, a disponibilidade corporal dessas “mulheres colonizadas” em atender aos desejos do colonizador, isto é, dos portugueses.

- “Violência/Acidentes”: apontam situações em que as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal são agentes e/ou vítimas de atos violentos ou de acidentes no país. Na notícia abaixo do *Público*

Um homem de 54 anos e uma mulher de 40 foram encontrados mortos, dentro de um automóvel [...]. Na origem deste caso poderá estar uma situação passional.

Ele, português, trabalhador da indústria hoteleira, chefe de manutenção em Albufeira; ela, cabeleireira, brasileira, residia em Quarteira e trabalhava em Albufeira. Segundo a GNR [Guarda Nacional Republicana], que tomou conta da ocorrência, o homem terá dado um tiro no peito da companheira, e de seguida pôs fim à sua própria vida, com um disparo no coração. (REVEZ, 2010, p.1) – Seção *Local* – Lisboa, do *Público* de 17/06/2010.

Os enunciados relacionam a experiência amorosa do casal à violência, parecem relacionar a responsabilidade à mulher assassinada. Há nas teias discursivas que envolvem a sociedade lusitana a percepção de que as mulheres brasileiras, como sedutoras que são, deixam os “portugueses loucos”.

No JN, uma situação de acidente é reportada.

Uma das pessoas "desalojadas" é Cláudia Soares, brasileira, de 30 anos. [...]

"Eu saí por volta das 20.30 horas para ir comer. Tinha ficado um rapaz e o casal. O meu namorado também saiu para tratar da vida", explicou ao JN a imigrante, na rua, a assistir ao trabalho dos bombeiros. De lágrimas nos olhos, disse estar triste por perder "as roupas e os documentos", que estavam num quarto onde dormia com o companheiro "em cima de uns cobertores". (MAIA, 2006, p.1). Seção *Porto*, do JN de 20/09/2006.

As narrativas do JN, não raro, associam a vida de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal à precariedade e, dessa forma, aponta outras experiências migratórias diferentes daquelas, conforme apontei anteriormente, de brasileiras que melhoraram sua condição de vida em Portugal.

- “Criminalidade/Ilegalidade”: envolve matérias que abordam a prática de atos criminosos/ilegais pelas brasileiras imigrantes na sociedade portuguesa, seja enquanto autoras e/ou enquanto vítimas da criminalidade. Como no primeiro trecho da notícia do *Público*, reproduzida a seguir:

Trinta e seis cidadãos brasileiros que estão em situação irregular em Portugal foram notificados para abandonarem o país na sequência de uma acção de fiscalização num estabelecimento nocturno em Vale Judeu, Loulé. Para além destas notificações (22 homens e 14 mulheres), as autoridades notificaram cinco pessoas (quatro brasileiros - dois homens e duas mulheres - e uma cidadã russa) para se apresentarem nas instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (PUBLICO, 2006, p.1) – Seção *Local*, do *Público* de 28/02/2006.

No JN, notícia semelhante circulou dois anos antes:

A GNR [Guarda Nacional Republicana] deteve, ontem, num bar de alterne da zona de Felgueiras, 20 cidadãs brasileiras por [...] serem suspeitas da prática dos crimes de lenocínio e prostituição. Hoje, pelas 14 horas, vão ser presentes ao Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Paredes duas das mulheres e cinco homens, de nacionalidade brasileira, acusados por aquele crime por via da exploração de um bar alterne. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004a, p.1) – Seção *Polícia*, do JN de 13/09/2004.

A presença brasileira parece ser significada como uma ameaça às regras morais lusitanas e, dessa forma, associadas à desconfiança.

Além dessas categorias, pude identificar também notícias relacionadas as áreas de “Cultura”³⁸, “Política”, “Economia”, “Saúde”, “História” e “Turismo” com poucas notícias cada uma sobre as experiências envolvendo mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. Cada uma dessas categorias apresentou de 1 a 13 notícias no máximo, por serem número irrelevantes não as discuto neste capítulo, mas reconheço que essas temáticas envolvendo outras vivências dessas mulheres, as quais não estão ligadas a temáticas que estigmatizam as brasileiras imigrantes no país são mínimas. Por exemplo no caso da categoria “Cultura” apresenta situações envolvendo mulheres ligadas as atividades culturais, normalmente atrizes, consideradas respeitáveis (aquelas que têm nome), versus as situações envolvendo mulheres anônimas nas outras categorias de notícias identificadas que não são tão respeitáveis assim. Isso também ocorre na categoria “Política” ao mostrar as situações envolvendo a ex-presidente da república Dilma Rousseff e na categoria “Esportes” envolvendo esportistas brasileiras como a jogadora de futebol Marta. Já a categoria “Turismo” apresenta acontecimentos envolvendo mulheres brasileiras anônimas mas em experiências diferentes das outras categorias, trata-se de narrativas envolvendo atividades turísticas que destoa dos fatos corriqueiros abordados por ambos os jornais.

Após definir todas essas categorias, realizei a quantificação das notícias do jornal *Público* de Lisboa e do JN do Porto. Embora algumas dessas categorias contenham somente uma notícia sobre o tema abordado, penso que seja importante considerá-las, conforme destaque nas Tabelas 1 e 2 mais abaixo, porque por elas pude identificar quais são os assuntos menos abordados em relação à “mulher brasileira” no discurso destes veículos. Ao se abordar um discurso, o enunciado é

³⁸ A categoria “Cultura” foi a que apresentou mais notícias sobre as mulheres brasileiras em Portugal, principalmente no JN do Porto com 13 notícias e no *Público* com 4 notícias.

uma forma de enxergar o que está além dele. É o lugar de “multiplicação dos discursos”, assim como de “multiplicação dos sujeitos”. (FISCHER, 2001, p.206). Pelas narrativas dos veículos de comunicação em destaque pude identificar os enunciados que regulam as matrizes de sentido da formação discursiva das mídias portuguesas.

Em relação ao veículo de comunicação *Público*, foram selecionadas 71 notícias, em que foi possível identificar e quantificar dez categorias (Tabela 1). A partir disso, verifique que: a categoria “Imigração, Ilegalidade e Política” ocupa o 1º lugar com 31 notícias; a categoria “Discriminação e Preconceito” o 2º lugar com 9 notícias; a categoria “Violência” e categoria “Prostituição, Ilegalidade e Violência” o 3º lugar com 8 notícias cada uma; a categoria “Criminalidade/Ilegalidade” o 4º lugar com 6 notícias; a categoria “Cultura” em 5º lugar com 4 notícias; a categoria “Política” em 6º lugar com 2 notícias; e as categorias “Economia”, “Saúde” e “Histórica” em 7º lugar com 1 notícia cada uma.

Número	Classificação	Categoria	Quantidade
1	1	Imigração, Ilegalidade e Política	31
2	2	Discriminação e Preconceito	9
3	3	Violência/Acidentes	8
4	3	Prostituição, Ilegalidade e Violência	8
5	4	Criminalidade/Ilegalidade	6
6	5	Cultura	4
7	6	Política	2
8	7	Economia	1
9	7	Saúde	1
10	7	História	1
TOTAL		TOTAL	71

Tabela 1: Categorias de notícias identificadas no Jornal *Público*.

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 1, as categorias de notícias que abordam temáticas atuais são as mais frequentes no jornal lisboeta *Público*, como a imigração e a discriminação de imigrantes brasileiras/os. Neste ponto, o jornal se demonstra coerente com seu estatuto editorial, ao dizer que se mantém atento a grandes questões que envolvem a sociedade portuguesa e também se demonstrou mais liberal que o JN, do Porto para tratar problemáticas que envolvem grupos

marginalizados, como no caso da comunidade brasileira imigrante no país. Ao mesmo tempo, este veículo se mostra também relativamente conservador ao retomar sentidos que são muito recorrentes na formação discursiva de alguns veículos da comunicação midiática portuguesa como a as categorias de notícias “Violência/Acidentes” em 3ª lugar, “Prostituição, Ilegalidade e Violência” em 3ª lugar também e a “Criminalidade/Ilegalidade” em 4ª lugar. Essas categorias apontam enunciados que associam as brasileiras imigrantes às experiências de sexo e violência e criminalidade tendo em vista que nações não ocidentais como o Brasil são consideradas menos civilizadas e, por isso, relacionadas à não-civilidade, à prostituição e a “burlar regras” por serem consideradas mais propensas ao sexo.

Por fim, há também categorias de notícias que apontam outras experiências de brasileiras como a “Cultura”, “Política”, “Economia”, “Saúde” e “História”.

Na Tabela 2, vejo que por meio de outros enunciados foram publicadas mais notícias sobre as mulheres brasileiras imigrantes nos anos 2005, 2006, 2009 e 2012 e, em uma frequência menor, nos anos 2004, 2007, 2008, 2010 e 2011. E ainda com uma baixa mais significativa nos anos de 2013 a 2015. A partir desses dados, é possível verificar que as notícias no *Público*, nos últimos anos, diminuíram significativamente à medida que se chegava à terceira década de imigração acentuada de brasileiros/as para Portugal, e também que muitos indivíduos da comunidade brasileira retornaram para sua terra natal. O que se deu nas décadas iniciais deste século

Anos	Quantidade de notícias
2004	3
2005	16
2006	13
2007	3
2008	5
2009	9
2010	4
2011	4
2012	7
2013	3
2014	3
2015	1

Número	Classificação	Categoria	Quantidade
--------	---------------	-----------	------------

Total	71
-------	----

Tabela 1: Relação temporal das notícias identificadas no Jornal *Público*.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao JN do Porto foram selecionadas 91 notícias, em que pude quantificar e identificar também dez categorias: a categoria “Prostituição, Ilegalidade e Violência” ocupa o 1º lugar com 21 notícias; a categoria “Criminalidade/Ilegalidade” ocupa o 2º lugar com 18 notícias; a categoria “Imigração, Ilegalidade e Política” ocupa o 3º lugar com 17 notícias; a categoria “Cultura” ocupa o 4º lugar com 13 notícias; as categorias “Política” e “Violência” ocupam o 5º lugar com 7 notícias cada uma; a categoria “Turismo” ocupa o 6º lugar com 3 notícias; as categorias “Esportes” e “Discriminação e Preconceito” ocupam o 7º lugar com 2 notícias cada uma; e a categoria “Saúde” ocupa o 8º lugar com 1 notícia.

No caso do JN, as categorias de notícias que abordam sentidos recorrentes na formação discursiva de alguns veículos da mídia portuguesa sobre a “mulher brasileira” como a prostituição, alcançam o 1º lugar e a criminalidade o 2º. Esses dados quantitativos sugerem que o jornal lisboeta apresenta um posicionamento mais refratário em relação às mulheres brasileiras no país, por tratar desses sentidos recorrentes e pelo fato do JN se posicionar, de acordo com o que aponte em sua trajetória histórica como um veículo defensor dos interesses do Porto e do norte de Portugal, em detrimento dos interesses contrários, como parece ser a forma como a imigração brasileira é tratada.

Outra justificativa para essa percepção é que a categoria “Discriminação e Preconceito” foi uma de menos abordadas pelo JN, ocupando o 7ª lugar. Contudo, reconheço o veículo aborda temas de interesse dessas mulheres e muito atual como é o caso da categoria de notícias “Imigração, Ilegalidade e Política” que aparece em 3º lugar na classificação.

1	1º	Prostituição, Ilegalidade e Violência	21
2	2º	Criminalidade/Ilegalidade	18
3	3º	Imigração, Ilegalidade e Política	17
4	4º	Cultura	13
5	5º	Política	7
6	5º	Violência/Acidentes	7
7	6º	Turismo	3
8	7º	Esportes	2
9	7º	Discriminação e Preconceito	2
10	8º	Saúde	1
TOTAL		TOTAL	91

Tabela 3: Categorias de notícias identificadas no JN.
 Fonte: Elaborado pela autora.

Já a Tabela 4 aponta que as notícias sobre segmento foram mais frequentes nos anos 2005, 2006, 2007 e 2009 e menos recorrente nos anos de 2008, 2011, 2012, 2014 e 2015. Já no ano de 2013 não houve nenhuma matéria divulgada. Assim como *Público*, no JN a quantidade de notícias publicadas nos últimos anos reduziu-se significativamente, até mais do que o *Público*. Tal situação ocorre em meio as mesmas indicações que apontei anteriormente de a presença desse segmento ter se tornado comum no país e pelo fato de muitas delas terem retornado ao Brasil nos últimos anos.

Anos	Quantidade de notícias
2004	9
2005	16
2006	19
2007	17
2008	3
2009	8
2010	9
2011	2
2012	4
2013	---

2014	2
2015	2
Total	91

Tabela 4: Relação temporal de notícias identificadas no JN.
Fonte: Elaborado pela autora.

Comparativamente, enquanto a categoria “Imigração, Ilegalidade e Política” é a mais abordada pelo jornal *Público*, a mesma ocupa o 3º lugar nas categorias abordadas pelo JN. Para este último veículo, acontecimentos ligados à “Prostituição, Ilegalidade e Violência” envolvendo mulheres brasileiras têm sido mais relevantes em suas narrativas, por isso é a categoria mais abordada por este meio de comunicação, enquanto que no jornal *Público* aparece em 3º lugar, não sendo tão destacada, apesar de estar entre as primeiras categorias desse jornal.

Tais diferenças de abordagem por ambos os veículos se justifica pela diferença de público alvo de ambos. O *Público* é um jornal mais voltado para um público elitizado, com condições de vida mais favoráveis, masculino e diferentes faixas etárias, por isso, aborda assuntos que são mais importantes/interessantes para esse público. Penso também que por ser um veículo localizado em uma região metropolitana, no caso a de Lisboa com quase 3 milhões de habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA, 2012), esteja mais atento às diferenças temáticas por envolver um público mais amplo. Por outro lado, o JN tem um público mais popular, classe média e classe média baixa, masculino e em idade adulta. Por também ser um veículo regionalista e defensor dos interesses do Norte de Portugal, se preocupa com outras temáticas ligadas aos interesses das classes mais populares da região do Porto, lembrando que somente a cidade do Porto conta com 237 mil habitantes. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012).

Todas essas características, em minha visão explicam complementarmente essas diferenças de enfoques pelo *Público* de Lisboa e o JN do Porto e os principais sentidos construídos sobre as experiências das mulheres brasileiras em Portugal. Como se verifica, há alguns enunciados sobre prostituição, violência e criminalidade que são retomados para (re)produzir alguns sentidos, a interdiscursividade que Foucault (1986), postula sobre a “mulher brasileira”. Há também a intensificação de novos discursos como é o caso da imigração e discriminação que as brasileiras estão envolvidas, refletindo problemas e questões atuais ligadas a esse segmento que produzem novas matrizes de sentido sobre a “mulher brasileira”, mas, por

vezes, assentadas em antigos discursos coloniais para significar essas novas experiências, como aquelas narrativa que associam as experiências de imigração das brasileiras de discriminação delas serem vistas como pessoas em “busca de sexo”, à selvageria e ao desrespeito às leis portuguesas.

Ademais esses jornais, apontam as experiências dessas mulheres em temáticas pouco abordadas como a cultura, a política, a economia, os esportes, o turismo etc. Trata-se de uma abordagem ainda tímida que constroem outros significados sobre as experiências das brasileiras em Portugal que poderiam ajudar a (des)cristalizar algumas noções sobre as brasileiras que ainda não são recorrentes nas falas do *Público* e do JN. Vale ressaltar que o discurso de alguns veículos da comunicação social é compatível com o discurso ocidental, que na visão de teóricos como Said (1990) tende a construir noções (des)essencializadas sobre os povos não ocidentais, entre os quais pode-se se incluir o Brasil, pelo o que o autor chama de “Orientalismo”. Uma fronteira geocultural que representa esses países de forma reducionista e exotizada ao atribuir algumas representações a eles como a falta de cultura e o intenso desejo sexual.

Ao analisar o conjunto de notícia selecionadas, foi possível observar que pautas selecionadas pelos jornais em questão não abordam a capacidade de agência que as mulheres brasileiras têm para negociar ou rejeitar os sentidos imputados coletivamente a elas e às suas experiências naquele país.

De acordo com Piscitelli (2002; 2008a) e Gomes (2013), as mulheres brasileiras imigrantes agem ativamente para significar suas experiências no país a ponto de articular movimentos como o “Slutwalk Lisboa” (2011) e o “Manifesto contra o Preconceito às brasileiras em Portugal” (2011) que questionaram os estereótipos que alguns veículos da mídia e algumas/ns cidadãs/ãos e organizações da sociedade lusitana atribuem a elas³⁹

Isto posto, no próximo capítulo aponto para a essencialização da noção “mulher brasileira” entre os lusitanos. Abordo também como a mídia portuguesa tem participado desse processo. Ainda no mesmo capítulo retomo alguns discursos que contribuíram, ao longo do tempo, para a construção exotizada e sexualizada da “brasileira”.

³⁹ Abordo mais especificamente essas atuações de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal no Capítulo 4.

CAPÍTULO 3 – “MULHER BRASILEIRA” E OLHAR (PÓS) COLONIAL

Os estudos sobre migração, tradicionalmente, invisibilizaram as mulheres como agentes importantes e presentes nesses fluxos e deslocamentos. “Pensavam o migrante enquanto homem” (PADILHA apud GOMES, 2013, p. 867). Há pelo menos duas décadas, no campo das Ciências Sociais, as pesquisas sobre imigração têm dialogado com os Estudos de Gênero, o que fez emergir

[...] temas como: a forma como as relações de gênero afeta de forma diferente mulheres e homens migrantes, mudanças nos papéis e nas subjetivações de gênero no contexto migratório, emancipação da mulher migrante, imigração LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), o racismo e o sexismo interseccionados no contexto da migração, entre outros. (GOMES, 2013, p. 867)

Somaram-se a essas contribuições, perspectivas pós-coloniais, com as quais discuto brevemente nesta seção.

Alguns veículos da comunicação social portuguesa, como os jornais *Público*, de Lisboa e JN, do Porto vem desenvolvendo alguns sentidos sobre a noção de “mulher brasileira” entre os portugueses como uma espécie de “Outro” da nação. “O status do ‘Outro’ emerge dos entrecruzamentos das relações de gênero e sexualidade, classe e raça, inscritos no colonialismo e nas divisões mundiais das quais o mundo moderno nasce” (ADELMAN, 2005, PP. 31-32).

O mundo moderno, argumenta Ramón Grosfoguel (2008), em diálogo com Anibal Quijano (2005), dá luz à Europa ao mesmo tempo em que pari as Américas. Ambas as regiões se constituem simultaneamente, compondo a complexa teia do sistema-mundo capitalista. Formam-se, assim, múltiplas e complexas hierarquias globais, entre as quais raça passa a ser um operador central de organização/divisão mundial do trabalho, bem como de significação cultural. Não menos importante, ainda que pouco discutido, gênero também se apresenta como marcador importante nesse cenário de conformação das relações entre o Norte e o Sul Global.

O silêncio da história das mulheres e sobre as mulheres nos ofereceu abordagens que tenderam a negligenciar a atuação das mulheres não só como agentes importantes dos processos coloniais, como sublinha Robert Young (2005), ao discutir os temores da hibridização racial, mas também suas narrativas sobre essas experiências não raro foram silenciadas. Esses silêncios se fazem ouvir até o presente, quando

O fluxo intenso de pessoas, bens materiais e “discursos” ao redor do globo que está no centro do cenário atual é produto de forças históricas–sociais, econômicas – que não deixam de reproduzir antigas desigualdades entre povos e regiões do mundo. (ADELMAN, 2005, p. 32).

Assim, como espero ter demonstrado mais acima, os jornais aqui investigados tendem a reproduzir essas “antigas desigualdades” quando, ao pautarem matéria cuja locução “mulher brasileira” aparece, sublinham determinadas experiências em detrimento de outras. Deste modo, colaboram para a associação das imigrantes brasileiras à violência, à criminalidade, à prostituição relacionando esta atividade às práticas moralmente condenáveis ou pelo viés vitimizador.

Como critica Miriam Adelman, essa percepção veio se constituindo até mesmo dentro dos estudos feministas da segunda onda, aqueles que ganharam força teórica nos anos de 1970 e 1980 em países de capitalismo avançado. A autora argumenta que naquele momento

Um dos seus debates centrais foi aquele que problematizou a relação da teoria e do movimento feministas da “segunda onda” em termos dos interesses ou olhares distintos desde posições de “norte /sul” (ou entre “o Ocidente e o resto”) (Hall e Sovik, 2003) e a noção, frequentemente avançada, de um certo monopólio das mulheres ocidentais sobre a capacidade de pensar e agir em relação à formas históricas de dominação masculina. Desde esta perspectiva, as mulheres do Terceiro Mundo (ou do “Sul global”) seriam (representadas como) pouco mais do que vítimas passivas carentes de instrumentos e discursos emancipatórios próprios e, portanto, dependentes de ajuda ou empréstimos advindos do feminismo/das feministas ocidentais. (ADELMAN, op. cit., 33).

Pelo o que apontei no Capítulo 2, foi visto que há poucos enunciados midiáticos que articulam as vivências dessas mulheres a outras atividades comportamentos, que as associe à cultura, à política, à economia, aos esportes, ou a desejos de ampliar seus horizontes imaginativos.

O esforço neste capítulo é explorar e buscar compreender como parte da mídia lusitana tem desenvolvido sentidos vitimários e/ou condenatórios sobre as brasileiras imigrantes no país. Para tanto, estou me valendo dos aportes conceituais provenientes do campo dos *Estudos Pós-Coloniais*, além de contribuições dos *Estudos Feministas*. O esforço, neste sentido, é de articular marcadores como

gênero, raça, nacionalidade, sexualidade, classe etc., a fim de problematizar a forma homogeneizante pela qual essas mulheres acabam aparecendo nas páginas de periódicos lusitanos.

3.1 A (des)essencialização da noção de “mulher brasileira”

Além da presença de mulheres brasileiras imigrantes ter sido muito questionada nos últimos anos em Portugal, conforme aponte no Capítulo 1, esse segmento tem sido associado, por vezes, à “disponibilidade sexual”. (PISCITELLI, 2008a, BELELI, 2010).

Ao cruzar o dispositivo da racialização com o de gênero e de sexualidade na análise da produção de duas essencializações do “ser mulher”, percebe-se que: as mulheres brancas europeias são as Marias/mães/esposas; enquanto que as indígenas, negras ou mestiças das ex-colônias são as Evas/pecadoras/prostitutas (STOLKER apud GOMES, 2013, 871).

É Gomes que salienta ainda que a relação colonial pretérita que liga Portugal e Brasil ajuda a fixar, no imaginário lusitano, estereótipos racializados e generificados relativos às brasileiras. (GOMES, 2013, p.879). Por isso, não é possível enxergar a experiência desse segmento em Portugal considerando-se apenas, por exemplo, a categoria gênero, é necessário compreender que essas mulheres são sujeitos múltiplos, cujas vivências são afetadas pelas articulações de marcadores de diferenciação. (PISCITELLI, 2008a). De forma que as situações que envolvem essas mulheres são igualmente múltiplas, e o sentido dado às essas vivências pelos jornais *Público* e JN precisam ser compreendidas a partir de um olhar mais abrangente da noção de gênero, associado a outras categorias. É preciso (des)cristalizar noções que associam às brasileiras a categorias homogeneizantes como “mulher do terceiro mundo”.

O gênero não se constitui de modo coerente e concreto nos diferentes contextos históricos, ele é um conceito fluído, implicado em relações de poder (BUTLER, 2003). Daí a importância de situar as discussões sobre a capacidade heurística deste conceito quando se trata de pensar “mulheres” vivendo em cenários globais ainda marcados por heranças coloniais.

Um passo importante nesse sentido é problematizar a própria categoria “mulher”. As reflexões de Linda Nicholson (1988) são referenciais neste sentido. A autora feminista procura retomar a potência teórica e política do termo, cotejando-o com o

conceito de gênero. Para tanto, propõe uma nova formulação ao conceito de “mulher”, a qual a “[...] atenta à historicidade, não tem um sentido definido” (PISCITELLI, 2002, p.20). Este não pode ser identificado por meio de uma noção somente, mas sim por meio da elaboração de “[...] uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas”. (p.20). Entre essas características, haveria algumas que exerceriam uma posição hegemônica nessa rede em diferentes situações, mas elas não podem ser generalizadas. Por isso, a proposta seria não “pensar em ‘mulheres como tais’, mas em ‘mulheres em contextos específicos’ [...]”. (PISCITELLI, 2002, p.20-21). A ideia é recusar o que a autora chama de “fundacionalismo biológico”, ou seja, aquele “permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento” (NICHOLSON, 2000, p. 11). Justificando assim, a ancoragem das diferenças e desigualdades em uma biologia que unificaria as experiências femininas.

Alargar o potencial da categoria mulher é um “[...] esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo -, com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente”. (p.21). É por isso que utilizo o pensamento de Piscitelli em minhas análises, interseccionada com as reflexões de Foucault (1971; 1986) sobre o discurso, a fim de compreender como os enunciados dos jornais *Público* e JN abordam a experiências desse segmento no cenário discursivo lusitano.

Iniciemos pela, já muito mencionada, hipersexualização das brasileiras em Portugal e a associação delas com sexualidades desregradadas, moralmente suspeitas e associadas a prostituição. Esta associação não é infundada, ainda que tratada de forma generalista. O debate internacional que inclui o Brasil no mapa do “turismo sexual” bem como fornecedor de “mão de obra” para o mercado transnacional do sexo, vem se intensificando desde de a década de 1990.

Como escreve Adriana Piscitelli

En Brasil, hay un intenso debate sobre la integración de las mujeres del país en la industria transnacional del sexo. La discusión está marcada por la percepción, ya émica, de que la construcción de la femineidad nacional, intensamente sexualizada y marcada por el “color” es un aspecto central en diferentes dinámicas de consumo de sexo permeadas por la desigualdad: en el “turismo sexual internacional”, en la prostitución de brasileñas en el exterior y en la trata de mujeres. El supuesto es que esa construcción, originada en las imágenes de mulatas y negras producidas en el Brasil y

difundidas en el exterior (Dias Filho, 1998), explica la elevada demanda de brasileñas. Esas imágenes, asociadas a trazos fenotípicos vinculados a mujeres de piel oscura, como los que constituyen la figura de la mulata (Corrêa, 1996), se habrían difundido en el exterior donde las brasileñas se convirtieron en exóticos productos de consumo (Cecília, 2000). (PISCITELLI, 2011, p. 04).

Nessa (des)construção enunciativa, mais do que enxergar o estigma da brasileira como prostituta, vejo o estigma que está relacionado à prostituição (GOMES, 2013, p.879). Isso porque esta última está relacionada às construções discursivas que associam algumas mulheres ao corpo disponível. Ou corpos em busca de segurança nos braços de homens lusitanos.

Mesmo trabalhadoras do sexo não se entendem como “mulheres disponíveis”, mas sim como prestadoras de serviços sexuais e que, para acender a seus corpos, é preciso não apenas pagar por isso, mas ser aceito como cliente.

Na realidade, a figura da prostituta, está relacionada com a:

[...] a colonialidade, ao sexismo, e ao racismo, cria papéis e imaginários para as mulheres, sendo as brasileiras consideradas as pecadoras, Evas, prostitutas, inferiores, hipersexualizadas. O problema está, portanto, no estigma de “corpo colonial”, corpo disponível, que atinge todas as brasileiras. (GOMES, 2013, p.880).

Essa ideia de “corpo colonial” influencia as experiências de muitas mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, independentemente de suas diferenças práticas no país. Tal noção informa também seus possíveis contratantes no mercado de trabalho. No qual elas ocupam vagas tradicionalmente relacionadas às mulheres como o trabalho reprodutivo e de cuidado. Porém, nas sociedades metropolitanas essas funções carregam mais que marcas de gênero, se inserem na divisão internacional do trabalho subalterno.

Trata-se de uma situação em que sofrem segregação sexual e étnico racial e, dessa forma, sua inserção no setor de serviços é precária (FRANÇA, 2010). Devido a essa suposta disponibilidade sexual que a noção de “corpo colonial” influencia em diferentes situações cotidianas as experiências de brasileiras em Portugal, elas são as principais vítimas dos estereótipos ligados ao estereótipo da prostituição.

[...] as mulheres brasileiras parecem ter-se tornado as principais vítimas dos estereótipos da sociedade portuguesa, que tende a exotizar a imagem do(a) brasileiro(a), sendo frequentemente vistas como exóticas e fáceis, quando não, associadas a prostituição. (MALHEIROS, 2007, p.35).

Esse discurso incomoda também brasileiras que poderiam se aproveitar da noção de “disponibilidade sexual” porque acreditam que ela provoca situações de violência e discriminação. Este elemento “[...]” carrega uma dimensão de colonialidade [...] mesmo aquelas brasileiras que supostamente aproveitar-se-iam do estereótipo, criticam-no – sentem que seu trabalho é desvalorizado e rejeitado enquanto produto cultural e entendido apenas como objeto sexual”. (GOMES, 2013, p.880).

Como os trechos de ambos os veículos de comunicação abaixo relacionam as mulheres brasileiras à prostituição, tomando a atividade como problemática em si. O primeiro trecho aborda o fechamento de três moradias que estariam sendo usadas para a prática da prostituição por brasileiras na cidade do Porto. E mostra ainda que algumas delas foram presas, outras somente identificadas e duas foram expulsas do país por estarem em situação irregular.

No trecho extraído de matéria publicada em 2007 no JN a relação entre ilegalidade e a interrupção do projeto migratório fica claro.

Três moradias da cidade do Porto que seriam usadas para a prática de prostituição foram "fechadas" na sequência de uma operação de PSP. Seis mulheres de nacionalidade brasileira foram detidas e outras sete identificadas. Duas das detidas receberam ordem imediata de expulsão do nosso país. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2007, p.1) – Seção *Polícia e Tribunais*, do JN de 23/03/2007.

Por esse trecho vejo que o JN relaciona a prática da prostituição de brasileiras às situações ilegalidade e precariedade, esse é um dos motivos pelos quais que a categoria de notícias que trata da prostituição de brasileiras em ambos os jornais é denominado “Prostituição, Ilegalidade e Violência” (além das notícias sobre prostituição estarem relacionados, algumas vezes, a ilegalidade, se articulam também com situações de violência). Tais brasileiras abordadas no trecho da notícia, além de se submeterem as regras tidas como “exploradoras”⁴⁰ do mercado do sexo, por vezes, precisam se submeterem também à insegurança que a ilegalidade lhes proporciona. Raramente a ilegalidade é percebida como fator que

⁴⁰ Piscitelli (2008b, 2009) mostra que essa noção de exploração é complicada, posto que muitas mulheres prostitutas não veem como exploração o fato de se prostituírem, mas a quebra de pactos, os preços superestimados dos serviços que elas precisam comprar e utilizar.

potencializa situações de violência, uma vez que migrantes ilegais evitam se expor às autoridades por temer deportação.

A prostituição tem sido associada à imigração na Europa desde o início deste século. (AUGUSTÍN, 2007). Nesse cenário de fluxos de pessoas e desejos os estereótipos viajam. De modo que

En el flujo de brasileñas para países del Sur de Europa, esas migrantes tienden a ser marcadas con algunos atributos: un carácter abierto, una disposición alegre y natural hacia el sexo y una propensión igualmente naturalizada para el cuidado, la domesticidad y la maternidad. Esas cualidades, que aluden al lugar subalterno concedido al Brasil en las relaciones transnacionales (PISCITELLI, 2011, p. 10)

Essas percepções não passam despercebidas aos jornais, como se lê na reportagem do veículo *Público*

O distrito de Lisboa concentra maior diversidade [de mulheres de outras nacionalidades que se prostituem em Portugal] - por ser capital, por acolher mais imigrantes. Ao contrário da Guarda e de Aveiro, em Lisboa "a prostituição de rua tem uma visibilidade significativa no próprio centro da cidade". Aqui as brasileiras também dominam [...]. (PÚBLICO, 2007, p.1) – Seção *Portugal*, do *Público* de 10/10/2007.

Esse imaginário reflete-se nas ocupações profissionais que as mulheres brasileiras imigrantes exercem em Portugal, como ressaltada na citação acima, ligadas ao sexo e vagas de trabalhos desqualificados.

[...] Esse imaginário reforça a associação constante das imigrantes brasileiras às atividades no mercado do sexo, tráfico de seres humanos e prostituição. Além disso, tem um papel relevante no processo de inserção e exclusão social dessas mulheres na sociedade portuguesa, acompanhando toda a sua trajetória migratória no país. [...] Ofertas de trabalho majoritariamente em postos de trabalho precário, baixos níveis de salário, horários da jornada de trabalho exaustivos, impossibilidade de alugar casas, piadas ofensivas, maus tratos em repartições públicas e privadas, assédio, isolamento social, ausência de participação política, falta de socialização, desconhecimento dos direitos são algumas situações vivenciadas por essas mulheres [...] (FRANÇA, 2012, p.90).

Nem todas as brasileiras que vão para Portugal estão lá por sua suposta “disponibilidade sexual” ou para se prostituírem. Entretanto, a experiência das mulheres brasileiras imigrantes nos mostram que no imaginário dos países do Sul da Europa, entre eles Portugal, a nacionalidade brasileira está associada à indústria do sexo.

[...] A ideia que elas [mulheres brasileiras imigrantes] são portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e maternidade tende a atingir indiscriminadamente essas migrantes. (PISCITELLI, 2008a, p.269).

Tratam-se de discursos que exotizam os povos “não-ocidentais”, ou seja, que nos orientalizam. (SAID. 1990).

No próximo item discuto como alguns veículos da comunicação social portuguesa tem influenciado na (des)construção do discurso sobre a “mulher brasileira”.

3.2 O discurso da mídia portuguesa sob olhar (pós) colonial

A mídia tem uma participação muito significativa que pode “reforçar estereótipos e distorcer a imagem de um país no exterior”. (VITORIO, 2015, p.19). Há algumas décadas, veículos midiáticos vêm colaborando com a construção do estereótipo das mulheres brasileiras imigrantes relacionada à disponibilidade sexual. “No mundo globalizado, a construção da imagem do Outro decorre, muitas vezes, da maneira como a mídia relata e edita acontecimentos, promovendo interpretações capazes de criar ou reiterar estereótipos”. (VITORIO, 2015, p.44). Dessa forma, é importante compreender que os discursos midiáticos têm uma influência muito significativa na construção das representações.

Tal influencia conheceu um ponto de inflexão em 1977, em que alguns canais de televisão portugueses compram novelas brasileiras, principalmente da “Rede Globo”, para exibir em sua grade de programação. Esses produtos trazem em si representações femininas brasileiras em papéis considerados avançados e modernos, os quais servem de referência para a emancipação feminina para a sociedade portuguesa, considerada ainda conservadora. (CUNHA, 2005). E também há programas portugueses como o *Sai de Baixo* (em versão lusitana do programa brasileiro da *Rede Globo*) e *Café Central*⁴¹, o primeiro um programa de comédia

⁴¹ A existência da personagem “Gina” no programa *Café Central* no canal português *RTP* motivou, entre outras razões, a articulação do “Manifesto contra o preconceito às brasileiras em Portugal”. Trata-se de um movimento articulado via redes sociais digitais e blogs em 2011, em que houve 1200

brasileiro feito por atores portugueses e o segundo uma animação gráfica, em que ambos traziam em sua composição personagens que representavam papéis de empregadas doméstica, de nacionalidade brasileira, que eram sexualizadas, exotizadas, percebidas a partir de um olhar classista e inferiorizante.

Ademais, no período da ditadura militar brasileira, na década de 1970, até a década de 1990, a antiga *Embratur*⁴², divulgou campanhas de marketing turístico no exterior para promover o turismo no Brasil contribuíram para essa teia discursiva. (PONTES, 2004). Nelas exibia-se mulheres brasileiras seminuas associadas às praias e ao carnaval brasileiro, tais imagens construíram a ideia de um “país sensual”. Diante dessa constatação, na década de 1990, a *Embratur* verificou que essas campanhas estavam prejudicando a imagem do Brasil no exterior e que estimulou, de certa forma, o turismo sexual entre os estrangeiros com crianças e adolescentes no país. Desse modo, mudou seu foco de abordagem no marketing turístico, mas algumas agências de turismo ainda veiculam campanhas de incentivo ao turismo no Brasil com mulheres sensuais e exóticas no exterior. (PONTES, 2004).

Também, um episódio em que as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal foram bastante destacadas foi durante o movimento *Mães de Bragança*. Trata-se de um acontecimento encabeçado por mães e esposas portuguesas que acusaram mulheres brasileiras em Portugal que se prostituíam de “destruírem seus lares” na cidade de Bragança em 2003. O grupo acusador ficou sabendo que seus maridos frequentavam casas/bares ligados à prostituição, nos quais disseram que as mulheres brasileiras seriam a maioria das prostitutas. (CUNHA, 2005). Devido a isso, as mulheres portuguesas exigiram a expulsão das “prostitutas brasileiras” de Portugal, pois elas estariam “desmoralizando” a cidade de Bragança. A situação foi muito repercutida em alguns veículos da mídia portuguesa e também na mídia internacional, ao ser publicada uma reportagem na capa da revista *Time Europe*, ainda em 2003, levando à internacionalização do fenômeno. A publicação destacou “[...] a atuação das redes de tráfico e exploração de mulheres, sobretudo brasileiras,

assinaturas e o apoio de 20 organizações sociais de Portugal e do Brasil. O Manifesto teve como finalidade denunciar o estereótipo da “mulher brasileira” como objeto sexual que é alimentado em alguns casos na mídia portuguesa. A personagem “Gina” representava uma prostituta e maníaca sexual, falava com sotaque brasileiro e vestia-se de forma erotizada. No ano seguinte, em 2012, a personagem “Gina” foi retirada do programa após o período de férias.

⁴² Atualmente o nome da instituição é “Instituto Brasileiro de Turismo”.

naquela região de Portugal (CUNHA, 2004, p.548). Uma temática⁴³ que tem sido enfatizada pelos jornais *Público* e JN.

Kemala Kempadoo (2005) mostra como as noções de tráfico sexual estão historicamente associadas a perspectivas burguesas e imperialistas empenhadas em cruzadas morais contra a prostituição do que, de fato, em medidas protecionistas capazes de assegurar que mulheres não sejam exploradas sexualmente.

Neste sentido, a autora caribenha critica algumas vertentes feministas que, em dias correntes, adotam posturas salvacionistas em relação às mulheres “do terceiro mundo”, como se estas fossem desprovidas de consciência crítica sobre suas escolhas relativas à forma de lidar com o corpo e com o sexo.

Kempadoo, com quem concordo, se afina com a vertente do feminismo transnacional e toma

[...] o tráfico como discurso e como prática que emergem das interseções de relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas com a operação da atuação e desejos das mulheres de darem forma à próprias vidas e estratégias de sobrevivência e vida. O patriarcado é visto como uma das relações de dominação que condicionam as vidas das mulheres, e não a única, nem necessariamente a principal. Considera-se que racismo, imperialismo e desigualdades internacionais também configuram as vidas das mulheres. Além disso, enquanto o patriarcado significa a degradação de feminilidades em todo o globo onde o trabalho e a vida das mulheres são, de diversas maneiras, concebidas nos discursos hegemônicos como menos valiosos que os dos homens e a serviço dos interesses sexuais masculinos, e onde as mulheres são muitas vezes definidas e tratadas pelo estado como cidadãos de segunda classe ou como propriedades dos homens, as mulheres não são simplesmente definidas como vítimas do poder masculino terrível e paralisante ou como grupo homogêneo. Nesta perspectiva, ao contrário, elas são concebidas como sujeitos atuantes, auto-determinados e posicionados de maneira diferente, capazes não só de negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se e transformar relações de poder, estejam estas enraizadas nas instituições de escravidão, prostituição, casamento, lar ou mercado de trabalho. (KEMPADOO, 2005, p. 61-62)

De modo geral, segundo Padilha, Fernandes e Gomes (2010), a cobertura midiática sobre o caso citado mais acima construiu uma imagem das mulheres

⁴³ De acordo com Piscitelli (2008b, p.50.): “No início do século XXI, o combate ao tráfico de pessoas está envolvido na retórica da defesa dos direitos humanos das vítimas. A ideia é que as pessoas traficadas são sempre, e necessariamente, vítimas de um crime e vítimas de violação de direitos humanos (Munro, 2008). Nesse marco de ideias, um dos problemas enfrentados pela produção de conhecimento sobre tráfico de pessoas é que um grande número das pessoas integradas como vítimas do crime nas estatísticas governamentais sobre tráfico de pessoas, posteriormente, deixam de ser assim consideradas e são deportadas.²³ E, ao contrário, frequentemente pessoas caracterizadas como vítimas pelas tipificações legais não se reconhecem como tais”.

brasileiras imigrantes como destruidoras de lares, ou seja, perigosas justamente por serem percebidas como seres desejantes e de sexualidade autônoma.

A construção dessa perspectiva está assentada em diferentes marcadores de diferenciação, que os autores denominam de “dispositivo” e os quais articuladas nos ajudam a entender a experiências da brasileiras imigrantes no país em questão. Nesse sentido, os binarismos que essencializam as mulheres brasileiras e as mulheres portuguesas, entre “evas” e “marias”, conforme algumas reflexões dos *Estudos Pós-Coloniais* criticam, mais do que interseccionar o marcador de raça e gênero/sexualidade, principalmente “raça” na visão dos autores, influencia também na forma como são constituídos as imigrações em Portugal e o lugar que as mulheres brasileiras imigrantes ocupam nesse contexto

Os *Estudos Pós-Coloniais* e a perspectiva feminista vêm desenvolvendo análises relevantes sobre as mulheres em situações específicas e a articulação de marcadores da diferença, como propõe Piscitelli (2002; 2008a). No entanto, a introdução das questões de gênero nos *Estudos Pós-Coloniais* não foi automática. Para a Adelman (2009), as questões ligadas às mulheres aparecem, em diversas situações, em segundo plano nos *Estudos Pós-Coloniais*. Contudo, nos últimos tempos, essa situação vem se modificando porque, embora a maioria dos autores dessa linha sejam homens, vem ocorrendo o reconhecimento e a aproximação com os *Estudos Feministas*. Na visão da autora, a pesquisadora mais expressiva dessa aproximação é Gayatri Spivak, a qual “[...] assume claramente uma identidade intelectual feminista, assim como também identifica seu pensamento com a herança marxista e elementos do ‘pós-estruturalismo’ [...]”. (p.184). Ainda de acordo com Adelman, a perspectiva feminista tem contribuído com os *Estudos Pós-Coloniais*, ao tornar a categoria “[...] gênero eixo fundamental da teoria pós-colonial e construir um discurso feminista mais plural e menos eurocêntrico”. (p.184). Entre tal contribuição, um ponto relevante é “[...] a crítica da representação da mulher não ocidental, caracterizada como Outro num sentido triplo: como Mulher, como não Ocidental e, em terceiro lugar, numa posição particular produzida pela junção dos outros dois termos.” (ADELMAN, 2009, p.184). Trata-se da (des)construção de um discurso hegemônico sobre as mulheres e uma noção binária de “mulher ocidental” versus “mulher do terceiro mundo”, da mesma forma como alguns veículos da mídia portuguesa contrapõe a “mulher portuguesa” e “mulher brasileira”. Esta, assim como qualquer “mulher não ocidental”, é significada por enunciados relacionados à

sexualidade livre (objeto do desejo masculino), sem as “amarras civilizatórias” que “educam” a “mulher ocidental”. Sem contar que por essa perspectiva, verifica-se uma opressão ainda maior da “mulher do terceiro mundo”, uma opressão que envolve marcadores de gênero, nacionalidade e raça.

Sobre isso, na visão de Young (2005), ocorre uma dupla opressão sobre “mulher do terceiro mundo”, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Além disso, as mesmas sempre foram significadas pelo olhar masculino, sem que por muito tempo elas tivessem um lugar de fala para significar a si próprias.

[...] “dupla colonização” – isto é, em primeiro lugar na esfera doméstica, o patriarcado dos homens, e em segundo, na esfera pública, o patriarcado do poder colonial. Isto levou a progressivas comparações entre patriarcado e colonialismo. Spivak argumenta que, tomada sempre como objeto de conhecimento pelos governantes coloniais e nativos que são tão masculinos como quaisquer outros, a mulher subalterna [mulher não ocidental] é escrita, discutida, e até se fazem leis para ela, mas não se lhe permite nenhum lugar discursivo no qual possa expressar a si mesma. (YOUNG, 2005, p.199).

Já em outro momento, ainda essa “mulher de terceiro mundo”, é percebida como vítima do “homem não civilizado”, na maneira como este trata aquela. Tais noções das práticas culturais de povos “não ocidentais” mal compreendidas são determinantes para a construção de discursos discriminatórios, como aponto no caso das mulheres imigrantes brasileiras em Portugal. Dessa maneira, constrói-se uma cultura exotizada desses países, como aponta Machado (2008), e criam-se rótulos das experiências das mulheres brasileiras imigrantes no contexto lusitano. Elas não estão só “procura de sexo”, como acreditam 70% dos portugueses entrevistados por Marques (2007).

A maioria dos portugueses relaciona crimes ou comportamentos que são moralmente reprováveis com os imigrantes. São 70% os que associam as cidadãs brasileiras à prostituição [...]. Uma percepção que não resulta de uma vivência com estas minorias, mas do que é transmitido pelos media. [...]

Todos os intervenientes concordaram que a discriminação é agravada quando se cruzam estigmas impostos pela sociedade se é mulher e negra, imigrante e homossexual, velho e deficiente, por exemplo. (MARQUES, 2007, p.1) Seção *Sociedade e Vida*, do JN de 10/05/2007.

Por este exemplo, o próprio JN aponta que tais estigmas sobre as mulheres brasileiras são influenciados por marcadores de gênero, raça e nacionalidade afetam as experiências delas no país.

Adelman (2009) considera que os *Estudos Feministas* ocidentais em nações dominantes têm sofrido ao generalizar o entendimento sobre gênero às noções binárias. Segundo Chandra Talpade Mohanty (2000), até os anos 1980 imperava-se a noção de “mulher típica” ocidental como independente, empreendedora e desafiadora dos valores hegemônicos, enquanto que a “mulher típica” não ocidental era vista como pobre, reprimida e submissa à hierarquia dominante. Isso mostra a reprodução da visão orientalista, a qual critica os essencialismos ocidentais sobre o Oriente (SAID, 1990). Por isso, Adelman (2009) acredita que as reflexões de Mohanty ajudam a *Teoria Feminista* a ter uma postura mais reflexiva em relação a si própria.

Apesar disso, vem crescendo a “[...] a visão feminista multicultural ou *pós colonial*, na *reconstrução* das interpretações da história”. (ADELMAN, 2009, p.187). Essa perspectiva têm uma noção crítica das relações de gênero em seus contextos locais e globais e das vivências das mulheres em diferentes lugares. Nesse sentido, inclui-se também a imbricação das relações de gênero, raça, classe etc. como também aponta Piscitelli (2002; 2008a). Dessa forma, esses estudos contribuem com:

[...] a desestabilização de uma narrativa eurocêntrica e androcêntrica da modernidade [...] mostrando que, algumas vezes, era precisamente no encontro com os colonizadores e a ‘cultura ocidental’ que as mulheres perdiam status e ‘direitos’ [...]. (ADELMAN, 2009, p.188).

Isto posto, na contemporaneidade, substitui-se um discurso superficial e linear sobre as mulheres e abre-se a possibilidade de um discurso mais complexo sobre as experiências delas. Dessa forma, “[...] não há uma ‘mulher ocidental’ nem uma ‘mulher do terceiro mundo’, mas realidades muito diversas, com histórias e culturas ‘indígenas’ muito diferentes entre si”. (ADELMAN, 2009, p.189). Não há uma “mulher brasileira”, mas sim mulheres brasileiras com vivências diversas tanto em Portugal como no Brasil.

Por isso, penso que existe formas de significar as mulheres brasileiras que emigram para a sociedade lusitana. É muito limitador associá-las a prática desregrada de sexo como faz algumas das mídias portuguesa, por vezes, como ocorreu no caso *Mães de Bragança*. Dessa forma, percebo, em certos momentos, que a comunicação social reforça esses discursos que alimentam esses estigmas.

O JN, do Porto é exemplo contundente, neste sentido, uma vez que a categoria “Prostituição, Ilegalidade e Violência, ocupa o 1ª lugar na categorização das notícias analisadas. Enquanto no *Público*, esta categoria ocupa a 3ª posição.

De acordo com Cunha (2005), a imprensa portuguesa tem atuado “[...] na construção do estereótipo da imigrante prostituta, na medida em que divulga muito mais essas notícias do que outras notícias referentes à imigração” (p.115). Esse fenômeno também é verificado por Piscitelli (2008a), para qual a maior parte das mulheres brasileiras não estão envolvidas neste setor, mas a importância deste mercado é aumentada pela cobertura midiática ao associar essas mulheres à atuação no mercado do sexo.

Segundo Vitorio (1974), tal abordagem já era registrada pela comunicação social portuguesa no início da década de 1970, quando a mesma constatou isso em sua pesquisa nos jornais *Diário de Notícias*, *O Século*, *República* e *A Capital*.

Sem aprofundamento e sem interpretações, as notícias sobre o Brasil, em grande parte, aparecem canalizadas para a Comunidade Luso-Brasileira, a utópica Comunidade que, como as vagas, imprecisas e diminutas informações sobre o Brasil, longe andava da realidade brasileira, contribuindo para a imagem, em Portugal, de um Brasil distante, lendário, povoado de muitos lusos, de sambistas, macumbeiros, futebolistas, mulheres bonitas e sobretudo, de “gente que tem piada”, no sentido português da palavra piada, que para o brasileiro representa o engraçado. (VITORIO, 1974, p.178).

Há muito tempo vem se construindo distorções sobre o Brasil e as/os brasileiras/os que os limitam a estigmas que não traduzem as diferentes formas de ser da/o brasileira/o.

Ademais, Vitorio (2015) aponta a percepção da jornalista portuguesa, Maria João Lopes, em entrevista concedida à autora em sua pesquisa em 2015, sobre a imagem que os portugueses têm das/os brasileiras/os. Ela disse que os portugueses têm muita simpatia pelos as/os brasileiras/os e admiração pela produção cultural do Brasil como a música, a telenovela e a literatura, mas reconhece a existência de estereótipos relacionados as/os brasileiras/os. Para ela, esses estereótipos estariam relacionados às novelas porque “Talvez as atrizes que nos entram pela televisão nos parecem mais sensuais, bonitas e, talvez aos nossos olhos, mais ‘exóticas’ [...]” (LOPES apud VITORIO, 2015, p. 44). Tais generalizações, na visão da jornalista,

ganharam força por conta da crise que Portugal enfrenta nos últimos anos. Em sua visão, a responsabilidade é atribuída a quem não tem por conta do desemprego e da falta de perspectiva de vida e, dessa forma, surgem estereótipos, os quais limitam o conhecimento sobre o “Outro”.

3.3 A interdiscursividade da mídia portuguesa sobre a “mulher brasileira”

Para compreender a interdiscursividade nos enunciados dos meios de comunicação portugueses, multiplico os discursos a partir dos quais a “mulher brasileira” está associada. Isso é possível porque as narrativas de algumas mídias lusitanas se articulam com outras formações discursivas, mudando de acordo com o contexto e a posição ocupada pelo sujeito. Pela interdiscursividade, posso encontrar os apagamentos e os esquecimentos, assim como as diferenças e contradições que envolvem os discursos sobre a “mulher brasileira”, ou seja, pelo interdiscurso é possível compreender a heterogeneidade que a envolve. (FISCHER, 2001).

Sobre o discurso midiático, Fischer (2001) diz que é a tipologia discursiva em que mais a heterogeneidade discursiva está presente.

[...] a mídia [...] é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam – como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados “verdadeiros” em nossa sociedade -, também se impõe com criadora de um discurso próprio. Porém pode-se dizer que, nela, talvez mais do que em outros campos, a marca da heterogeneidade, além de ser bem acentuada, é quase definidora da formação discursiva em que se insere. Poderíamos dizer que hoje praticamente todos os discursos sofrem uma mediação ou um reprocessamento através dos meios de comunicação. (FISCHER, 2001, p. 212).

É notório que o discurso midiático exerce influência significativa sobre os outros enunciados como o de senso comum, por exemplo. Ele não se fundamenta apenas em uma área do saber, mas em diversas. “As vozes que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade”. (GREGOLIN, 2007, p.22). No caso dos jornais analisados, é possível que esses ecos também contribuam para fixar uma certa imagem da “mulher brasileira” nos termos das dicotomias já discutida, reforçando, ainda que não intencionalmente a percepção de “Evas”, “mulheres do terceiro mundo”.

Discursos que remetem à disponibilidade sexual de mulheres das colônias, é dizer, mulheres não-brancas, vêm sendo construídos de longa data, desde os séculos XVI, pelo relato de viajantes, os quais narravam as mulheres da elite por

meio do corpo e da falta de pudor das mesmas, o que para os viajantes era considerado como selvagem. (GONÇALVES, 2005). Há também a Carta de Pero Vaz de Caminha, o qual associa a “[...] a ideia de paraíso natural e selvagem, ligada a descrição do corpo feminino das narrativas do Brasil. (PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2010, p. 116).

De acordo com Gomes (2009), as narrativas coloniais sobre gênero são retomadas no século XIX para formatar a identidade nacional brasileira, associada à raça. Além disso, a literatura desempenhou um papel fundamental nesse processo, como a obra *Iracema*, de José de Alencar, publicada em 1865, em que “[...] a nação brasileira é forjada através do nascimento do primeiro brasileiro fruto da sensualidade da mulher indígena que seduz o português colonizador”. (PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2010, p. 116). A seleção da tese das raças formadoras em um concurso para descrever a história brasileira pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1840 alimenta o debate sobre as implicações positivas ou negativas da mestiçagem para o futuro do país.

Ademais, a publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, buscou-se uma interpretação positiva da mestiçagem, quando o autor supõe que as relações históricas do Brasil e da colonização lusitana seriam “harmonicamente mestiça”. (PADILHA; FERNANDES; GOMES, 2010, p. 116). Essa interpretação gerou uma repercussão negativa e críticas em alguns segmentos sociais que tinham ou têm consciência das desigualdades raciais existentes no território brasileiro.

Essa tese gerou, de imediato, críticas na imprensa negra brasileira e, posteriormente, críticas sociológicas e de movimentos sociais, que destacam a existência de desigualdades sociais a partir desse mito luso-tropical. A construção freyriana consiste em uma releitura do casal miscigenador como formador da nação brasileira, passa da mulher indígena para a mulher negra ou mulata com símbolo da miscigenação racial e sexual. ((PADILLA; FERNANDES; GOMES, 2010, p. 116).

A ideia do Brasil como um país mestiço se tornou tão intensa que essa noção confere à nação brasileira um lugar intermediário entre os imigrantes em Portugal. (MACHADO, 2003). Ou seja, “[...] a natureza sensual e exótica da mulher brasileira ‘associada aos corpos morenos’ se justapõe à ‘marca Brasil’ dentro e fora do país”. (BELELI, 2012, p.76).

Tais enunciados estão relacionados também às trocas sexuais produzidas no contexto colonial entre Portugal e Brasil ao longo do tempo. Mais do que trocas econômicas, o colonialismo produziu também intensas trocas sexuais entre colonizador e colonizado. Tratam-se de discursos que estão há séculos no imaginário português e são retomados de diferentes maneiras para dar sentido ao desejo colonial mantido até a contemporaneidade pelos portugueses em relação à “mulher brasileira”.

A classificação racial significa também uma comparação “[...] cultural, bem como política, científica e social. As imbricações entre estas levaram-nas a tornarem-se interdependentes e inseparáveis”. (YOUNG, 2005, p.113). É por isso que entre as diferenciações raciais está ainda ligada à “[...] sexualidade e o desejo”. Como também afirma Cunha abaixo:

[...] o contato, e as relações coloniais, forjaram em Portugal um imaginário sobre o Outro, homem, mulher ou comunidades. Este imaginário, alimentado durante séculos, compreende imagens-síntese, muito próximas de estereótipos que se encontram inculcadas, em diferentes níveis nos cidadãos das ex-metrópoles coloniais. Garantindo a coesão identitária estas imagens-síntese assumem, no mais das vezes, a forma de preconceitos identificáveis não só nos comportamentos como nas representações do Outro. A estas imagens não foge a mulher brasileira entendida como arquétipo de sensualidade, disponibilidade sexual e transitoriedade afetiva (2005, p.537).

Além disso, os enunciados relacionados ao carnaval brasileiro como um dos elementos da identidade nacional brasileira reforçam as narrativas sobre a noção de “mulher brasileira”. Segundo Pontes (2004), a cultura do carnaval brasileiro, remete ao culto do corpo, à sexualidade, à raça, à pobreza e à nacionalidade representada pela mulher mestiça, ou seja, a mulata. Esses elementos significam o país como uma cultura permissiva e promíscua, em que o sexo e a nudez são elementos comuns. E, de alguma forma, são (re)criados pelo discurso midiático português por meio de novelas, campanhas publicitárias, matérias de jornais, etc.

Ademais, o fenômeno da imigração brasileira também vem sendo bastante discutido nos últimos anos, principalmente pela mídia como é o caso do jornal *Público*, a categoria “Imigração, Ilegalidade e Política” foi a mais discutida por esse veículo; enquanto no JN, em menor proporção, foi a 3ª categoria mais discutida. Nesta abordagem, há a percepção da feminização da imigração brasileira por

algumas mídias portuguesas. A categoria gênero e sexualidade nos ajudam a problematizar a situação das mulheres brasileiras imigrantes no país e ajudam a compreender suas experiências em diferentes situações cotidianas, como os estigmas que elas sofrem ao estudarem, ao trabalharem, ao procurarem uma moradia para viver etc. Ademais, pesa-lhes o fator nacionalidade e a raça que lhes associam a certo comportamentos generalizantes, conforme discuti antes.

As narrativas construídas em torno das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal estimulam sua associação com identidades caracterizadas como “nacionais”. Parecem delimitar o lugar dessas mulheres na sociedade portuguesa, ao impor a distância entre “nós” (portugueses) e o “Outro” (mulheres brasileiras imigrantes). Nesta perspectiva, acredito também que o marcador nacionalidade aparece intersectado aos marcadores de gênero e sexualidade (BELELI, 2010). Na geografia ocidental, o Brasil ocupa um lugar subalterno nas “relações transnacionais” e influencia a vivências das brasileiras em Portugal, pois é uma “tradução cultural” das “articulações entre diferenciações” (PISCITELLI, 2008, p.269) que envolvem noções como o gênero, a nacionalidade, a sexualidade, a raça e a classe. A construção da ideia da “mulher brasileira” em território português é feita a partir desses enunciados, os quais são generalizados e servem para significar a experiência coletiva das mulheres brasileiras em Portugal.

É preciso desessencializar os discursos que associam as brasileiras, assim como as mulheres latino-americanas às “[...] mulheres exóticas, pronta para praticar sexo, selvagens sexualmente, e ao mesmo tempo, servis, carinhosas e amorosas. Em uma palavra, são mulheres para consumo”. (BARRERO, 2005, p.4 – tradução minha). Um consumo associado ao desejo lusitano pelas mulheres nativas que é alimentado há muito tempo por tais discursos. Esse desejo está intimamente associado a racialização da “mulher brasileira”, a disposição para o sexo é um elemento classificatório da diferença racial, uma vez que os povos mestiços e negros são associados ao intenso grau de fertilidade e o sexo, diferentemente dos povos ocidentais e brancos, associados a um alto grau de civilização. (YOUNG, 2005). Por isso, o colonialismo tem íntima relação com a “máquina do desejo” que é sustentado até a atualidade por meio do interesse de homens portugueses por mulheres brasileiras. “O colonialismo [...] [esteve sempre] fechado na máquina do

desejo: a máquina permanece desejo, um investimento do desejo cuja história expande” (YOUNG, 2005, p.220).

Tendo em vista tais enunciados, a comunicação social lusitana parece não ter preocupação em avançar para além das narrativas clássicas sobre as brasileiras. Assim, acabam por (re)criá-las. Mantendo a mesma matriz de sentido que Vitorio (2015) já identificava em suas pesquisas sobre a imprensa portuguesa nos anos 1970, e a essencialização que alguns/mas pensadores/ras dos *Estudos Pós Coloniais* e *Estudos Feministas* criticam, ou seja, enxergar a “mulher não ocidental” de modo generalizante.

A relação interdiscursiva desses enunciados encontra nas mídias analisadas sua atualização, reproduzindo-se, ainda que de forma não intencional, as antigas escalas hierárquicas colonial lusitana sobre as brasileiras. Assim, sustenta-se os argumentos sobre as experiências das migrantes no país.

No próximo capítulo, aprofundo as análises sobre os jornais *Público* e JN, ao focar os marcadores da diferença com as categorias de notícias identificadas que envolvem as mulheres brasileiras em Portugal. Para tanto, esclareço a intersecção dessas diferenças para compreender de modo mais complexo a experiência dessas mulheres no país e aponto alguns posicionamentos que esta abordagem me permitiu identificar sobre o discurso midiático lusitano.

CAPÍTULO 4 - AS MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL: OS MARCADORES DA DIFERENÇA

Ao problematizar a forma como tem se configurado as experiências das brasileiras em Portugal, procurei mapear como dois jornais locais têm reportado fatos nos quais a locução “mulher brasileira” aparece como mote noticioso.

O que parece não ser novidade, se comparo meus dados com outras pesquisas já citadas nesta tese, é a associação da imigração recente para a Europa, sobretudo a feminina, à violência, marginalidade, prostituição etc. Em contraste, encontrei poucas matérias jornalísticas nas quais a mesma locução (“mulher brasileira”) viesse associada à temáticas como a cultura, a política, os esportes e o turismo.

A maneira como os jornais *Público*, de Lisboa e JN, do Porto pautam suas matérias são escolhas editoriais que constroem sentidos. Por isso, nesta tese descrevi as regularidades, as frequências e a distribuição dos elementos que estão relacionados a esses jornais, enquanto sujeitos do discurso em questão. Explorei também como a imigração brasileira tem caracterizado a presença dessas mulheres no país e como a mídia portuguesa, por vezes, tem participado da construção da noção de “mulher brasileira” ligada à disponibilidade sexual, mas também a visão vitmária de “mulher do terceiro mundo”.

A articulação entre os marcadores da diferença (nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e classe), oferece ferramentas analíticas que me ajudam a analisar as notícias selecionadas nos jornais *Público* e JN.

A proposta teórica que baliza as discussões a seguir, inspira-se na perspectiva interseccional, por meio da qual é possível articular múltiplas diferenças, tomadas aqui como marcadores sociais, e como estes se relacionam com estratégias de poder, considerando-se

Os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Nessa abordagem são marcantes a visão de poder de Gramsci, em termos de lutas contínuas em torno da hegemonia, e o trabalho com a noção de articulação entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado da prática articulatória. (PISCITELLI, 2008, P. 267)

Por esse caminho, nacionalidade, gênero, raça, sexualidade e classe são termos que podem ser acionados por discursos hegemônicos para desqualificar e

fixar desigualdades, mas também operam como potenciadores de agência dos sujeitos que são subalternizados nesses jogos de poder.

Como discute Foucault, não existe uma estrutura permanente nas falas, estas se produzem em razão das relações de poder. Assim, para o autor, é preciso buscar o “algo a mais” que um discurso tem. Ele não serve, simplesmente, para denominar ou expressar alguma coisa, vai além; apresenta características regulares, por meio das quais é possível se identificar uma rede conceitual intrínseca.

Ao examinar o contexto enunciativo no qual a locução “mulher brasileira” é acionado nos jornais analisados, busco, justamente, o “algo a mais” que Foucault (1986) sugere. A ideia é desconstruir aquelas narrativas, de forma que seja possível identificar nela as regras de formação dos conceitos. No caso em questão, o de “mulher brasileira”. Posto que as categorias não residem na consciência dos sujeitos, mas são construções contextualmente articuladas

O esforço nesta tese tem sido de mostrar que cristalizações identitárias tendem a simplificar relações complexas, invisibilizando os jogos de poder que sustentam exclusões e alimentam estereótipos. Tratando-se da relação entre Portugal e Brasil, ou de maneira a traduzir o que estou fazendo, a relação entre ex-metrópole e imigrantes mulheres de uma antiga colônia, torna-se fundamental pensar que “no âmbito imperial, gênero está vinculado à sexualidade, mas também ao trabalho subordinado e raça é uma questão que vai além da cor da pele, incluindo a força de trabalho, atravessada por gênero”. (PISCITELLI, 2008, p.268).

A seguir, abordo como a intersecção dos marcadores da diferença nas categorias de notícias abordadas nesta tese.

4.1 A intersecção dos marcadores da diferença nas categorias de notícias analisadas

A discussão sobre intersecção de marcadores sociais da diferença ganha relevância no final da década de 1990, contribuindo criticamente para o questionamento, dentro de diversas vertentes do feminismo, a centralidade da categoria gênero como operador de desigualdades. Nessa vaga, conceitos como patriarcado, bastante caros às teorias feministas também serão desafiados. Seu caráter trans-cultural e histórico é questionado, suscitando debates em torno da forma como em diferentes sociedades mulheres têm lidado com a dominação

masculina, em articulação com classe social, raça, etnia, com particular atenção, por parte de pensadoras como Avtha Brah, em sociedades pós-coloniais.

Brah “[...] rejeita o conceito de patriarcado, preferindo pensar em relações patriarcais nos casos específicos em que as mulheres ocupam posições subordinadas”. (PISCITELLI, 2008a, p. 268). Afinada com essa leitura que considera a produção de subjetividades no marco da história do imperialismo e do capitalismo, apresento, a seguir os discursos do *Público* e do JN, não sem antes, apresentar mais detidamente a proposta interseccional de Brah.

As discussões sobre os marcadores sociais da diferença são relativamente recentes. Historicamente, essas abordagens têm seu ponto de referência no “feminismo das diferenças”, nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980. Essa vertente teórica surge como uma crítica à miopia do feminismo vigente, voltado, segundo formularam diversas autoras, para as mulheres brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. Estas vozes periféricas se articulam também para propor uma epistemologia crítica capaz de superar as limitações teóricas expressas nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, homo/hetero, West/rest, tomados como essencializadores e biologizantes. (PELÚCIO, 2011, P. 79).

No esforço de romper com aquelas dicotomias e essencialismos a elas relacionados, Brah empresta densidade analítica ao conceito de diferença, mostrando como esta é produzida discursivamente, sempre de forma agonística, sem fixar necessariamente a dualidade “opressor”/“oprimido”. Nessas teias complexas, marcadores de diferenças se interseccionam, são negociadas, tensionadas, significadas e resignificadas.

Desta forma, “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”. (BRAH, 2006, p. 374).

No caso analisado, a interseção dos marcadores de gênero, classe, nacionalidade, sexualidade e raça, tem sido secundarizada, de forma que os jornais pesquisados colaboram para que as diferenças associadas à condição imigratória sejam percebidas e mobilizadas como elementos que justificam opressão (quando não, expulsão, ao mesmo tempo que tendem a invisibilizar a pluralidade das experiências migratórias de brasileiras naquele país.

Concordando com Brah, os marcadores da diferença não são estanques, e se articulam em diferentes situações noticiadas sobre as mulheres brasileiras imigrantes na sociedade portuguesa. Portanto, a classificação aqui realizada é somente uma separação didática que visa exemplificar como esses marcadores se interseccionam com as categorias de notícias identificadas e a possibilidade de enxergá-los a partir de diferentes perspectivas.

Entre os discursos abordados, o marcador nacionalidade me parece ser o mais frequente, interseccionado ora com a raça, ora com a sexualidade etc., tanto nas matérias do jornal *Público* como do JN nas categorias de notícias: “Imigração, Ilegalidade e Política”; “Prostituição, Ilegalidade e Violência”; “Violência e Acidentes”; “Criminalidade e Ilegalidade”; e “Discriminação e Preconceito”. Isso se verifica porque esse marcador aparece como um fator condicionante dos enunciados produzidos pelos jornais sobre a “mulher brasileira”.

Em relação à imigração há a articulação com a nacionalidade, tendo em vista o conceito de “colonialidade do poder” de Quijano (2005), isso ocorre porque esse marcador confere a elas uma posição específica entre os grupos migratórios ou étnicos no país, uma vez que são classificadas simbolicamente pela “hierarquia das alteridades” (MACHADO 2006), a partir da antiga ordem imperial. Por essa hierarquia, há a articulação com o marcador raça que atribui a essas mulheres vagas de emprego marginais no mercado de trabalho nacional como os cuidados de idosos ou crianças e na área doméstica, como aponta o trecho da notícia do jornal *Público* abaixo. (LUSA, 2006). Tal situação acomete principalmente mulheres solteiras e divorciadas, de acordo com a Lusa, que deixam seus filhos com familiares no Brasil e, mais do que isso, entendo que essas mulheres que se sujeitam a isso são pessoas com poucos recursos financeiros e sem perspectivas de emprego em sua terra natal. Nem sempre a “pobreza” se impõem como situação determinante para a saída do país de origem. Porém, no marco das desigualdades entre Norte e Sul, esses deslocamentos tendem a serem vistos pelo viés de classe. De forma que o efeito se torna causa. Em outras palavras, o sexismo, o racismo associado à nacionalidade deixa de ser o elemento limitador de inclusão de brasileiras em posto de trabalhos mais prestigiosos, para ser a “pobreza” atávica dessas mulheres o que limita e determina a alocação delas em empregos subalternizados.

O trecho abaixo é bastante ilustrativo desta realidade:

As funções em que se empregam [as mulheres brasileiras imigrantes e de outras nacionalidades] são normalmente nas áreas domésticas e de cuidados a crianças ou idosos. [...]

As "novas imigrantes" são na sua maioria mães, cujos filhos são deixados nos seus países de origem ao cuidado dos pais, se forem casadas, ou com os avós, se forem solteiras ou divorciadas.

Como exemplo, Karin Wall referiu que Portugal é essencialmente procurado por mulheres oriundas do Brasil [...] que vão cuidar de idosos. (LUSA, 2006, p.1) – Seção *Sociedade* – Público de 22/02/2006

Ao examinar essa mobilidade acentuada, e característica de nossa época, pelo prisma cultural, e não apenas centrado nas motivações econômicas, Appadurai (1999) atribui centralidade às fantasias, sonhos e desejos alimentados pelas tecnologias de comunicação. Considerando que mesmo as pessoas que vivem em países considerados “atrasados” e aquelas vistas como “despreparadas” têm sido afetadas pela intensa circulação de informações, imagens e ideias. Seu conceito de “imaginação” procura dar conta justamente do papel que essas elaborações criativas, alimentadas por tantas trocas, ocupam na vida cotidiana e coletiva, revelando o potencial crítico desse processo, mas também se transformando em formas de trabalho.

Nesse marco, o trabalho no mercado do sexo é muitas vezes percebido, como discute Piscitelli em diversos textos (2008a; 2008b; 2009; 2011) como uma atividade temporária, capaz de prover dinheiro de forma rápida e, ainda, assegurar tempo livre para o “algo mais” já mencionado acima.

Porém, na maior parte das notícias pesquisadas, a relação das brasileiras com a prostituição aparece no registro da criminalidade, ilegalidade e da falta de agência dessas mulheres.

A notícia abaixo que aponta uma investigação feita pelo *Núcleo de Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana* (GNR) em apartamentos na cidade de Viana do Castelo⁴⁴ em que foram identificadas pessoas que supostamente traficavam mulheres⁴⁵, principalmente brasileiras, para trabalharem na prostituição

⁴⁴ Pequena cidade portuguesa localizada ao Norte de Portugal com aproximadamente 38 mil habitantes.

⁴⁵ Para se obter mais informações sobre o tráfico de pessoas, consultar: PISCITELLI, Adriana. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu. Campinas July/Dec. 2005. n.25.

na região do Porto e Braga⁴⁶. Essa demanda por brasileiras no mercado do sexo portugueses, além de estar relacionada ao marcador nacionalidade e sexualidade por associá-las a um jeito sensual de ser, mostra também a articulação com o marcador raça que atribui a nações consideradas mestiças ou negras uma sexualidade mais intensa em comparação com a raça branca.

Buscas realizadas por efectivos do Núcleo de Investigação Criminal da GNR [Guarda Nacional Republicana] em três apartamentos de Amorosa, Viana do Castelo [cidade localizada ao Norte de Portugal], no âmbito de um processo em que estão a ser investigadas pessoas aí domiciliadas por alegados crimes de lenocínio e de auxílio à imigração ilegal, conduziram, anteontem, à detenção de um indivíduo, com cerca de 30 anos, e identificação de sete outras pessoas, entre homens e mulheres, de nacionalidades brasileira [...]. Suspeita-se que este homem pertença a rede de tráfico de mulheres, contratadas principalmente no Brasil, para trabalhar em bares de alterne e na prostituição em apartamentos do Norte de Portugal. Designadamente, no Porto, em Braga [...]. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2007, p.1) – Seção *Policiais e Tribunais*, do JN de 21/05/2007.

O conceito de tráfico, como mostra Piscitelli (2008b) é largamente disputado e, por isso mesmo, guarda indefinições importantes, pois tendem a criminalizar mais do que proteger a possíveis vítimas. Essa vulgarização é facilmente acionada e justifica extradições e, no limite prisões, com a consequente frustração de projetos imaginativos, conforme discutido mais atrás.

A suposta pobreza, associada à nacionalidade e ao gênero, acaba por aparecer nas páginas dos jornais relacionada também à criminalidade, seja como no caso acima, ou no que se segue.

O trecho da matéria apresentado abaixo (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2007), mostra a situação de uma brasileira que se envolveu em uma situação ilegal ao vender um bebê a um casal português de Santo Tirso⁴⁷, presa no aeroporto de Recife e que suspeita-se que a mesma faça parte de uma rede de tráfico internacional de crianças.

A Polícia Judiciária do Porto deverá inquirir nos próximos dias um casal de Santo Tirso [cidade localizada ao norte de Portugal] envolvido num caso de alegada compra de um bebê a uma mãe brasileira, detida no passado dia 7, quando tentava embarcar no aeroporto do Recife (Pernambuco) com a criança. As autoridades brasileiras suspeitam que

⁴⁶ Município lusitano de médio porte localizado ao Norte de Portugal com aproximadamente 181.500 habitantes.

⁴⁷ Pequena cidade portuguesa localizada ao Norte de Portugal com aproximadamente 14 mil habitantes.

a mulher pertence a uma rede de tráfico de crianças para o estrangeiro e é por essa razão que pediram a colaboração da polícia portuguesa. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2007, p.1) – Seção *Sociedade e Vida* do JN, de 2/07/2016.

Assim, o “tráfico” soma-se à categoria “Prostituição, Ilegalidade e Violência”, como prática associada à pobreza (classe), não sem relacioná-la à nacionalidade. Marcador saliente quando examinamos a categoria “Discriminação e Preconceito”, na qual essa articulação é flagrante.

Nas últimas décadas passou-se a discutir intensamente as situações preconceituosas e discriminatórias que as/os brasileiras/os vivem em Portugal, seja pela própria comunidade imigrante no país, por pesquisadores e estudiosos sobre o tema, como foco neste trabalho, por instâncias públicas, sociais e pela comunicação social lusitana, como fez em maior frequência o jornal *Público* e em menor frequência o JN. Por exemplo, no trecho abaixo do *Público* em que a pesquisadora Beatriz Padilla⁴⁸ aponta a existência do preconceito sobre o Brasil, principalmente em relação a “mulher brasileira”, respalda as discussões que realizo nesta tese, e também a ideia do brasileiro ladrão⁴⁹. Em contrapartida, a autora diz também que existe o preconceito dos brasileiros em relação aos portugueses, os quais são vistos como mais atrasados e mal educados e a imagem da mulher portuguesa representada mais séria e conservadora, contrapondo com a noção de “mulher brasileira” vista como exótica, alegre e sensual. Neste caso, de ambas as partes, há a essencialização do que é ser mulher a partir do marcador nacionalidade articulado ao marcador gênero.

Existe “uma relação de amor e ódio entre Portugal e o Brasil” [depoimento de Beatriz Padilla – pesquisadora sobre a temática], são “mãe e filho, mas o filho cresceu mais do que a mãe”. Os estereótipos veem-se nos dois lados – em Portugal, “sobretudo sobre a mulher brasileira” e as ideias feitas de que “o brasileiro gosta de festa, faz barulho, é malandro”; no Brasil, de Portugal como “um país mais atrasado, do Manoel e da Maria, de pessoas não muito educadas, da mulher sempre de preto, no campo”. (LUSA, 2010, p.1) – Seção *Sociedade* do *Público* de 22/11/2010.

Já o marcador gênero perpassa várias categorias de notícias articuladas nesta pesquisa: “Imigração, Ilegalidade e Política”, “Prostituição, Ilegalidade e Violência” e “Discriminação e Preconceito” Nestas categorias de notícias a as

⁴⁸ Utilizo algumas referências da pesquisadora sobre a temática em: Padilla (2007) e Padilla, Fernandes e Gomes (2010).

⁴⁹ Por não ser o foco deste trabalho, não discuto a construção do estigma que associa o homem brasileiro a ideia de ladrão em Portugal.

mulheres brasileiras aparecem relacionadas a determinados comportamentos e papéis sociais. Como pontuou Piscitelli (2002), o gênero está relacionado aos significados sociais atribuídos à noção de mulher, os quais são dados como naturais e não são questionados.

Por exemplo, na categoria “Imigração, Ilegalidade e Política”, as matérias associam as imigrantes a situações de ilegalidade e precariedade que seriam agravadas pelo fato de serem mulheres.

O trecho da notícia do *Público* (WONG, 2006) é ilustrativo:

Tal como nos restantes países do mundo desenvolvido [incluindo Portugal], as mulheres imigrantes [entre as quais estão as brasileiras] em Portugal são uma população considerada "vulnerável" e que tem profissões discriminatórias. São elas que fazem os trabalhos mais precários, de domínio privado, e não vêem os seus direitos reconhecidos ou respeitados. "Sabemos que esse retrato se integra na nossa sociedade, onde há empregadas domésticas africanas, bailarinas e alternadeiras brasileiras e da Europa do Leste e até mesmo prostituição de origem subsariana", descreve Manuela Sampaio. (WONG, 2006, p.1) – Seção *Destaque*, do *Público* de 01/10/2006.

Eric Wolf, em entrevista a Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro, trata do caráter etnicamente segmentado que o mundo do trabalho adquiriu na Europa.

Em realidade, a noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado pode ser entendida como uma noção sistêmica que, considerando como primordiais os processos migratórios provocados em escala global pela expansão capitalista, mostra como determinadas etnias ocupam posições que podem ser alteradas, para melhor ou para pior, com o decorrer do tempo. Ela também permite perceber que com o desenvolvimento do mundo capitalista a complexidade dos arranjos de segmentação étnica foi aumentando vertiginosamente, criando sistemas interétnicos com alteridades múltiplas (FELDMAN & RIBEIRO, 2003, p.269).

Nessa articulação sistêmica incluo o gênero como marcador fundamental para se entender esta nova ordem, na qual o mercado do sexo aparece como campo laboral bastante demarcado pela nacionalidade.

Relativo ao mercado do sexo, a categoria de notícias “Prostituição, Ilegalidade e Violência”, há uma abordagem particular sobre as brasileiras imigrantes ao associá-las a este nicho. Dessa forma, as experiências das brasileiras, não raro são associadas à prostituição. Atividade que é vista como insegura por si, e não pela falta de legislação que a regule⁵⁰.

⁵⁰ De acordo o artigo 170, nº 1, do Código Penal lusitano Lei, a atividade da prostituição não é considerada ilegal, somente não é permitido um terceiro lucrar, promover ou encorajar a prostituição. Assim, não se pode organizar essa prática em locais como bordeis, bares, casas de alterne etc.

É perceptível tal abordagem no trecho da notícia do JN que relata a fuga de uma brasileira que trabalhava em casas de alterne da região do Porto.

Segundo a queixa apresentada pelo companheiro da vítima, de nacionalidade brasileira, no posto da GNR [Guarda Nacional Republicana] local, a mulher foi interceptada pelos sequestradores cerca das 13.30 horas de anteontem.

[...]

O móbil [motivo] do crime, segundo fonte policial, terá sido a fuga da mulher do negócio da noite a que os suspeitos estão ligados. E o sequestro terá sido uma maneira de a tentar forçar a trabalhar para eles, já que tinham várias casas de alterne na região e a vítima vinha trabalhando com eles, naquela actividade, durante os últimos quatro anos. (VINHA, 2010, p.1) – Seção *Justiça*, do JN de 22/01/2010.

A vitimização por meio do gênero associado à imigração não é incomum.

Laura Agustín, notória pesquisadora espanhola sobre o tema de migração e mercado do sexo, já citada anteriormente, se vale da pesquisa de Sietske Altink para problematizar o conceito de vítima:

[...] la palabra "víctima" se puede usar de manera jurídica (por ejemplo, cuando te roban eres víctima) pero aplicada a las mujeres inmigrantes ocupadas en la industria del sexo transmite otros matices que exigirían de éstas que sean castas e ignorantes; es decir, un concepto que ignora el sentido de responsabilidad que conduce a una mujer a migrar en busca de trabajo (COLECTIVO LÓE & AGUSTÍN, 2005, s/n).

Tais noções ligadas ao marcador de gênero motivam também a associação das mulheres brasileiras a pessoas sem agência. O lugar vitimário, parece não proteger, ao contrário, tende a colocar essas mulheres em situações discriminatórias e preconceituosas.

O jornal *Público* (LOPES, 2007) mostra-se, pelo apanhado que fiz, mas cuidadoso em relação aos reforços de estereótipos. Não foi incomum encontrar em sua versão digital matérias que mencionam situações preconceituosas vividas por brasileiras/o, bem como aquelas que trazem entrevistas com acadêmicos/as e os resultados de suas pesquisas sobre a relação Portugal/Brasil. Como no fragmento abaixo, no qual a pesquisadora de Benalva Vitório⁵¹, que realizou entrevista com brasileiras/os, aponta alguns dos estereótipos comuns a que a nacionalidade brasileira está associada:

⁵¹ A pesquisa de Vitorio a que o trecho da notícia de Lopes (2007) se refere é: VITORIO, Benalva da Silva. *Imigração Brasileira em Portugal: Identidades e Perspectivas*. Santos: Universitária Leopoldinaum. 2007.

Benalva Vitorio é professora na Universidade Católica de Santos, no Brasil, e acaba de publicar uma tese de pós-doutoramento, feita no Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra, entre Agosto de 2005 e Janeiro de 2006, sobre "imigração brasileira em Portugal: identidade e perspectivas".

Depois de 50 entrevistas a imigrantes brasileiros em Portugal, a que conclusões chegou? [...]

Os portugueses têm a cabeça cheia de imagens fabricadas: achamos que os brasileiros são o povo eternamente sensual e afável, ideal para nos servir um café na esplanada, de preferência ao sol, ao mesmo tempo que achamos que os homens são uns "malandros", uns "arruaceiros" ociosos e as mulheres "prostitutas". (LOPES, 2007, p.1) – Seção não identificada, do *Público* de 17/12/2007.

“Imigração, Ilegalidade e Política”, “Prostituição, Ilegalidade e Violência” e “Criminalidade/Ilegalidade” são categorias nas quais o marcador nacionalidade aparece articulado com gênero. Mais uma vez, a situação de precariedade de mulheres migrante é sublinhada.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] deteve, na madrugada de hoje, domingo, duas cidadãs estrangeiras no bar de alterne "Via 14" em Famalicão [cidade portuguesa ao Norte de Portugal cujo nome é "Vila Nova de Famalicão"] por não terem cumprido uma ordem judicial de expulsão.

A fonte adiantou à Lusa que as duas mulheres, de nacionalidade brasileira, foram conduzidas ao centro de acolhimento temporário do SEF, no Porto, onde vão permanecer até serem expulsas do país, o que deve acontecer dentro de dias. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2010, p.1) – Seção *Justiça*, do JN de 11/04/2010.

As abordagens do *Público* contrastam com o JN. Mais uma vez, na chave que intersecciona imigração, sexualidade e determinadas nacionalidades, o jornal lisboeta prefere dedicar matérias que trazem resultados de pesquisas acadêmicas que denunciam o preconceito vivenciado por brasileira imigrante em Portugal

O estudo indica também que “nem todos os imigrante e minorias são objeto de cobertura noticiosa”. As mulheres são quase inexistentes. “As peças são quase todas no masculino, quando não há prostituição, não há mulheres nestas notícias”, indica a coordenadora do estudo. Já os brasileiros recebem o mais forte grau de atenção, o que está de acordo com o peso que têm enquanto comunidade [...]. (SEQUEIRA, 2009, p.1) – Seção *Portugal*, do *Público* de 15/12/2009.

Ademais, foi difícil encontrar notícias sobre mulheres brasileiras em ocupações formais e/ou prestigiadas. A maior parte das notícias relatam situações de mulheres pobres e exploradas.

O JN prefere o tom sensacionalista

Por volta da meia-noite, o DJ diminuiu o som e anuncia a primeira sessão de strep-tease executada por Lolita, stripter brasileira de corpo escultural e olhar sensual. Roda o corpo no varão como ginasta acrobata, faz suspense anunciado, retira o soutien e exhibe-se nua. Poucos lhe dão atenção. Nas mesas, os dois clientes envolvem-se em conversa com duas acompanhantes. O DJ pede palmas, mas ninguém o ouve e Lolita foge de cena sem atenções. (Seção *País*, do JN de 12/10/2008, citada por VITORINO, 2008, p. 1)

As experiências das mulheres brasileiras em Portugal são cristalizadas em algumas temáticas que persistem há tempos no imaginário colonial lusitano. O predomínio de algumas notícias em detrimento colabora neste sentido, sobretudo no jornal voltado para homens de classes populares, como o JN.

Como já chamei atenção em outras passagens, o *Público*, é voltado para a classe média da capital do país, preocupa-se mais em denunciar o preconceito do que reforçá-lo. Vemos abaixo:

"O que é que elas [mulheres brasileiras imigrantes] cá vêm fazer senão procurar casar com portugueses", atira a proprietária de uma mercearia da terra, começando a enumerar os homens - "o padeiro, o empreiteiro, o filho da vizinha" - que não resistiram ao encanto brasileiro. Dolarina, uma jovem bonita, está consciente do "preconceito". "Por vezes, vou na rua e me chingam, buzinam", diz, sem se mostrar ofendida. "Na verdade, as coisas melhoraram desde que cheguei, em 2001. Hoje, a minha família está toda legal. E, hoje, já não vivem aqui oito pessoas amontoadas como acontecia antes", concretiza, mostrando os quartos exíguos da casa, um piso térreo despojado e velho, com dois quartos com pouco mais de 10 metros quadrados. (PÚBLICO, 2005, p.1) – Seção *Destaque*, do *Público* de 13/10/2005.

As brasileiras “perdem” em termos de racialização de suas sexualidades somente para as mulheres dos países africanos, uma vez que são consideradas “mais negras” e, assim, mais pobres que as brasileiras.

Por fim, em relação ao marcador de classe, entendo que, interseccionado a outros marcadores (nacionalidade, raça, gênero e sexualidade) esteja também presente em categorias de notícias como a “Imigração, Ilegalidade e Política”, “Discriminação e Preconceito”, “Violência/Acidentes”, “Prostituição, Ilegalidade e Violência” e “Criminalidade/Ilegalidade”. Elas tratam, em sua maior parte, de situações envolvendo mulheres com poucos recursos financeiros como: aquelas que vão para Portugal em busca de uma vida material melhor; que não conseguem um trabalho ou a sua regularização no país; que são discriminadas enquanto trabalhadoras em situações cotidianas; que trabalham no mercado do sexo; que se envolvem em situações de violência e acidentes ou, até mesmo, com a criminalidade

ou ilegalidade. Referem-se a situações que abordam principalmente mulheres brasileiras imigrantes com poucos recursos financeiros e que são exploradas. Entretanto, reconheço que algumas dessas notícias possam estar relacionadas também as brasileiras imigrantes com condições financeiras mais favoráveis.

Tratam-se de alguns exemplos que apontam como ocorrem as articulações dos marcadores da diferença com as categorias de notícias identificadas.

A seguir abordo a relação temporal das categorias de notícias identificadas no *Público* e no JN.

4.2 A relação temporal das categorias de notícias identificadas no *Público* e JN

A seguir apresento tabelas nas quais procurei organizar o número de notícias por categoria e ano de publicação, em ambos os jornais pesquisados. Nesta primeira tabela, os números referem-se a notícias gerais em cujo conteúdo a locução “mulher brasileira” foi identificada.

Jornais Analisados	<i>Público</i>	<i>Jornal de Notícias (JN)</i>
2004	3	9
2005	16	16
2006	13	19
2007	3	17
2008	5	3
2009	9	8
2010	4	9
2011	4	2
2012	7	4
2013	3	---
2014	3	2
2015	1	2

TOTAL	71	91
-------	----	----

Tabela 5: Relação temporal comparativa de notícias identificadas no Jornal *Público* e JN.
Fonte: Elaborado pela autora.

A somatória das notícias perfaz um total de 162 notícias envolvendo a locução “mulher brasileira”, uma média uma notícia por mês, se considerarmos o que foi publicado nos dois jornais entre 2004 a 2015.

O maior volume de notícias publicadas foi entre os anos de 2005 a 2007. É possível que a concentração de notícias nestes anos se justifique porque se trata do período posterior à ocorrência ao episódio *Mães de Bragança* em 2003, em que a mídia nacional passou a dar uma ênfase maior à presença de imigrantes brasileiras no país. Principalmente em relação às aquelas ilegais que, supostamente, ou não se dedicaram as atividades sexuais.

Curiosamente, no ano de 2004 a quantidade de notícias sobre brasileiras imigrantes foi menor em ambos os jornais.

Entre 2008 a 2012 apresentaram uma quantidade mediana de notícias sobre as mulheres brasileiras em Portugal. É o período em que há mais notícias relativas a denúncias de discriminação contra brasileiras. Não só as próprias vítimas, como também estudiosos do tema tiveram voz nas páginas dos jornais, sobretudo, do *Público*.

Esse clima de denúncias e insatisfação relativa às acusações recorrentes em torno da sexualidade das brasileiras, reverberou movimento “StutWalk Lisboa” e o “Manifesto contra o Preconceito às brasileiras em Portugal” em 2011.

O “SlutWalk Lisboa”⁵² ocorreu em junho de 2011, com a participação de 200 pessoas aproximadamente, articulado por meio da rede social digital *Facebook*. Foi a versão lusitana de um movimento que seguiu a tendência global de mobilizações naquela época, sendo que foi iniciado no Canadá, após um policial ter culpado jovens universitárias por terem sido estupradas devido a suas vestimentas e comportamentos. A versão portuguesa do movimento foi mais tímida e no evento uma estudante brasileira de pós-graduação reivindicou que fossem abordadas as diferenças entre mulheres e que o documento do “SlutWalk Lisboa” contemplasse a questão das mulheres brasileiras imigrantes, vítimas, em algumas situações, do preconceito machista lusitano. Essa reivindicação recebeu o apoio de outra

⁵² Para mais informações sobre o movimento, é possível consultar o site <https://slutwalklisboa.wordpress.com/>.

brasileira ativista (SLUTWALK LISBOA, 2011). Entretanto, segundo Gomes (2013), esse apelo gerou diversas discussões entre as participantes do movimento, mas, finalmente, a questão foi incluída às reivindicações do “SlutWalk Lisboa”.

Já o “Manifesto contra o preconceito às brasileiras em Portugal” refere-se a um movimento articulado, em 2011, via redes sociais digitais e blogs. O Manifesto recolheu 1200 assinaturas e o apoio de 20 organizações sociais de Portugal e do Brasil. O documento teve como finalidade denunciar o estereótipo da “mulher brasileira” como objeto sexual que é alimentado em alguns casos na mídia portuguesa. Destacadamente, o movimento criticou o programa “Café Central”, uma animação gráfica veiculada pela emissora pública “RTP2”. O alvo maior da crítica foi a personagem “Gina”, a qual representava uma prostituta e maníaca sexual, falava com sotaque brasileiro e vestia-se de forma erotizada. O movimento elaborou um documento que foi entregue a diferentes autoridades portuguesas e brasileiras⁵³.

Entre as instituições que deram respostas de apoio ao Manifesto encontram-se a “Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil” e o “Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural”.

A iniciativa teve repercussão em alguns veículos de comunicação social português como o programa “Voz do Cidadão” da RTP2, o qual fez uma discussão sobre o tema. Além disso, a denúncia feita pelo Manifesto foi aceita pela “Entidade Reguladora da Comunicação Social Portuguesa”, a qual realizou um processo de análise do programa “Café Central”, mas decidiu mantê-lo no ar. Apesar disso, no ano seguinte em 2012, a personagem “Gina” foi retirada do programa após o período de férias (ROSSI; SILVA, 2015).

A partir de 2012, observa-se na Tabela 5, que há uma sensível redução de matérias sobre imigrantes brasileiras/“mulher brasileira” veiculadas pelos jornais analisados.

⁵³ Entre as autoridades portuguesas e brasileiras que participaram do manifesto estão: Acção para a Justiça e Paz” (AJPaz) de Portugal; “Articulação de Mulheres Negras Brasileiras”; “União Brasileira de Mulheres”; “Casa do Brasil de Lisboa”, “Coordenação Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres”; “coordenação Rio Grande do Sul”, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil etc.) (FRANÇA, 2012).

Jornais Analisados/ Ano	<i>Público</i>	<i>Jornal de Notícias (JN)</i>
2004	3	9
2005	16	16
2006	13	19
2007	3	17
2008	5	3
2009	9	8
2010	4	9
2011	4	2
2012	7	4
2013	3	---
2014	3	2
2015	1	2
TOTAL	71	91

Tabela 5: Relação temporal comparativa de notícias identificadas no Jornal *Público* e *Jornal de Notícias*

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível se considerar que este refluxo tenha relação com os impactos econômicos e financeiros da crise que abalou Portugal e que provocou regresso de muitas/os brasileiras/o, como apontou Vítório (2015), muitas/os brasileiras/os retornam para sua terra natal.

Houve impactos financeiros em alguns locais portugueses causados por esse fluxo de brasileiros em retorno ao país de origem como noticiado por Nogueira (2012), quando algumas/ns brasileiras/os deixaram a Costa da Caparica⁵⁴ e Ericeira⁵⁵ para retornarem ao Brasil em 2012:

⁵⁴ Refere-se a uma pequena cidade litorânea na região central de Portugal, próxima do Rio Tejo. É uma localidade muito conhecida por suas praias, se localiza no “Concelho de Almada” e conta com aproximadamente 13 mil habitantes.

⁵⁵ Trata-se de uma vila turística muito antiga, localizada a 35 quilômetros a noroeste do centro de Lisboa e com aproximadamente 10 mil habitantes.

A crise em Portugal e o "boom" económico no Brasil estão a levar imigrantes brasileiros a regressar ao país de origem. A Costa da Caparica e Ericeira são algumas das zonas onde a sua saída está a ter um impacto económico mais visível. Na Costa da Caparica, o número de brasileiros caiu para menos de metade. (NOGUEIRA, 2012, p.1) – Seção *Sociedade*, *Público* de 09/04/2012.

Esses fatores podem ter influenciado na redução ainda maior no número de notícias divulgadas sobre a “mulher brasileira” entre os anos de 2013 a 2015 em ambos os jornais. Neste período, de acordo com a Tabela 6 no *Público* houve a veiculação de matérias relacionadas a violência (1 notícia), imigração (2 notícias), prostituição (1 notícia), política (1 notícia) e cultura (2 notícias), totalizando 7 notícias (2013 a 2015) de um total de 71 de 2004 a 2015.

Anos	Violência	Imigração	Prostituição	Criminalidade	Discriminação	Política	Economia	Cultura	Saúde	História
2004	1	2	----	----	----	----	----	----	----	----
2005	1	8	2	3	2	----	----	----	----	----
2006	----	4	3	3	1	1	1	----	----	----
2007	----	----	1	----	2	----	----	----	----	----
2008	----	3	----	----	----	----	----	1	1	----
2009	----	5	1	----	2	----	----	----	----	1
2010	1	2	----	----	1	----	----	----	----	----
2011	----	4	----	----	----	----	----	----	----	----
2012	4	2	----	----	----	----	----	1	----	----
2013	1	1	----	----	----	----	----	1	----	----
2014	----	1	1	----	----	1	----	----	----	----
2015	----	----	----	----	----	----	----	1	----	----

Tabela 6: Relação temporal de categorias de notícias identificadas do *Público*.

Fonte: Elaborado pela autora.

Já no jornal portuense JN, conforme a Tabela 7, em 2013 não foi publicada nenhuma notícia sobre a “mulher brasileira”, somente entre os anos de 2014 a 2015

temos notícias envolvendo este segmento. As mesmas foram classificadas nas categorias violência (1 notícia), prostituição (2 notícias) e discriminação (1 notícia).⁵⁶

Anos	Violência	Imigração	Prostituição	Criminalidade	Discriminação	Política	Cultura	Saúde	Esportes	Turismo
2004	----	1	2	1	----	----	3	----	2	----
2005	1	7	3	1	----	----	4	----	----	----
2006	1	6	4	3	----	----	3	----	----	2
2007	2	1	5	8	----	----	----	1	----	----
2008	----	----	1	1	----	----	1	----	----	----
2009	2	1	2	2	1	----	----	----	----	----
2010	----	1	1	----	----	5	1	----	----	1
2011	----	----	----	2	----	----	----	----	----	----
2012	----	----	2	----	----	1	1	----	----	----
2013	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
2014	1	----	1	----	----	----	----	----	----	----
2015	----	----	1	----	1	----	----	----	----	----

Tabela 7: Relação temporal de categorias de notícias *Jornal de Notícias*.

Fonte: Elaborado pela autora.

Corroboro meus dados cotejando-os com os achados de Vitório. A autora aponta que que as/os brasileiras/os “[...] deixaram de ser o foco central das notícias relacionadas à imigração e não proporcionam mais pautas aos meios de comunicação social com assuntos relacionados à violência, à marginalidade e à prostituição, conforme constatei no estudo realizado em 2005”. (2015, p.73).

Nos últimos anos, a ida de imigrantes brasileiros para Portugal tem diminuído por conta do desenvolvimento econômico e social que o Brasil teve até os anos de 2013 a 2014, a despeito da crise econômica e política que o país vem atravessando

⁵⁶ Foram publicadas, entre os anos de 2011 a 2014, algumas notícias sobre o crescimento econômico do Brasil pelo jornal *Público* em: Carvalho (2011); Lusa (2011); Nogueira (2012); Lopes (2013); Faria (2014). Enquanto isso no JN não foi identificada nenhuma notícia, dentro do corpus selecionado.

desde 2015. Por outro lado, desde a crise econômica de 2008, a sociedade lusitana tem vivido um processo recessivo em sua economia que levou muitas/os brasileiras/os retornarem ao seu país de origem. Na atualidade, o fator financeiro não tem motivado tanto a imigração de brasileiras/os para Portugal, como ocorre nas décadas anteriores. Entre aquelas/es que ainda imigram ou estão no país a motivação tem sido outra, no caso a qualidade de vida principalmente que a nação portuguesa oferece para aqueles imigrantes legalizados, uma área em que, embora o Brasil tenha avançado socialmente nas gestões Lula e Dilma Rousseff, ainda é considerada precária. Ademais, aumentou neste período o número de turistas e estudantes brasileiras/os que passaram a consumir os produtos e conhecimentos nacionais, o que pode ter influenciado na melhor aceitação da comunidade brasileira no país. Tratam-se de apenas de alguns acontecimentos que podem ter relação com a redução de notícias abordadas sobre a “mulher brasileira” e talvez o início de uma mudança na maneira como essas mulheres são abordadas pelas mídias lusitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este não é propriamente um estudo sobre imigração, mas sobre a forma como mulheres brasileiras que se aventuraram ao cruzar fronteiras aparecem nas páginas de dois jornais lusitanos, o *Público*, de Lisboa, capital do país e o *Jornal de Notícias*, do Porto, a segunda cidade mais importante de Portugal. Para tanto, mapeei e analisei notícias publicadas nas versões digitais nestes jornais entre os anos de 2004 e 2015. Usei como expressão de busca a locução “mulher brasileira” e ambos os termos separadamente, chegando a um conjunto de 162 matérias.

Criei então um conjunto de categorias (“Imigração, Ilegalidade e Política”, “Discriminação e Preconceito”, “Violência/Acidentes”, “Prostituição, Ilegalidade e Violência”, “Criminalidade/Ilegalidade”, “Cultura”, “Política”, “Economia”, “Saúde”, “História”, “Turismo” e “Esportes”), a fim de agrupá-las de maneira a empreender a análise desses discursos midiáticos e compreender a que categorias editoriais, brasileiras vivendo em Portugal, aparecem associadas. Interroguei-me, então, como essas abordagens ajudam a construir/desconstruir, ressignificar ou reiterar imagens de imigrantes mulheres, de uma ex-colônia em terras lusitanas.

Neste esforço, me detive na chamada “Segunda Vaga” migratória, aquela que toma o ano de 1999 como baliza temporal que marcar um novo perfil de brasileiras/os chegando a Portugal. Se em meados dos anos de 1980 até o início dos anos 1990, a imigração brasileira era associada a pessoal qualificado (dentistas, especialista em Marketing e informática), nesse segundo momento o perfil da/do imigrante era não apenas de pessoas mais jovens, mas também

[...] com níveis de instrução mais baixos e direccionadas para segmentos menos qualificados no mercado de trabalho. Encaradas como migrações essencialmente laborais, suscitam interesse na maior parte dos estudos sobre imigrantes brasileiros em Portugal, problematizando-se (RAPOSO & TOGNI, 2009, p. 59)

Esta escolha se deve também por ter sido esse o período de feminilização da imigração brasileira para Portugal⁵⁷, como apontam diversos estudos já citados nesta tese.

⁵⁷ “De acordo com os dados do SEF, desde 2003 que o número de mulheres brasileiras imigrantes tem sido superior ao número de homens. Essa tendência parece continuar uma vez que em 2005, havia 14.662 homens brasileiros e 16.884 mulheres brasileiras em Portugal. Comparando com outras nacionalidades mais representativas de imigrantes em Portugal, apenas no caso do Brasil o número de mulheres imigrantes é superior ao dos homens. Tais dados reflectem mais uma vez apenas a

“Ser mulher migrante significa estar em uma complexa intersecção entre diferentes demarcadores sociais. O racismo, o sexismo, a colonialidade, as desigualdades de classe e a condição de migrante marcam suas vidas” (GOMES, 2013, p. 867). Na intersecção destes marcadores, as experiências se pluralizam ao mesmo tempo em que se singularizam. Porém, a tendência de se pensar e abordar essas vivências múltiplas a partir das mesmas chaves homogeneizantes que acionam a pobreza terceiro mundista como mola propulsora do projeto migratório, tende a reforçar estereótipos fortemente informados pela colonialidade do poder. É dizer, que se trata de operar no nível discursivo e de constituição de saberes com valores que foram gestados desde os processos coloniais, alicerçaram epistemologicamente a modernidade, de forma a orientar percepções geoculturais que hierarquizam lugares e pessoas. Nestas percepções questões étnicas e raciais servem, até o presente, para sustentar exclusões, desqualificações e, mesmo, perseguição a determinados segmentos sociais. Classe e gênero não são menos importantes nesses processos reiteradores. Não é incomum que mulheres imigrantes que partem do Sul Global sejam percebidas como vítimas e, paradoxalmente, como perigosas. Vítimas pela pobreza e pelo fato de serem mulheres; perigosas, pelos mesmos motivos.

Como discute Adelman (2012, p. 33), mesmo discursos feministas gestados no Norte Global contribuíram neste sentido. As “[...] mulheres do Terceiro Mundo (ou do “Sul global”) seriam (representadas como) pouco mais do que vítimas passivas carentes de instrumentos e discursos emancipatórios próprios”.

As mulheres brasileiras ocupam um lugar específico entre grupos imigratórios em terras portuguesas, onde a relação entre nacionalidade e gênero sustenta processos de exotização (MACHADO, 2003; 2008), sexualização e vitimização das mesmas. Os jornais aqui analisados, em alguma medida atualizam antigos discursos coloniais que perduram no imaginário⁵⁸ do presente, animados pelos fluxos migratórios de brasileiras/os para Portugal, intensificados nos últimos 30 anos.

Como elemento central daquilo que Homi Bhabha chamou de discurso colonial, o estereótipo encapsula e fixa o não-familiar em algo estabelecido e

imigração regular, como quase exclusivamente todos os estudos sobre tal temática” (RAPOSO & TOGNI, 2009, P. 59).

⁵⁸ Valho-me do o conceito de imaginário, entendendo-o como Gomes (2013, p. 872) como próximo ao conceito foucaultiano de saber.

reconhecível. De maneira que possa ganhar um nome e ser alvo de desejo ou recusa, cumprindo o sentido ambivalente que o discurso colonial encerra. Algo do passado colonial ainda parece informar o olhar sobre esses corpos femininos, racializados e em fluxo. Como observa Bhabha,

[...] a construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferença - raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder (BHABHA, 1998:107)

No levantamento feito nas notícias sobre mulheres brasileiras nos jornais *Público*, de Lisboa e JN, do Porto, ficou flagrante que o tema da “Imigração, Ilegalidade e Política” e “Discriminação e Preconceito”, ocuparam mais páginas e atenção editorial do primeiro periódico. Enquanto, o segundo enfatizou as categorias “Prostituição, Ilegalidade e Violência” e “Violência/Ilegalidade”. Proponho que essas ênfases se deem pelas afinidades editoriais de cada um desses jornais, que mesmo se afirmando apartidários, não deixam de ser políticos.

É preciso considerar ainda para qual perfil de leitora/r estes veículos se voltam. O *Público* visa a classe média da capital do país, enquanto homens adultos das classes populares parecem definir as abordagens dos temas elencados no JN.

A priorização de determinadas abordagens por cada um desses veículos aponta para a posição política que cada jornal tem frente ao fenômeno migratório recente. Quando se enfatiza temas que destacam o preconceito relativo a gênero e nacionalidade, apontando-o como uma espécie de injustiça, como acontece em distintas matérias do *Público*, tende-se a provocar a reflexão e o debate público sobre eventos que atravessam o cotidiano lisboeta e português. Por outro lado, quando um número expressivo de matérias publicadas por mais de uma década associa mulheres brasileiras à disponibilidade sexual e como ameaça a ordem moral portuguesa, pode-se, ao contrário, estar reforçando exclusões e cristalizando percepções exotizantes sobre as mesmas.

Como observa Beleli (2012), a mídia tem sido uma peça importante na reiteração de estereótipos e de composição discursiva a informar o imaginário lusitano sobre as brasileiras. Porém, como a mesma autora atenta é preciso relativizar e problematizar o papel dos veículos massivos de comunicação, pois,

[...] tomar esses imaginários como apreendidos de forma única leva à recorrente culpabilização das mídias, como se, de um lado, os produtores de mídia inventassem dados, situações, fatos; e, de outro, como se os sujeitos fossem passivos ante as imagens a que são expostos cotidianamente, ideia há tempos contestada pela literatura. (BELELI, 2012, p. 92)

Assim, ao analisar um conjunto de matérias publicadas ao longo de 11 anos nas versões digitais dos jornais *Público*, de Lisboa e JN, do Porto atentei para as narrativas ali produzidas a fim de perceber em que medida as notícias que mobilizavam a locução “mulher brasileira” tratavam os eventos a elas relacionados e se essas abordagens (re)produziam ou tendiam a enfrentar a mesma matriz de sentido que historicamente tem justificado a exotização, sexualização e vitimização das brasileiras como estrangeiras⁵⁹.

As reiteraões, como fartamente apontadas ao longo desta tese, são flagrantes, mas, por outro lado, é preciso considerar que eventos políticos e econômicos recentes que impactaram a sociedade portuguesa, parecem ter refletido na maneira com as abordagens relativas à imigração de brasileiras e brasileiros passou a ser tratado pela imprensa aqui analisada.

Neste ponto, retomo as perguntas feitas na Introdução desta tese: Como o jornal *Público*, de Lisboa e o *Jornal de Notícias*, do Porto têm colaborado na construção da imagem sobre a “mulher brasileira” entre os portugueses? Esses veículos reiteram ou não estereótipos relacionados à nacionalidade, raça, sexualidade, gênero e classe? Porque esses veículos privilegiaram esses temas e não outros? Essas notícias são centradas somente na nacionalidade brasileira ou há outros marcadores envolvidos como raça e classe? Como essas abordagens associam o Brasil a determinados estereótipos?

Mais do que respondê-las, o esforço neste trabalho foi de tomá-las como guias para a investigação. Provocando o olhar para as reescrituras⁶⁰, atualizações e

⁵⁹ A frequência com que as notícias sobre mulheres brasileiras foram publicadas ao longo de 2004 a 2015, encontram um ponto máximo nos anos de 2005 a 2007, e sua significativa redução entre os anos de 2013 a 2015. A investigação desses pontos de inflexão fica para um outro estudo, mas pode ser pensada relacionando-se os aspectos econômicos globais e locais, os quais interferem nas rotas migratórias, na permanência de imigrantes fora do país de origem ou provocam retornos.

⁶⁰ A reinscrição é um conceito foucaultiano para pensar como algumas “verdades” são reatualizadas em contextos contemporâneos, a partir de novas referências, mas valendo-se de discursos pretéritos para essa reatualização.

esencializações que discursos midiáticos podem carregar e provocar. Mas também considerando que os mesmos podem trazer questionamentos e provocar reflexões a partir da forma como abordam eventos envolvendo mulheres imigrantes brasileiras.

O que constatei foi que ainda há muito a se enfrentar no sentido de (des)essencializar as noções sobre a “mulher do terceiro mundo”, ou, como neste trabalho da “mulher brasileira”. Sabemos que as experiências das brasileiras em Portugal vão muito além da ilegalidade, da prostituição, da criminalidade, da violência etc. A pesquisa de Iara Beleli (2012), ao pesquisar sobre brasileiras e brasileiros que migraram por motivos de estudos para aumentar seu capital cultural e alargar horizontes aspiracionais como conhecer países europeus e, assim, outras culturas, verificou que a maior parte de suas/seus entrevistadas/os eram jovens de classe média, alguns entendidos como brancos ou pelo menos não-negros, mas que sentiram-se racializados ao conviver com o cotidiano da capital do país.

Esse fluxo de brasileiras que procuram Portugal para os fins citados por Beleli, parece ser mais sensível às lentes do jornal lisboeta. Porém, é fato que em ambos os jornais, as matérias sobre mulheres brasileiras tenham diminuído quantitativamente, as abordagens não sofreram significativas mudanças qualitativas. Desta forma, o desafio em enxergá-la por outras perspectivas permanece.

As notícias e matérias ainda não parecem capazes de oferecer a leitores e leitoras visões atualizadas sobre as vivências que friccionam no cotidiano lusitano brasileiros/as e portugueses/as, como também não têm conseguido desafiar o

[...] imaginário do homem colonialista (que se manifesta tanto numa longa tradição ocidental literária e artística quanto nas representações midiáticas da atualidade), [no qual] essa Mulher não-ocidental frequentemente aparece como repositório de uma sexualidade livre, ainda não submetida aos controles civilizatórios que “domesticaram” as mulheres ocidentais e, nesse sentido, como fantasia/tentação do desejo masculino. Numa outra versão, ela aparece como a Mulher vítima das práticas de homens carentes da sensibilidade ocidental, cuja falta de “civilização” é demonstrada na forma pela qual “tratam suas mulheres”. (ADELMAN, 2009, p. 212).

Essas reiteraões estão mais presentes no JN, justamente o periódico voltado para homens adultos das classes populares. Aqueles que potencialmente conviveram mais com brasileiras em situação precarizada de trabalho e/ou aquelas inseridas no mercado do sexo.

No *Público*, o que foi possível perceber é que a presença do “Outro”, no caso as mulheres brasileiras, é um fenômeno que parece ainda incomodar a sociedade portuguesa. Mesmo que algumas matérias do jornal *Público*, mostrem que há uma reflexão crítica em torno dos preconceitos e estereótipos relativos a brasileiros em geral e às brasileiras em particular, publicando, além de reportagens nas quais brasileiras se queixam de discriminação, notícias sobre pesquisas acadêmicas que travam essas discussões.

A partir do levantamento realizado nas versões digitais dos referidos jornais, encontrei poucas matérias nas quais brasileiras aparecessem em situação positivada como intelectuais, artistas, políticas ou mesmo pessoas com capacidade de agência para reagir ao processo exotizador, erotizador e vitimizador a quão ainda são sujeitas.

Nesse sentido, as notícias sobre as manifestações ocorridas em 2011, “SlutWalk Lisboa”, em junho de 2011 e a produção e circulação do “Manifesto contra o preconceito às brasileiras em Portugal” não encontrou visibilidade nem mesmo no jornal *Público*. Aquele que mostrou pelo levantamento feito, o mais afeito a divulgar eventos e notícias sobre a preconceitos e discriminações sofridas por brasileiras; bem como matérias sobre política e comportamento envolvendo esta população.

Estes eventos que marcam resistências ativas das mulheres brasileiras em Portugal não mereceram ser noticiados. A pergunta que não quer calar é “por quê?”. Visibilizar essas resistências aponta também para outras existências e para forma de enfrentamentos mais salientes. Certamente, como discute Gomes (2013, p. 882) há as resistências passivas, como a “aportuguesação”, entendida pela autora como uma “estratégia de integração, na qual os valores estão em disputa, estão em jogo. Uma mulher brasileira que se subjetiva através da resistência passiva pode se tornar combativa e afirmativa em diferentes contextos”.

Fora de pesquisas acadêmicas não encontrei nos jornais pesquisados qualquer discussão sobre esse fenômeno cultural relevante. Assim como a resistência afirmativa (GOMES, 2013) foi lida de forma superficial pelos veículos em questão.

A resistência afirmativa se torna muito rica para as análises aqui desenvolvidas, pois se trata de estratégia que negocia os estereótipos,

manipulando-os a fim de positivá-los dentro de alguns contextos e rechaçando-os quando estes as inferiorizam ou sexualizam de maneira a fragilizá-las. “As brasileiras que utilizam e valorizam a brasilidade, valorizam alguns elementos do imaginário <Mulher Brasileira>, no entanto, criticam explicitamente o imaginário de disponibilidade sexual” (GOMES, 2013, pp. 884-885).

O silêncio e a invisibilidade em torno de determinadas experiências não fazem com que estas não existam, mas adia reflexões importantes que precisam ser feitas coletivamente, pois são políticas, isto é, são públicas, ao mesmo tempo que impactam vidas miúdas e ordinárias em seu cotidiano de relações, tensões, parcerias e fricções.

A relação Brasil/Portugal é tão antiga quanto o próprio Brasil, e talvez date mesmo do tempo das Grandes Navegações, quando o Estado Português se forma. Se segue até o presente sendo culturalmente desafiada, seguir discutindo-a em vários níveis discursivos parece-me ainda imperativo.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher Acadêmico. 2009.

_____. Viajantes e migrantes: pessoas e teorias. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Discursos fora da ordem** – sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume. 2005

AGUSTÍN, Laura Maria. **Sex, Gender and Migration**: Facing up the Ambiguous Realities. Soundings. 2003. n.23.

APPADURAI, Arjun. “La globalización y la imaginación en la investigación”, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Nº160. 1999.

BAGANHA, Maria Ioannis. A cada sul o seu norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Edições Afrontamento. 2001.

BARRERO, Gloria Patricia Diaz. Strippers, bailarinas exóticas, eróticas: identidade e inmigración em la construcción del Estado canadiense. **Cadernos Pagu**. Campinas. Jul.-dez. 2005. n.25. p.1-9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200006>. Acesso em: 03 jul. 2016.

BELELI, Iara. Imagens de brasileiros/os no atravessar das fronteiras: (des)organizando imaginários. **1º Seminário de Estudos Sobre Imigração Brasileira na Europa**. Lisboa. 2010. p.121-128.

_____. Brasileiros/as no atravessar das fronteiras. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Orgs.). **Discursos fora da ordem**. São Paulo: Annablume. Fapesp. 2012. p.73-96.

BHABHA, Homi K. (Org.). **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRAH, A. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**. Campinas, jan/jun.2006. n. 26, p. 329-376.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CASA DO BRASIL EM LISBOA. A 2.^a vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003). In: MALHEIROS, Jorge Macaísta. Imigração Brasileira em Portugal. 2007. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/migrare/publ/ImigrBrasileira.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

COLECTIVO IÓE; AGUSTÍN Laura. La emigración en la industria del sexo. **Sociedad – La insignia**. 2005. Disponível em http://www.lainsignia.org/2005/enero/soc_001.htm. Acesso em: 03 out. 2016.

COSTA, Sérgio. **Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós- colonial**. 2005. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-S%E9rgio%20Costa.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. 1998. Nº 11.

CUNHA, Isabel Ferin. A mulher brasileira na televisão portuguesa. Actas III. Congresso da Associação Portuguesa de Comunicação. **BOCC**. 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-a-mulher-brasileira-na-televisao-portuguesa.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Mundos imaginados: as brasileiras e nos Media em Portugal. Anais do **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). 2005.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotetonte. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis. Ago. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf. Acesso em: 24 nov. 2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992. Coleção Trans.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. Nov. 2011. n.114. p.197-223.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro. Record, 1987.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard. 1971.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense. 1986.

GOMES, Mariana Selister. O Imaginário Social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e os modos de subjetivação. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. 2013. v.56. n.4. p.867-900.

GONÇALVES, Margareth. Artífício e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 2005. v.13. n.3.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo. 2007. v. 4. n. 11. p.11-25.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais – transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, março 2008, p.115-147.

KEMPADOO, Kamala. O debate Mudando Sobre o tráfico de Mulheres. Campinas: **Cadernos Pagu**. Campinas. Dez. 2005. n. 25, p. 55-78.

LACLAU. E. A. A Política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pós Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco. 1991. p.127-150.

LARANJEIRA, Antonio Eduardo Soares. Delizamentos entre imaginário e realidade na literatura pop. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde. Jul.-Dez. de 2012. v. 12, ano: 6. p. 129-138. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_I ND_12/FORUM_V12_09.pdf. Acesso em: 05 jul.2016.

MACHADO, Igor José de Renó. Sobre os processos de exotização na imigração internacional brasileira. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. 2008. v.51. n.2.

_____. Cárcere Público – processo de exotização entre migrantes brasileiros no Porto, Portugal. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, **Universidade Estadual de Campinas** (UNICAMP), 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000300843&fd=y>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Imigração em Portugal. Estudos Avançados. 2006. n.20. v.57. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a10v2057.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2016.

MALHEIROS, Jorge. Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos. In: _____ (Org.). Imigração Brasileira em Portugal. **Observatório da Imigração**. Lisboa. 2007a. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/migrare/publ/ImigrBrasileira.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

MARTINS Júnior, Angelo; DIAS, Gustavo. Imigração brasileira contemporânea: discursos e práticas de imigrantes brasileiros em Londres. **Análise Social**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2013. n.209. p.810-832. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_209_a03.pdf. Acesso em: 29 maio. 2016.

MISKOLCI Richard. Pânicos morais e controle social. **Cadernos Pagu**. 2007. n. 28, p.101-128.

MOHANTY, Chandra Talpade (2000). “Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses”. In BRYDON, Diane. org. Postcolonialism: Critical concepts in literary and cultural studies. Vol. 3, pp. 1183-1209. London/New York: Routledge.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando gênero**. Revista de Estudos Feministas. 2000. n.2. v.8. p.9-43.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**. Campinas: Pontes. 2003.

PADILLA, Beatriz; FERNANDES, Gleiciani; GOMES, Mariana Selister. Ser brasileira em Portugal: imigração, gênero e colonialidade. **Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa Barcelona**. Barcelona: Universidade de Barcelona. 2010.

PADILLA, Beatriz. Acordos bilaterais e legalização: o impacto na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: MACAÍSTA, Jorge (org.). **Imigração**

Brasileira em Portugal. Observatório de Imigração. Coleção Comunidades. 2007. p.217-226.

PEIXOTO, João; FIGUEIREDO; Alexandra. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MACAÍSTA, Jorge (org.). **Imigração Brasileira em Portugal.** Observatório de Imigração. Coleção Comunidades. 2007. p.87-112.

PELUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.2, n.2, jul-dez 2012, p.395-418. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89/54>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**. 2011. v. 20, p. 76-85.

PISCITELLI, Adriana. As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Sexualidade, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. 2009. n.1. p.177-201. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**. Jul/dez.2008a, v.11, n.2, p.263-274.

_____. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

_____. Entre as “máfias e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**. jul.-dez.2008b. nº 31. p.29-63.

_____. Actuando la “brasileñidad”? Tránsitos entre circuitos de turismo sexual y los mercados del sexo y matrimonial europeos. **Revista Etnográfica**. Fev. 2011. v.15. n.1.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. **Cadernos Pagu**. n 23. Campinas. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332004000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, p.118-142.

ROSSI, Jéssica de Cássia. **As representações da mulher brasileira na mídia portuguesa: jornal *Expresso***. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru. 2011. 255 f.

ROSSI, Jéssica de Cássia; SILVA, Larissa Maués Pelúcio. Manifesto em Repúdio ao Preconceito Contra as Mulheres Brasileiras em Portugal: uma crítica ao discurso do programa Café Central da RTP. **Revista Sociologias Plurais**. 2015. v.3.n.2. p.82-102. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/d96dce_ef5296c67eac4a6bbeba142470e1fc82.pdf. Acesso em: 25 ago.2015.

ROSSI, Pedro. Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal. In: MACAÍSTA, Jorge (org.). **Imigração Brasileira em Portugal**. Observatório de Imigração. Coleção Comunidades. 2007. p.135-154.

RUBIN, Gayle. Tráfico Sexual – Entrevista. **Cadernos Pagu**. 2003. n. 21. p.157-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Clara Almeida. Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa – análise do ano de 2003. Teses 14. **Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Cultural** (ACIDI, IP). Lisboa. 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. v. 4. 6ª reimpressão (2010).

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História. Cultura e Trabalho**. PUC-SP. São Paulo, fev/1998. n. 16, p. 297-327.

SOUSA, Celso Marcus Vieira. As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.). **As Relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Consepe; Fronteira do Caos. 2010. p.17-38.

TOGNI, Paula Christofolletti; ALVIM, Filipa. Sob o véu dos direitos humanos: Tráfico, Tráfego e Políticas Públicas para a Imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. **1º Seminário de Estudos Sobre Imigração Brasileira na Europa**. Lisboa. 2010. p.121-128.

YOUNG, Robert. J.C. **Desejo colonial – hibridismo em Teoria, Raça e Cultura**. São Paulo: Perspectiva. 2005. Coleção Estudos 16.

VITORIO, Benalva da Silva. **Imigrantes Brasileiros e a Crise em Portugal**. Santos: Leopoldianum. 2015.

_____. **Imigração Brasileira em Portugal: Identidades e Perspectivas**. Santos: Universitária Leopoldinaum. 2007.

_____. **A imagem do Brasil na imprensa portuguesa: estudo de jornalismo comparado**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. 1974.

FONTES JORNALÍSTICAS

ALEXANDRINO, José de Mello. A nova Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros. FD – Ulisboa. 2014. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Alexandrino-Jose-de-Melo-A-Nova-Lei-de-Entrada-Permanencia-Saida-e-Afastamento-de-Estrangeiros.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

AMARAL, Nuno. Zelia Gatai morreu aos 91 anos. Seção Mundo, Público. Lisboa. 18 maio 2008. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/jornal/zelia-gatai-morreu-aos-91-anos-261509>. Acesso em: 05 abr. 2016.

AMARO, José Bento. Da roça miserável a miséria da prostituição. Seção Sociedade, do **Público**. Lisboa. 22 nov. 2006. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/jornal/da-roca-miseravel-a-miseria-da-prostituicao-108726>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRANCO, Sofia. Quase quatro mil imigrantes foram recusados no Aeroporto de Portela em 2008. Seção Portugal, **jornal Público**, Lisboa. 31 jan. 2009. Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/quase-quatro-mil-imigrantes-foram-recusados-no-aeroporto-da-portela-em-2008-293672>. Acesso em: 25 mar. 2016.

CARVALHO, Paula Torres. Há cada vez mais imigrantes a desistir de Portugal. Seção Sociedade do Público. Lisboa. 16 jan. 2011. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/ha-cada-vez-mais-imigrantes-a-desistir-de-portugal-1475498>. Acesso em: 15 maio 2016.

COELHO, Alexandra Lucas. Do Carmo ao Rossio Há sempre qualquer coisa que está para acontecer. Seção Destaque, do **Público**. Lisboa. Disponível em: <http://www.publico.pt/destaque/jornal/do-carmo-ao-rossio-ha-sempre-qualquer-coisa-que-esta-para-acontecer-304289>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DA EFE. Nova onda de brasileiros que vai a Portugal é qualificada e foge da crise. Seção Mercado, da **Folha de São Paulo**. 08 jan. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1727310-nova-onda-de-brasileiros-que-vai-a-portugal-e-qualificada-e-foge-da-crise.shtml>. Acesso em: 15 abril. 2016.

FARIA, Natália. Emigração foi a válvula de escape que aliviou as tensões sociais. Seção Sociedade do Público. Lisboa. 16 maio 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/emigracao-foi-a-valvula-de-escape-que-aliviou-as-tensoes-sociais-1636107>. Acesso em: 15 maio 2016.

FATIMA, Gustavo Cardoso Branco e Di. Brasil ou Poder da Imaginação. Seção Opinião, Público. Lisboa. 06 mar. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/economia/noticia/brasil-ou-o-poder-da-imaginacao-1627248>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FERNANDES, Sara. Burocracia atrasa processos. Seção em Foco, do **Jornal de Notícias**. Porto. 13 out. 2005. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517072. Acesso em: 31 mar. 2016.

FELNER, Ricardo. Imigrantes Brasileiros. Seção Sociedade, **jornal Público**. 07 ago. 2005. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/jornal/imigrantes-brasileiros-33787>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOMES, Catarina. Imigrantes ilegais com mais dificuldades no acesso aos serviços médicos. Seção Portugal, **Público**. Lisboa. 03 nov. 2008. Disponível em:

<https://www.publico.pt/portugal/jornal/imigrantes-ilegais-com-mais-dificuldades--no-acesso-aos-servicos-medicos-282468>. Acesso 07 abr. 2016.

IORIO, Juliana. Estudo revela o perfil do imigrante brasileiros em Portugal. **Blog Brasil & Portugal**. 20 out. 2010. Disponível em: <http://brasileportugal.blogspot.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2015.

JORNAL DE NOTÍCIAS. História. 2016a. Disponível em: <http://www.jn.pt/historia.html>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. Estatuto Editorial. 2016b. Acesso em: <http://www.jn.pt/estatuto-editorial.html>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. Tribunal libertou suspeito de prostituir adolescente. Polícia. 14 jun. 2005. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=485774&page=-1. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Dilma Rouseff promete acabar com a miséria no Brasil. Seção Mundo, do Jornal de Notícias. Lisboa. 31 out. 2010b. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content_id=1700051. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. “Sua vida sexual é boa”. Seção Cultura. Porto. 03 jun. 2004a. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=443365. Acesso em 31 mar. 2016.

_____. Vinte brasileiras detidas em bar de alterne. Seção Polícia. Porto. 13 set. 2004b. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=459845. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. Detidas estrangeiras em bar de alterne. Seção de Justiça do Jornal de Notícias. Porto. 10 abr. 2010a. Disponível: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1541471. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Pódio mundial sem portugueses. Seção Desporto. Porto. 30 nov. 2004. Disponível em: <http://www.jn.pt/arquivo/2004/interior/podio-mundial-sem-portugueses-470497.html>. Acesso em : 29 mar. 2016.

_____. António Vitorino lamenta não ter conseguido política comum de imigração. Seção Sociedade, do **Público**. Lisboa. 06 mar. 2005. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/antonio-vitorino-lamenta-nao-ter-conseguido-politica-comum-de-imigracao-1217353>. Acesso em: 28 mar.2016.

_____. Moradias usadas para prostituição. Seção Polícia e Tribunais, do **Jornal de Notícias**. Porto. 23 mar.2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=695388. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. Prostituição e imigração ilegal motivam buscas. Seção Polícias e Tribunais. Porto. 21 maio 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=672158. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Brasil pede a PJ para ouvir portugueses. Sociedade e Vida. Porto. 21 jun. 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=679773. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. Primeira vez com um monólogo. Seção Interior. Porto. 15 set. 2004. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=460103. Acesso em: 20 abr. 2016.

JOTA, P.; SETTI, D. Brasileira = Prostituta - É assim que a Europa nos vê. **Revista Cláudia**. Maio 2008. p. 130-134.

LHO. Caíram do 3 andar para fugir a agressões. Seção Norte do **Jornal de Notícias**. Porto. 04 jun. 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=675527. Acesso em: 27 mar. 2016.

LOPES, Maria João. Brasileiros? Uns “malandros” e umas “meninas de programa” (nós dissemos isto?). Seção não identificada do **Público**. Lisboa. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal//brasileiros-uns-malandros-e-umas-meninas-de-programa-nos-dissemos-isto-241869>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LOPES, Isabel. Escolheram Portugal e nem a crise os afasta. Seção Temas do Público. Lisboa. 13 mar. 2013. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/escolheram-portugal-e-nem-a-crise-os-afasta-26204698>. Acesso em: 15 maio 2016.

LUSA. População Estrangeira representa 3,7% do total do país. Seção Sociedade, do **Público**. Lisboa. 12 dez. 2012. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/populacao-estrangeira-representa-37-do-total-do-pais-1577797>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. António Vitorino lamenta não ter conseguido política comum de imigração. Seção Sociedade, do **Público**. 04 mar. 2005. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/antonio-vitorino-lamenta-nao-ter-conseguido-politica-comum-de-imigracao-1217353>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. Detidas estrangeiras em bar de alterne. Seção Justiça do Jornal de Notícias. 11 abr. 2010. Disponível em: <http://www.jn.pt/404.html?aspxerrorpath=/404.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2010.

_____. Europa é cada vez mais procurada por mulheres que imigram sozinhas. Seção Sociedade, **Público**. Lisboa. 22 fev. 2006. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/europa-e-cada-vez-mais-procurada-por-mulheres-que-imigram-sozinhas-1248672>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Governo de Dilma deveria apoiar regresso voluntário de brasileiros ao seu país. Seção Sociedade do **Público**. Lisboa. 29 mar. 2011. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/governo-de-dilma-deveria-apoiar-programa-de-regresso-voluntario-de-brasileiros-ao-seu-pais-1487180>. Acesso em: 15 maio 2016.

MAIA, Nuno Miguel; VILA-CHÁ, Pedro. Presos no Brasil traficavam mulheres para o Minho. Seção Mundo, do Jornal de Notícias. 04 ago. 2009. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1325042. Acesso em: 03 abril. 2016.

MAIA, Nuno Miguel. Incêndio na Baixa deixa rua seis sem-abrigo. Seção Porto, Jornal de Notícias. Porto. 20 set. 2006. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570166. Acesso em: 27 mar. 2016.

MARGATO, Dina. Brasileiras retidas em salas dos aeroportos. Seção Nacional, do **Jornal de Notícias**. Porto. 01 nov. 2015. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content_id=4864954. Acesso em: 31 mar. 2016.

MARQUES, Alexandra. Imigrantes alvo de preconceitos. Seção Sociedade e Vida, do **Jornal de Notícias**. Porto. 10 maio 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=670576. Acesso em: 23 mar. 2016.

MEDIA GLOBAL GRUP. Media Kit JORNAL DE NOTÍCIAS. 2015. Disponível em: http://www.globalmediagroup.pt/files/2015/06/MediaKit_JN_PT_2015.pdf. Acesso em 17 abr. 2016.

MEIRA, Isabel. Retratos de um país dentro do outro. Seção Destaque, do **Público**. Lisboa. 01 out. 2006. Disponível em: <http://www.publico.pt/destaque/jornal//retratos-de--um-pais-dentro-do-outro-100237>. Acesso em: 01 abr.2016.

MIRANDA, Giuliana. Portugal muda acesso a serviços e aperta o cerco contra imigrantes ilegais. Seção Mundo da **Folha de São Paulo**. São Paulo. 21 jun. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1783753-portugal-muda-acesso-a-servicos-e-aperta-cerco-contra-imigrantes-ilegais.shtml>. Acesso em: 06 jul. 2016.

NOGUEIRA, Andreia. Regresso de imigrantes brasileiros afecta economia de zonas como a Costa de Caparica e Ericeira. Seção Portugal, do **Público**. 12 mar. 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/regresso-de-imigrantes-brasileiros-afecta-economia-de-zonas-como-a-costa-da-caparica-e-ericeira-1541357>. Acesso em: 23 mar. 2006.

NORMANDE, Naara Lima. Uma investigação do discurso da revista Time. Armazém Literário – Caso Mães de Bragança. Observatório da Imprensa. 23 fev. 2009. n. 526. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/uma-investigacao-no-discurso-da-revista-time/>. Acesso em 16 abr. 2016.

OSORIO, Ermelindo. Sete brasileiras presas detidas pelo PSP. Seção Polícia, do **Jornal de Notícias**. 14 out. 2005. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517172. Acesso em: 01 abr. 2016.

PINTO, C.R.J. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec. 1989.

PINTO, Reis. Esfaqueado com x-ato por não pagar sexo. Seção Segurança, **Jornal de Notícias**. 04 fev. 2012. Disponível em: http://www.jn.pt/Paginainicial/Justica/interior.aspx?content_id=2284072 . Acesso em: 27 mar. 2016.

PIRES, Eduardo. “Conselheiras espirituais” presas por uma dezena de burlas. Seção Polícias e Tribunais, do JN. Porto. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570663. Acesso em: 31 mar. 2016.

PUBLICO; LUSA. Por dia vendem-se menos 29 mil jornais generalistas. Relatório da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCI). 28 jun. 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/media/noticia/por-dia-vendemse-menos-29-mil-jornais-generalistas-1552423> . Acesso em: 18 abr. 2016

PUBLICO. PSP lança mega-operação para ministro ver. Seção Sociedade, de 02 maio 2004. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/jornal//quando-o-estado-esta-nas-maos-dos-imigrantes-4596>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. Público é o leitor é o jornal com mais leitores em computador. **Público.** Lisboa. 06 nov. 2013. Disponível: <https://www.publico.pt/portugal/noticia/publico-e-o-jornal-com-mais-leitores-em-computadores-1611582>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. Público é o leitor é o jornal com mais leitores em computador. 06 nov. 2013. Disponível: <https://www.publico.pt/portugal/noticia/publico-e-o-jornal-com-mais-leitores-em-computadores-1611582>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. O longo calvário para arrendar casa. Seção Sociedade. 14 abr. 2005. Disponível: <http://www.publico.pt/sociedade/jornal//o-longo-calvario-para-arrendar-casa-15699>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Pódio mundial sem portugueses. Seção Desporto. Lisboa. 30 nov. 2004. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=470497. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Os bancos. Seção Economia. Lisboa. 04 dez. 2006c. Disponível em: <http://www.publico.pt/economia/jornal/os-bancos-110613>. Acesso em 05 abr. 2016.

_____. Trinta e seis imigrantes brasileiros mandados embora. Seção Local. Lisboa. 28 fev. 2006a. Disponível em: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal//trinta-e-seis-imigrantes-brasileiros--mandados-embora-65880>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. Brasil e Portugal agravam penas e protegem vítimas do tráfico de seres humanos. Seção Sociedade. Lisboa. 28 nov. 2006b. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/brasil-e-portugal-agravam-penas-e-protegem-vitimas-do-trafico-de-seres-humanos-1278056>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Asiáticas já chegaram a Portugal. Seção Portugal. Lisboa. 10 out. 2007. Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/asiaticas-ja-chegaram-a-portugal-233087>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. No lugar de Barril ninguém sabia da visita de Lula. Seção Destaque. Lisboa. 13 out. 2005. Disponível em: <http://www.publico.pt/destaque/jornal/no-lugar-de-barril-ninguem-sabia-da-visita-de-lula-43547>. Acesso em: 02 abr. 2016.

REIS, Pinto. Esfaqueado com x-acto por não pagar por sexo. Seção Segurança, do **Jornal de Notícias**. Porto. 04 fev. 2012. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Justica/interior.aspx?content_id=2284072. Acesso em: 30 mar. 2016.

REVEZ, Idálio. Dois mortos em crime violento em Quarteira. Seção Local – Lisboa, do **Público**. Lisboa. 17 jun. 2010. Disponível em: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/dois-mortos-em-crime-violento-em-quarteira-19630318>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SANCHES, Andreia. Recrutamento de mão de obra imigrante tornou-se uma “forma de exploração de mão de obra”. Seção Sociedade, **Público**. Lisboa. 02 nov. 2005. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/recrutamento-de-mulheres-imigrantes-tornouse-uma-forma-de-exploracao-de-maodeobra-1237545>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SANTOS, Romana. Quarenta por cento dos brasileiros a viver em Portugal sentem-se discriminados. Seção Portugal, do **Público**. Lisboa. 13 dez. 2009. Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/quarenta-por-cento-dos-brasileiros-a-viver-em-portugal-sentemse-discriminados-18405664>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SEQUEIRA, Inês. Crimes envolvendo imigrantes dominam notícias sobre minorias em Portugal. Seção Portugal, do **Público**. Lisboa. 15 dez. 2009. Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/crimes-envolvendo-imigrantes-dominam-noticias-sobre-minorias-em-portugal-18416078>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SILVA, Helena Teixeira da Silva; COUTINHO, J. Paulo. De autocarro descapotável num percurso “by night”. Seção Porto, do **Jornal de Notícias**. 17 ago. 2006.

Disponível em: <http://www.jn.pt/arquivo/2006/interior/de-autocarro-descapotavel-num-percurso-by-night-566354.html>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SILVA, Hugo. Um “pouquinho de Brasil” na Boavista. Reportagem do **Jornal de Notícias**. Porto. 15 mar. 2009. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Opcion=Interior&content_id=1170053&page=-1

SLUTWALK LISBOA. O que é. 2011. **Wordpress**. 2011. Disponível em: <https://slutwalklisboa.wordpress.com/>. Acesso em: 30 jul.2015.

SOUZA, J.A. Nação Lusobrasileira. Seção em Foco, do **Jornal de Notícias**. Porto. 13 out. 2015. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517071. Acesso em: 05 abr. 2016.

VARELA, Carlos. Mulher assassinada ia enviar dinheiro para a filha ser operada. Seção Segurança, do **Jornal de Notícias**. Porto. 17 jun. 2012. Disponível em: http://www.jn.pt/Paginainicial/Justica/interior.aspx?content_id=2613288. Acesso em: 02 abr. 2016.

VIEIRA, Joana; MONTEIRO, Dina. Dossier do Jornal Público. **Wordpress**. 2008. Disponível em: https://comunicamos.files.wordpress.com/2008/03/ocs_publico.pdf. Acesso em: 25 maio. 2016.

VINHA, José. Sequestrada quis fugir do alterne. Seção Justiça, do **Jornal de Notícias**. Porto. 22 jan. 2010. Disponível em: http://www.jn.pt/Paginainicial/Policia/interior.aspx?content_id=1475762. Acesso em: 05 abr. 2016.

VITORINO, Manuel. “Pérola Negra” morna já teve noites mais escaldantes. Seção País, do **Jornal de Notícias**. Porto. 12 out. 2008. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Opcion=Interior&content_id=1026055. Acesso em: 01 abr. 2016.

WONG, Bárbara. APF aposta na formação de minorias étnicas. Seção Destaque do **Público**. Lisboa. 07 set. 2006. Disponível em: <https://www.publico.pt/destaque/jornal/apf-aposta-na-formacao-das-minorias-etnicas-96507>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FONTES - DOCUMENTOS OFICIAIS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Dados Estatísticos. Portugal. 2012. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados. Acesso em: 11 jun. 2016.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. Relatório. Brasileiros no mundo. 2009. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 29 maio 2016.

PORTUGAL. Decreto-Lei 264B de 03 de setembro de 1981. Estabelece disposições relativas à entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/6485/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Código Penal Português Artigo 171º, Seção II. Crimes contra a autodeterminação sexual. Disponível em: http://www.cfaematosinhos.eu/IC_F9.pdf. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. Lei nº 37 de 03 de outubro de 2015. Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=614A0016&nid=614&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei 244 de 08 de agosto de 1998. Regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=303&tabela=leis. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei 4 de 10 de janeiro de 2001. Altera o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=305&tabela=leis. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 34/2003. Altera o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www.embaixadadeportugal.org.br/docs/Lei%20Vistos.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei de 15 de dezembro de 2006. Altera a Lei de 37/81, de 3 de Outubro altera os regimes de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa. Disponível em: <http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/docs-legislacao/decreto->

[lei-237-a-2006/downloadFile/file/DL_237a-2006.pdf?nocache=1201699362.99](http://www.sef.pt/downloadFile/file/DL_237a-2006.pdf?nocache=1201699362.99).

Acesso em: 05 jun.2016.

_____. Lei de 04 de julho de 2007. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/NOVA%20LEI%20ESTRANGEIROS.pdf>.

Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Lei de 09 de agosto de 2012. Primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em:

http://www.sef.pt/documentos/35/LEI%2029_2012.pdf. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro. Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2378&tabela=leis&nverso=. Acesso em: 05 jun. 2016.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF). Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo. Portugal. 2013. Disponível em:

http://www.sefstat.sef.pt/docs/rifa_2013.pdf. Acesso em: 23 ago. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Tabulação de notícia *Jornal Público* de Lisboa de 2004 a 2015

No.	Data/Seção/ Autoria	Título da Notícia	Disponível em:	Categoria de notícias
1	07/02/2004 – Espaço Público- Paulo Moura	E se os jornais não existissem?	http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/e-se-os-jornais-nao-existissem-183897	VIOLÊNCIA
2	20/04/2004 – Sociedade – Lusa	Estudo: mulheres imigrantes em Portugal são jovens e solteiras	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/estudo-mulheres-imigrantes-em-portugal-sao-jovens-e-solteiras-1191551	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
3	02/05/2004 – Local – Ana Cristina Pereira	PSP lança mega-operação para ministro ver	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/psp-lanca-megaoperacao-para-ministro-ver-187717	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
4	06/02/2005 – Sociedade – Público	Quando o Estado está nas mãos dos imigrantes	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/quando-o-estado-esta-nas-maos-dos-imigrantes-4596	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
5	22/02/2005 – Sociedade – Ana Cristina Pereira	Estrangeiras queixam-se cada vez mais de violência	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/estrangeiras-queixamse-cada-vez-mais-de-violencia-8297	VIOLÊNCIA
6	04/03/2005 – Sociedade - Lusa	António Vitorino lamenta não ter conseguido política comum de imigração	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/antonio-vitorino-lamenta-nao-ter-conseguido-politica-comum-de-imigracao-1217353	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
7	10/04/2005 – Sociedade – Ricardo Dias Felner	Portugueses não veem cidadãos do leste como os “bons imigrantes”	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/portugueses-ja-nao-veem-cidadaos-de-leste-como-os-bons-imigrantes-15135	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
8	14/04/2005 – Sociedade – Público	O longo calvário para arrendar casa	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/o-longo-calvario-para-arrendar-casa-15699	PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO
9	15/04/2005 – Sociedade – António Arnaldo Mesquita	Oito brasileiros detidos por falsificação	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/oito-brasileiros-detidos-por-falsificacao-15880	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
10	23/04/2005 – Sociedade – Andreia Sanches	Mulheres traficadas ficam presas em Portugal	https://www.publico.pt/sociedade/jornal/mulheres-trafficadas-ficam-presas-a-portugal-17397	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
11	30/04/2005 – Local – Público	Lisboa transito condicionado na Av. Gulbenkian	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/lisboa-transito-condicionado-na-av-gulbenkian-18456	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
12	07/08/2005 – Sociedade – Ricardo Dias Felner	Imigrantes Brasileiros	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/imigrantes-brasileiros-33787	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
13	04/09/2005 –	Aprender nas favelas	http://www.publico.pt/local	IMIGRAÇÃO,

	Local - Nuno Ferreira	do Rio a cuidar dos imigrantes em Portugal	-lisboa/jornal//aprender-nas-favelas-do-rio-a-cuidar-dos-imigrantes-em-portugal-37303	ILEGALIDADE E POLÍTICA
14	19/09/2005 – Sociedade – Público	Imigrantes ilegais identificadas em Felgueiras e Ericeira	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/imigrantes-ilegais-detectados-em-felgueiras-e-na-ericeira-39759	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
15	23/09/2005 – Sociedade – Público	Mulheres imigrantes radiografia da realidade portuguesa	http://www.publico.pt/sociedade/jornal//mulheres-imigrantes-radiografia-da-realidade-portuguesa-40388	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
16	13/10/2005 – Destaque – Público	No lugar de Barril ninguém sabia da visita de Lula	http://www.publico.pt/destaque/jornal//no-lugar-de-barril-ninguem-sabia-da-visita-de-lula-43547	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
17	02/11/2005 – Sociedade– Andreia Sanches	Recrutamento de mão de obra imigrante tornou-se uma “forma de exploração de mão de obra”	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/recrutamento-de-mulheres-imigrantes-tornouse-uma-forma-de-exploracao-de-maodeobra-1237545	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
18	02/11/2005- Sociedade– Andreia Sanches	Recrutamento de mão de obra imigrante tornou-se uma “forma de exploração de mão de obra”	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/recrutamento-de-mulheres-imigrantes-tornouse-uma-forma-de-exploracao-de-maodeobra-1237545	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
19	05/12/2005 – Local - Maria João Lopes	Projecto Origens combate exclusão social com higiene e cultura	https://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/projecto-origens-combate-exclusao-social-com-higiene-e-cultura-52319	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
20	22/02/2006 – Sociedade – Lusa	Europa é cada vez mais procurada por mulheres que imigram sozinhas	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/europa-e-cada-vez-mais-procurada-por-mulheres-que-imigram-sozinhas-1248672	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
21	27/02/2006 – Sociedade – Público	Loulé: 36 imigrantes em situação irregular notificados para saírem do país	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/loule-36-imigrantes-em-situacao-irregular-notificados-para-sairem-do-pais-1249178	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
22	28/02/2006 – Local - Público	Trinta e seis imigrantes brasileiros mandados embora	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal//trinta-e-seis-imigrantes-brasileiros--mandados-embora-65880	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
23	09/04/2006 – Sociedade – Andreia Sanches	Cada vez mais mulheres solteiras e divorciadas emigram para Portugal	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/cada-vez-mais-mulheres-solteiras-e-divorciadas-emigram-para-portugal-72784	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
24	05/05/2006 – Destaque – Público	De Maringá a Vila de Rei: chegaram os repovoadores da terra queimada	http://www.publico.pt/destaque/jornal//de-maringa-a-vila-de-rei-chegaram-os-repovoadores-da-terra-	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA

			queimada-76938	
25	07/06/2006 – Sociedade – Lusa	Portugal não castiga adequadamente os condenados por tráfico humano	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-nao-castiga-adequadamente-os-condenados-por-trafico-humano-1260159	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
26	22/07/2006 – Sociedade – André Kosters/Lusa	Operação de fiscalização inédita junta oito entidades na A1	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/operacao-de-fiscalizacao-inedita-junta-oito-entidades-na-a1-1264843	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
27	07/09/2006 – Destaque – Bárbara Wong	APF aposta na formação de minorias étnicas	https://www.publico.pt/destaque/jornal/apf-aposta-na-formacao-das-minorias-etnicas-96507	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
28	01/10/2006 – Destaque – Isabel Meira	Retratos de um país dentro do outro	http://www.publico.pt/destaque/jornal/retratos-de-um-pais-dentro-do-outro-100237	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
29	30/10/2006 – Cultura Ipsilon – Isabel Meira	Cocada, pastel e votos na embaixada do Brasil em Lisboa	https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/cocada-pastel-e-votos-na-embaixada-do-brasil-em-lisboa-104665	POLÍTICA
30	22/11/2006 – Sociedade – Jose Bento Amaro	Da roça miserável à miséria da prostituição	http://www.publico.pt/sociedade/jornal/da-roca-miseravel-a-miseria-da-prostituicao-108726	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
31	28/11/2006 – Sociedade – Público	Brasil e Portugal agravam penas e protegem vítimas do tráfico de seres humanos	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/brasil-e-portugal-agravam-penas-e-protegem-vitimas-do-trafico-de-seres-humanos-1278056	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
32	04 /12/2006 – Economia – Público	Os bancos	http://www.publico.pt/economia/jornal/os-bancos-110613	ECONOMIA
33	24/04/2007 – Portugal – Público	Skinheads portugueses são dos mais cultos da Europa, diz jornalista espanhol	http://www.publico.pt/portugal/jornal/skinheads-portugueses-sao-dos-mais-cultos-da-europa-diz-jornalista-espanhol-212149	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
34	10/10/2007 – Portugal– Público	Asiáticas já chegaram a Portugal	http://www.publico.pt/portugal/jornal/asiaticas-ja-chegaram-a-portugal-233087	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
35	17/12/2007 - Temas – Maria João Lopes	Brasileiros? Uns “malandros” e umas “meninas de programa” (nós dissemos isto?)	http://www.publico.pt/temas/jornal/brasileiros-uns-malandros-e-umas-meninas-de-programa-nos-dissemos-isto-241869	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
36	18/05/2008 – Mundo – Nuno Amara	Zelia Gatai morreu aos 91 anos	http://www.publico.pt/mundo/jornal/zelia-gattai-morreu-aos-91-anos-261509	CULTURA
37	18/08/2008 –	Maioria dos brasileiros	https://www.publico.pt/por	IMIGRAÇÃO,

	Portugal – Andreia Sanches	que casa em Portugal escolhe um parceiro português	tugal/jornal/maioria-dos- brasileiros-que-casa-em- portugal-escolhe-um- parceiro-portugues- 272871	ILEGALIDADE E POLÍTICA
38	31/10/2008 – Portugal – J.A.M	Membro do PNR acusado de apoio à imigração ilegal	http://www.publico.pt/portugal/jornal/membro-do-pnr-acusado-de-apoio-a-imigracao-ilegal-282026	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
39	03/11/2008- Portugal – Catarina Gomes	Imigrantes ilegais com mais dificuldades no acesso aos serviços médicos	https://www.publico.pt/portugal/jornal/imigrantes-ilegais-com-mais-dificuldades-no-acesso-aos-servicos-medicos-282468	SAÚDE
40	28/12/2008 – Sup-publica - Alexandre Soares	2012 vai ser pior, dizem eles	http://www.publico.pt/sup-publica/jornal/2012-vai-ser-pior-dizem-eles-289546	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
41	31/01/2009 – Portugal- Sofia Branco	Quase quatro mil imigrantes foram recusados no Aeroporto de Portela em 2008	http://www.publico.pt/portugal/jornal/quase-quatro-mil-imigrantes-foram-recusados-no-aeroporto-da-portela-em-2008-293672	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
42	29/03/2009 – Sup-publica – Alexandre Lucas Coelho	Eles são o Fung de Sousa	http://www.publico.pt/sup-publica/jornal/eles-sao-os-fung-de-sousa-300909	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
43	26/04/2009 – Destaque – Alexandre LucasCoelho	Do Carmo ao Rossio Há sempre qualquer coisa que está para acontecer	http://www.publico.pt/destaque/jornal/do-carmo-ao-rossio-ha-sempre-qualquer-coisa-que-esta-para-acontecer-304289	HISTÓRIA
44	06/05/2009 - sociedade – Lusa	Carta aberta sobre sobre políticas de imigração aberta alerta para “situações de injustiça”	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/carta-aberta-sobre-politicas-de-imigracao-alerta-para-situacoes-de-injustica-1379026	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
45	06/11/2009 – jornal –Renato Duarte	Todos os dias há uma fila que anda devagar no Consulado do Brasil em Lisboa	https://www.publico.pt/portugal/jornal/todos-os-dias-ha-uma-fila-que-anda-devagar-no-consulado-do-brasil-em-lisboa-18165222	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
46	08/11/2009 – Destaque – Alexandra Prado Coelho	Em Portugal, “não há dinheiro mas há sentimentos”	http://www.publico.pt/destaque/jornal/em-portugal-nao-ha-dinheiro-mas-ha-sentimentos-18165348	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
47	12/12/2009 – Sociedade – Romana Borjas Santos	Quarenta por cento dos brasileiros a viver em Portugal sentem- se discriminados	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/quarenta-por-cento-dos-brasileiros-a-viver-em-portugal-sentemse-discriminados-1413644	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
48	13/12/2009 – Portugal – Romana Borjas Santos	Quarenta por cento dos brasileiros a viver em Portugal sentem- se discriminados	http://www.publico.pt/portugal/jornal/quarenta-por-cento-dos-brasileiros-a-viver-em-portugal-	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

			sentemse-discriminados-18405664	
49	15/12/2009 – Portugal – Ines Sequeira	Crimes envolvendo imigrantes dominam notícias sobre minorias em Portugal	http://www.publico.pt/portugal/jornal/crimes-envolvendo-imigrantes-dominam-noticias-sobre-minorias-em-portugal-18416078	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
50	18/05/2010 – seção não identificada – CLAUDIA SOBRAL	Regressar para mudar de vida...outra vez	https://www.publico.pt/temas/jornal/regressar-para-mudar-de-vida-outra-vez-19421674	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
51	17/06/2010 – Local- Lisboa - Idálio Revez	Dois mortos em crime violento em Quarteira	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/dois-mortos-em-crime-violento-em-quarteira-19630318	VIOLÊNCIA
52	31/10/2010 - Mundo – Pedro Crisostomo	Visto de longe, o país de Lula já não é só samba e futebol	https://www.publico.pt/mundo/jornal/visto-de-longe-o-pais-de-lula-ja-nao-e-so-samba-e-futebol-20521149	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
53	22/11/2010 – Sociedade– Lusa	Investigadora defende importância de garantir oportunidades aos descendentes de imigrantes	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/investigadora-defende-importancia-de-garantir-oportunidades-aos-descendentes-dos-imigrantes-1467430	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
54	16/01/2011 – Sociedade Paula Torres de Carvalho	Há cada vez mais imigrantes a desistir de Portugal	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/ha-cada-vez-mais-imigrantes-a-desistir-de-portugal-1475498	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
55	28/03/2011 – Sociedade – Lusa	Governo de Dilma deveria apoiar regresso voluntário de brasileiros ao seu país	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/governo-de-dilma-deveria-apoiar-programa-de-regresso-voluntario-de-brasileiros-ao-seu-pais-1487180	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
56	22/04/2011 – Diversidade – Luisa Pereira	No futuro	http://www.publico.pt/diversidade/jornal/no-futuro-21890609	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
57	12/07/2011 – Sociedade – José Bento Amaro	Brasileiros constituem 26 por cento dos estrangeiros residentes em Portugal	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/brasileiros-constituem-26-por-cento-dos-estrangeiros-residentes-em-portugal-1502525	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
58	12/03/2012 – Portugal – Andreia Sanches	Corpos dos homicidas de Beja e das irmãs de Lisboa ainda por reclamar	http://www.publico.pt/portugal/jornal/corpos-do-homicida-de-beja-e-das-irmas-de-lisboa-ainda-por-reclamar-24166133	VIOLÊNCIA
59	12/03/2012 – Portugal - Andreia Sanches	Corpos dos homicidas de Beja e das irmãs de Lisboa ainda por reclamar	http://www.publico.pt/portugal/jornal/corpos-do-homicida-de-beja-e-das-irmas-de-lisboa-ainda-por-reclamar-24166133	VIOLÊNCIA
60	09/04/2012 –	Regresso de	https://www.publico.pt/soc	IMIGRAÇÃO,

	Sociedade – Andreia Nogueira	brasileiros afecta economia de zonas como a Costa da Caparica e Ericeira	iedade/noticia/regresso- de-imigrantes-brasileiros- afecta-economia-de- zonas-como-a-costa-da- caparica-e-ericeira- 1541357	ILEGALIDADE E POLÍTICA
61	30/05/2012 – Portugal – Catarina Gomes	O invisível mundo dos abusos contra as trabalhadoras domésticas	http://www.publico.pt/portugal/jornal/o-invisivel-mundo-dos-abusos-contra-as-trabalhadoras-domesticas-24626828	VIOLÊNCIA
62	08/07/2012 – Atlântico Sul – Alexandra Lucas Coelho	Viagem a Portugal no Brasil	http://blogues.publico.pt/atlantico-sul/2012/07/08/viagem-a-portugal-no-brasil/	CULTURA
63	17/12/2012 – Sociedade – Lusa	População brasileira representa 3,7% do total do país	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/populacao-estrangeira-representa-37-do-total-do-pais-1577797	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
64	24/12/2012 – Portugal – Jorge Talixa	Mãe suspeita de matar os dois filhos em Alenquer fica em prisão preventiva	https://www.publico.pt/portugal/noticia/mae-suspeita-de-ter-mortos-os-dois-filhos-em-alenquer-fica-em-prisao-preventiva-1578520	VIOLÊNCIA
65	17/03/2013 - Temas – Isabel Lopes	Escolheram Portugal e nem a crise os afasta	http://www.publico.pt/temas/jornal/escolheram-portugal-e-nem-a-crise-os-afasta-26204698	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
66	09/06/2013 – Crônicas - Nuno Pacheco	Músicas dentro do nosso sonho	http://www.publico.pt/cronicas/jornal/musicas-dentro-do-nosso-sono-26615094	CULTURA
67	13/08/2013 – Portugal – Ana Henriques	Mulher que matou filhos para pai na ficar com eles foi condenada a 24 anos.	http://www.publico.pt/portugal/jornal/mulher-que-matou-filhos-para-pai-nao-ficar-com-eles-foi-condenada-a-24-anos-26950134	VIOLÊNCIA
68	06/03/2014 – Economia – Gustavo Cardoso e Branco Di Fatima	Brasil ou poder da imaginação	https://www.publico.pt/economia/noticia/brasil-ou-o-poder-da-imaginacao-1627248	POLÍTICA
69	16/05/2014 – Sociedade – Natália Faria	Emigração foi a válvula de escape que aliviou as tensões sociais	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/emigracao-foi-a-valvula-de-escape-que-aliviou-as-tensoes-sociais-1636107	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
70	18/08/2014 – Sociedade – Ana Cristina Pereira	O estigma que afecta quem trabalha na indústria do sexo	https://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-estigma-como-obstaculo-1666726	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
71	26/03/2015 – cultura ipsilon – Isabel Coutinho e Simone Duarte	Fim é vida (Entrevista)	https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/fim-e-vida-1690024	CULTURA

Apêndice B– Tabulação de notícia *Jornal de Notícias* (JN) do Porto de 2004 a 2015

No.	Data/Seção/ Autoria	Título da Notícia	Disponível em:	Categoria de notícias
1	03/06/2004 – Cultura – JN	“Sua vida sexual é boa”	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=443365	CULTURA
2	04/06/2004 – Cultura – JN	Poucas vezes fui aplaudida como em Portugal	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=443560	CULTURA
3	13/09/2004 – Polícia – JN	Vinte brasileiras detidas em bar de alterne	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=459845	CRIMINALIDADE/ ILEGALIDADE
4	15/09/2004 – Cultura – JN	Pela primeira vez com um monólogo	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=460103	CULTURA
5	11/10/2004 – Grande Porto – JN	Há mais famílias sem dinheiro para comer	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=463521&page=-1	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
6	14/10/2004 – Desporto – JN	Liga arranca com 12 equipas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=463940&page=-1	ESPORTES
7	30/11/2004 – Desporto – JN	Pódio mundial sem portugueses	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=470497	ESPORTES
8	01/12/2004 – Grande Porto – Isabel Forte	Prostitutas aceitam fazer rastreio mas falta dinheiro	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=470566&page=-1	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
9	10/12/2004 – Sociedade – Carlos Gomes	Vazio legislativo marca Portugal	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=471808&page=-1	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
10	22/01/2005- Cultura – José Miguel Gaspar	“Foi muito fácil chorar Amália”	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=490838	CULTURA
11	21/04/2005 – Grande Lisboa – JN	Ajudar na integração	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=476991	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
12	26/05/2005 Minho – Luís Almeida	Rebentamento no IC1 fere mulher	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=482477	VIOÊNCIA
13	14/06/2005 – Polícia – JN	Tribunal libertou suspeito de prostituir adolescente	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=485774&page=-1	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
14	02/07/2005 – etcetera – Cristiano Pereira	"Os portugueses estão a alargar os horizontes"	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=501893&page=-1	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
15	16/07/2005 – Polícia – Reis Pinto	PSP desmantela negócio de prostituição em duas casas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=503745	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
16	13/10/2005 – Em foco – Pedro Araújo	Uma cimeira de figuras e alguma sustância	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517073	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
17	13/10/2005 – Em foco – J.A.Souza	Nação luso brasileira	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517071	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA

18	13/10/2005 – Em foco – Sara Fernandes	Burocracia atrasa processos	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517072	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
19	14/10/2005 – Polícia – Ermelinda Osório	Sete brasileiras detidas pela PSP	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517172	CRIMINALIDADE
20	14/10/2005 – Política – Helena Teixeira da Silva	Apelos pacíficos dos imigrantes	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=517194&page=-1	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
21	20/10/2005 – Sociedade – JN	População cresce com imigrantes	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=518212	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
22	18/11/2005 – cultura – Paulo Damaso	Sarcasmo e drama de Coco Chanel	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=522748	CULTURA
23	20/11/2005 – Cultura - JN	Construir um império para morrer na solidão	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=523056	CULTURA
24	24/11/2005 – Cultura – JN	“Coco era magra mas muito mais forte do que eu”	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=523709	CULTURA
25	08/12/2005 – Em foco – Nuno Maia	Da situação em Pedras Rubras	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=525985&page=-1	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
26	05/01/2006 – Minho – Denisa Sousa	Inovação sexual no combate à crise	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=530074	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
27	18/02/2006 – Grande Porto – Hugo Silva	Falta de condições no SEF	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=537461	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
28	12/03/2006 – Cultura – Marta Neves	A sade brasileira	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=540790	CULTURA
29	19/05/2006 – Porto – JN	Ribeira espera 2000 imigrantes	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=551402	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
30	23/05/2006 – Nacional – Inês Cardoso	Imigrantes que denunciem redes conquistam direito de residência	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=552117	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
31	16/06/2006 - Porto – Helena Teixeira da Silva	“Crianças ilibadas são um convite à repetição do crime”	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=555763	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
32	21/06/2006 – Policias e Tribunais – Valdemar Pinheiro	Rede traficava brasileiras para o grande Porto	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=556523	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOÊNCIA
33	29/06/2006 – Nacional – JN	Sócrates visita Brasil em três dias de Agosto	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=557779	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
34	17/08/2006 – Policias e Tribunais – Carla Vieira e	Cientes de agência de viagens ficaram com férias estragadas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=564982	TURISMO

	Nuno Miguel Maia			
35	27/08/2006 – Porto – Helena Teixeira da Silva e J.Paulo Coutinho	De autocarro descapotável num percurso “by night”	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=566354	TURISMO
36	20/09/2006 – Porto – Nuno Miguel Maia	Incêndio na Baixa deixa rua seis sem-abrigo	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570166	VIOLÊNCIA
37	22/09/2006 – Cultura – Marta Neves	Mil esculturas em gelo numa praça do Porto	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570435	CULTURA
38	23/09/2006 – Policias e Tribunais – Fernando Pires	“Conselheiras espirituais” presas por uma dezena de burlas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570663	CRIMINALIDADE/LEGALIDADE
39	23/09/2006 – Cultura – Maria Neves e Pedro Correia	Somos todas marionetes que derretem	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=570607&page=-1	CULTURA
40	12/11/2006 – Tema de Domingo – Inês Cardoso	Imigração, Crise e Desemprego	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=578707	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
41	21/11/2006 – Últimas – JN	Maioria das mulheres vítimas de tráfico humano são brasileiras	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=580287	CRIMINALIDADE
42	22/11/2006 – Nacional I- JN	Brasileiras são as maiores vítimas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=580454	CRIMINALIDADE/LEGALIDADE
43	07/12/2006 – Primeiro Plano – Ermelinda Osório	Judiciária detém trinta pessoas em casas de diversão nocturna	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=582988	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
44	27/12/2006 – Policia e Tribunais – Alexandra Seródio	Julgamento do caso “Passerelle” vai aquecer primavera em Leiria	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=585790&page=-1	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
45	17/01/2007 – Policias e Tribunais – Helena Silva	Condenado a seis anos de prisão por sequestro da filha adoptiva	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=684885	CRIMINALIDADE/LEGALIDADE
46	25/01/2007 – Primeiro Plano – Helena Silva	Mãe quis reaver Esmeralda em 2003	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=686243&page=-1	CRIMINALIDADE/LEGALIDADE
47	27/01/2007 – Últimas – JN	Conferência para negociar entrega da menina está em risco	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=686639&page=-1	CRIMINALIDADE/LEGALIDADE
48	30/01/2007 – Polícia e Tribunais – Nuno Silva	Rixa começou em bar e acabou a tiro na rua	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=687012&page=-1	VIOLÊNCIA
49	23/03/2007 – Policias e Tribunais - JN	Moradias usadas para a prostituição	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=695388	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
50	10/05/2007 –	Imigrantes alvo de	http://www.jn.pt/paginain	PROSTITUIÇÃO,

	Sociedade e Vida – Alexandre Marques	preconceito	icial/interior.aspx?content_id=670576	ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
51	21/05/2007 – Policias e Tribunais – JN	Prostituição e imigração ilegal motivam buscas	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=672158	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
52	04/06/2007 – Norte - LHO	Cairam do 3 andar para fugir a agressões	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=675527	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
53	04/06/2007 – Lusa- Lusa -	Viana brasileiras feridas em rixa numa alegada casa de prostituição estão ilegais em Portugal	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=675581	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
54	06/06/2007 – Lusa – Lusa	Trafico de menores bebe brasileiro foi pedida por casal que não conseguiu adoção legal	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=676272	CRIMINALIDADE/ILEGALIDADE
55	06/06/2007 – Lusa - Lusa	Brasil mulher e detida quando embarcava com criança para Portugal	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=676231	CRIMINALIDADE/ILEGALIDADE
56	07/06/2007 – Lusa – Lusa	Trafico menores Policia Brasileira explica nesta semana a PJ caso de bebe encomendado	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=676428	CRIMINALIDADE /ILEGALIDADE
57	08/06/2007 – Sociedade e Vida – JN	Casal do Porto encomenda bebe brasileiro	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=676558	CRIMINALIDADE/ILEGALIDADE
58	20/06/2007 – Polícia e Tribunais – JN	Tres detidos num bar de alterne	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=679443	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
59	21/06/2007 – sociedade e vida – NMM	Brasil pede a PJ para ouvir portugueses	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=679773	CRIMINALIDADE ILEGALIDADE
60	17/11/2007 – Porto – Manuel Vitorio e José Mota	Jovem matou mulher numa passeadeira da foz	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=948863&page=-1	VIOLÊNCIA
61	22/11/2007 – Norte – Denisa Sousa	Imigrantes obrigados a procurar ajuda medica fora do concelho	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=950314	SAÚDE (FALTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS)
62	18/03/2008 – Porto – Carla Soares	Concurso de rock vai agitar museu da cidade	http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=924199	CULTURA
63	06/10/2008 – Justiça – Nuno Miguel Maia	Têxteis escodiam contrabando de tabaco da china	http://www.jn.pt/Paginainicial/Policia/interior.aspx?content_id=1022619&page=-1	CRIMINALIDADE/ILEGALIDADE
64	12/10/2008 – País – Manuel Vitorino	“Pérola Negra” morna já teve noites mais escaldantes	http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1026055	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
65	27/01/2009 – Sociedade – Redação HB.	Adelina Largarto: faria “coisas diferentes” para ficar com Esmeralda	http://www.jn.pt/Paginainicial/Policia/interior.aspx?content_id=1122131	CRIMINALIDADE/ILEGALIDADE
66	12/02/2009 – Sociedade –	Quem são as vítimas?	http://www.jn.pt/Paginainicial/Nacional/interior.a	VIOLÊNCIA

	JN		spx?content_id=1142822&page=-1	
67	08/03/2009 – Justiça – JN	Operações da PSP levam a 21 detenções	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1163165	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
68	15/03/2009 – Reportagem – Hugo Silva	Um “pouquinho de Brasil” na Boavista	http://www.jn.pt/paginalNacional/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1170053&page=-1	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
69	07/04/2009 – Justiça – Agostinho Santos	Pediram chinelos e tentaram raptar bebês	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1193541	CRIMINALIDADE/I LEGALIDADE
70	07/07/2009 – Justiça - Manuel Vitorio	PJ investiga queda fatal de mulher no Porto	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1299449	VIOLÊNCIA
71	04/08/2009- Mundo - Nuno Miguel Maia e Pedro Vila- Chã	Presos no Brasil traficavam mulheres para o Minho	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1325042	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
72	02/11/2009 – Justiça – Nuno Silva	Avisos de operações dos SEF pagos com sexo	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1407550	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
73	11/01/2010 – Sociedade – Fernando Bastos	“Minha nossa! Que coisa linda a neve!”	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Nacional/interior.aspx?content_id=1466609	TURISMO
74	22/01/2010 – Justiça – José Vinha	Sequestrada quis fugir do alterne	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1475762	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
75	27/03/2010 – Nacional – Fátima Mariano	Uma primeira dama na causa feminista	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Nacional/interior.aspx?content_id=1529584	POLÍTICA
76	11/04/2010 – Justiça – Lusa	Detidas estrangeiras em bar de alterne	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Policia/interior.aspx?content_id=1541471	IMIGRAÇÃO, ILEGALIDADE E POLÍTICA
77	03/10/2010 – Mundo – Hermana Cruz e Sandra Brazinha	Eleições no Brasil: imigrantes em Portugal com paixões divididas	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Mundo/interior.aspx?content_id=1677051	POLÍTICA
78	18/10/2010 – Cultura – Ana Vitória	Paula Morelenbaum atua no Porto e em Lisboa	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Cultura/interior.aspx?content_id=1688607	CULTURA
79	31/10/2010 – Mundo – JN	Brasil pronto para eleger uma mulher	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Mundo/interior.aspx?content_id=1698629	POLÍTICA
80	31/10/2010 – Eleições – JN	Cerca de 9000 eleitores brasileiros são esperados no Porto	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Nacional/interior.aspx?content_id=1699792	POLÍTICA
81	31/10/2010 – Mundo – JN	Dilma Rouseff promete acabar com a miséria no Brasil	http://www.jn.pt/PaginalNacional/Mundo/interior.aspx?content_id=1700051	POLÍTICA
82	19/06/2011 –	Adiado para setembro	http://www.jn.pt/Paginal	CRIMINALIDADE/I

	Justiça – Lusa	julgamento de orgias como imigrantes ilegais e menor	nicial/Policia/interior.aspx?content_id=1882764	LEGALIDADE
83	19/09/2011 – Justiça- Lusa	Propuseram sexo pago a inspectores do SEF	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Policia/interior.aspx?content_id=2005540&page=-1	CRIMINALIDADE/I LEGALIDADE
84	04/02/2012 – Segurança – Reis Pinto	Esfaqueado com x-acto por não pagar por sexo	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Justica/interior.aspx?content_id=2284072	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
85	06/03/2012 – Tendências/Cozinhas – Helena Teixeira da Silva	O “Bacalhau à Dilma” do chileno Camilo Jaña	http://www.jn.pt/Tendencias/Cozinhas/interior.aspx?content_id=2344312	POLÍTICA
86	17/06/2012 – Segurança – Carlos Varela	Mulher assassinada ia enviar dinheiro para a filha ser operada	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Justica/interior.aspx?content_id=2613288	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
87	29/07/2012 – Gente – JN	Música brasileira ao vivo animou casamento de Pinto da Costa no Brasil	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Gente/interior.aspx?content_id=2692691	CULTURA
88	29/01/2014 – Segurança – JN	PJ confirma que corpo encontrado em Braga é de jovem brasileira	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Justica/interior.aspx?content_id=3658755&page=-1	VIOLÊNCIA
89	13/04/2014 – Concelho PenaFiel – Alexandre Panda	Morre de ataque cardíaco durante o sexo	http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Penafiel&Option=Interior&content_id=3810055	PROSTITUIÇÃO, ILEGALIDADE E VIOLÊNCIA
90	01/11/2015 – Nacional – Dina Margato	Brasileiras retidas em salas dos aeroportos	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Nacional/interior.aspx?content_id=4864954	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO
91	23/01/2015 – Justiça – JN	ONU investiga indepêndencia de justiça portuguesa	http://www.jn.pt/Paginal/nicial/Justica/interior.aspx?content_id=4359362	PROSTITUIÇÃO